

LINGUAGEM DISCURSO E SOCIEDADE

CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM

Celina Márcia de Souza Abbade
Cristina dos Santos Carvalho
Elisângela Santana dos Santos
(Organizadores)



**LINGUAGEM
DISCURSO
E SOCIEDADE**
**CAMINHOS QUE
SE ENTRECruzAM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Os custos deste livro foram financiados pelo PROPÓS/UNEB/PPG.

Celina Márcia de Souza Abbade
Cristina dos Santos Carvalho
Elisângela Santana dos Santos
Organizadoras

Linguagem, discurso e sociedade
Caminhos que se entrecruzam

Salvador
EDUFBA
2020

2020, autores.

Direitos dessa edição cedidos à [Edufba](#).

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e Projeto Gráfico
Josias Almeida Jr.

Imagem de capa
Freepik

Revisão
Cristovão Mascarenhas

Normalização
Bianca Rodrigues

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Linguagem, discurso e sociedade : caminhos que se entrecruzam / Celina Márcia de Souza Abbade, Cristina dos Santos Carvalho, Elisângela Santana dos Santos, organizadoras. – Salvador : EDUFBA, 2020.

219 p.

Contém biografia
ISBN: 978-65-5630-061-0

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/33311>

1. Linguística - Brasil. 2. Linguagem e línguas. 3. Língua portuguesa – Regionalismo - Bahia. 4. Sociolinguística I. Abbade, Celina Márcia de Souza. II. Carvalho, Cristina dos Santos. III. Santos, Elisângela Santana dos.

CDD – 410

Elaborada por Jamilli Quaresma
CRB-5: BA-001608/O

Editora afiliada à



EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel: +55 (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

- 7 Linguagem, discurso e sociedade em abordagens linguísticas: à guisa de apresentação**
Celina Márcia de Souza Abbade
Cristina dos Santos Carvalho
Elisângela Santana dos Santos
- 17 Escrita de si, literatura e a subjetivação da mulher negra baiana**
Edna Ribeiro Marques Amorim
Carla Luzia Carneiro Borges
- 31 Toda menina baiana tem um jeito? Corpo, memória e discurso sobre a mulher baiana em postagens na internet**
Palmira Heine Alvarez
- 47 Que ladeira é essa? Essa é a imagem da Ladeira da Preguiça!**
Isabela Assunção Reis
Maria da Conceição Reis Teixeira
- 63 Discurso, memória, cheiros, cores e sons na feira livre de Tucano, Bahia**
Raíne Simões Macedo
Gilberto Nazareno Telles Sobral
- 77 Os fitotopônimos de natureza física da zona rural de Alagoinhas: acidentes humanos**
Edileuza Moura Candido da Silva
Celina Márcia de Souza Abbade
- 95 Léxico africano em território mineiro: um recorte**
Vander Lúcio de Souza
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
- 109 Linguagens e cruzamentos: a publicidade a automóveis numa viagem entre épocas**
Sara Antunes
José Teixeira
- 137 A conceptualização metafórica de variação linguística na BNCC do ensino médio**
Edna da Paixão Pereira
Elisângela Santana dos Santos
- 149 Usos do “aí” na fala popular soteropolitana: deslizamentos funcionais e gramaticalização**
Joelma Sena Gomes
Cristina dos Santos Carvalho

167 O locativo “lá” como subparte de uma construção negativa no português brasileiro

Gessilene Silveira Kanthack

Valéria Viana Sousa

179 Ernesto Carneiro Ribeiro na reconstituição da sócio-história linguística: produção gramatical de um professor baiano negro no oitocentos

Carolina Antonia Silva Trindade

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

197 Aprendizagem da língua portuguesa em contexto inclusivo: um estudo de caso com alunos surdos e ouvintes

Jocelma Rodrigues dos Santos

Valquíria Claudete Machado Borba

213 Sobre os autores

Linguagem, discurso e sociedade em abordagens linguísticas: à guisa de apresentação

Este livro reúne textos que apresentam resultados de pesquisas desenvolvidas por egressos, discentes e/ou docentes de programas de pós-graduação de universidades brasileiras e de uma universidade portuguesa. Embora essas pesquisas se debrucem sobre variados fenômenos linguísticos e se fundamentem em distintas abordagens da Linguística, de modo geral, dialogam no sentido de descreverem os seus objetos de estudo tendo em vista a relação entre linguagem, discurso e sociedade.

Por um lado, considerar tal relação, no cenário dos estudos linguísticos – mais precisamente, em uma era pós-estruturalista –,¹ implica entender a língua como uma entidade heterogênea e dinâmica e, por essa razão, suscetível à variação e mudança. Tal heterogeneidade e dinamicidade, no entanto, não anulam a função básica das línguas humanas: promover a comunicação entre os seus usuários. Nesse sentido,

Para a linguística, toda língua ou variedade é, na realidade, um sistema altamente estruturado, mediante o qual é plenamente possível transmitir, lógica e coerentemente, qualquer conteúdo a respeito da realidade social. Variedades linguísticas são, portanto, diferentes no que concerne aos mecanismos formais disponíveis para a formulação de atos de comunicação verbal, mas, ao mesmo tempo, absolutamente iguais no que diz respeito à função comunicativa.² (CAMACHO, 2013, p. 25)

Reconhece-se, então, além da natureza variável das línguas, o seu caráter inerentemente social, e isso se reflete na necessidade de se incorporar o componente social aos estudos linguísticos. Surge, assim, o que tem sido denominado de uma linguística de caráter mais social, que se manifesta

1 Entendemos, em sentido lato, o estruturalismo linguístico como uma abordagem que, ao priorizar o estudo interno da língua, engloba não só a corrente estruturalista propriamente dita mas também a gerativista.

2 CAMACHO, R.G. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.

em modelos teóricos como a Sociolinguística, o Funcionalismo, os Estudos Lexicais, a Linguística Cognitiva, a Linguística Centrada no Uso, entre outros. Embora cada um desses modelos faça um recorte específico de algum aspecto da linguagem como escopo de sua investigação, há algumas orientações teórico-metodológicas que lhes são comuns: (i) a centralidade atribuída aos usos linguísticos reais produzidos por interlocutores – falante/ouvinte e escritor/leitor – também reais; (ii) a importância dada aos usuários da língua, que, movidos por seus perfis, identidades e papéis sociais, em diversos contextos comunicativos, imprimem suas marcas na língua; (iii) a assunção de que é nas interações socioverbais, a partir das necessidades dos falantes, que a língua, cotidianamente, funciona e se refaz e, assim, emergem novos usos, novas formas e construções linguísticas; (iv) a concepção de língua como organismo não autônomo, não arbitrário, mas motivado por fatores não só sociointeracionais mas também cognitivos: ou seja, o sistema linguístico possui “um caráter eminentemente dinâmico ou emergente, já que nasce da adaptação de habilidades cognitivas humanas a eventos de comunicação específicos e se desenvolve a partir da repetição ou ritualização desses eventos”.³ (MARTELOTTA, 2011, p. 57)

Por outro lado, assumir a relação entre linguagem, discurso e sociedade significa também compreender que objetos linguísticos – sobretudo quando tomados em uma dimensão textual – devem ser analisados levando-se em conta as suas condições de produção, que envolvem os participantes e o propósito da situação comunicativa, os gêneros textuais em que se dá a materialidade do texto, o suporte textual, o(s) tipo(s) de linguagem utilizado(s) e informações sobre o contexto sócio-histórico-ideológico. Nessa perspectiva, em uma análise textual-discursiva, buscam-se identificar os ditos e os não ditos (implícitos) sobre os quais se produzem os processos discursivos, o interdiscurso, os efeitos de sentido obtidos, as formações discursivas e as formações ideológicas. Desse modo, parte-se do entendimento de que:

Nenhum discurso está fechado em si, já que constitui um processo discursivo; e, como tal permite que sejam feitos recortes diferentes a cada análise e, principalmente, que se estabeleça relação entre língua, história e ideologia, tomando esta como ‘função da relação necessária entre a linguagem e o mundo’.⁴ (ORLANDI, 2004, p. 31)

3 MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

4 ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

Sendo assim, o que queremos enfatizar aqui é que, na descrição de um fenômeno, o linguista, ao se nortear por pressupostos como os descritos anteriormente, pode enveredar por caminhos teórico-metodológicos que se concretizam em diferentes abordagens teóricas da Linguística. Pode, então, optar por seguir um único percurso – centrando-se em uma dada vertente teórica – ou trilhar caminhos que se entrecruzam ou se complementam, buscando um diálogo entre dois ou mais modelos teóricos.

Com esta coletânea, apresentamos textos que, ao discutirem questões que perpassam pelas imbricações entre linguagem, discurso e sociedade, se alicerçam em (mais de) uma perspectiva teórica: Análise do Discurso, nas vertentes foucaultiana (capítulo 1) e pecheutiana (capítulos 2 a 4); Estudos Lexicais (capítulos 5 e 6); Linguística Cognitiva (capítulos 7 e 8); Funcionalismo norte-americano e Sociolinguística Variacionista (capítulo 9); Linguística Centrada no Uso (capítulo 10); História Social Linguística e História da Cultura Escrita (capítulo 11); e Linguística Aplicada (capítulo 12).

No texto intitulado “Escrita de si, literatura e a subjetivação da mulher negra baiana”, Edna Ribeiro Marques Amorim e Carla Luzia Carneiro Borges, fundamentadas nos estudos foucaultianos do discurso, apresentam uma análise de dois poemas, retirados do livro *No meu quintal*, da poeta negra Júlia Suzarte. Nesse estudo, os escritos da mulher negra são vistos como uma escrita de si (FOUCAULT, 2014),⁵ que abarca a noção de escrevivência, defendida por Evaristo (LIMA, 2017),⁶ aproximação que remete a uma literatura de resistência, que realiza o diagnóstico do presente, já que as produções escritas de mulheres negras são, muitas vezes, invisibilizadas, por força da sociedade conservadora que privilegia a escrita de homens brancos. As autoras mostram que a poeta constitui-se como sujeita, a partir do momento em que, saindo de um estado de menoridade, assume uma determinada conduta e demonstra como deseja ser governada, na tentativa de construir uma estética de existência.

Em “Toda menina baiana tem um jeito? Corpo, memória e discurso sobre a mulher baiana em postagens na internet”, Palmira Heine Alvarez, através dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de vertente pecheutiana, procura refletir sobre a constituição discursiva da imagem da mulher baiana

5 FOUCAULT, M. As técnicas de si. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. v. 9, p.264-296.

6 LIMA, J. D. Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’. *Jornal Nexo*, São Paulo, 26 maio 2017. Disponível: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso em: 14 jun. 2020.

a partir de imagens que circulam na internet. Para tanto, objetiva trazer à baila a discussão sobre a baianidade e suas características, a fim de analisar o modo como tais características se constituem discursivamente, a partir do corpo-imagem feminino nas materialidades analisadas. Os resultados apontam para a representação da mulher baiana no espaço parafrástico de constituição de sentidos, a partir da retomada de já ditos no funcionamento da memória discursiva.

Em “Que ladeira é essa? Essa é a imagem da Ladeira da Preguiça!”, Isabela Assunção Reis e Maria da Conceição Reis Teixeira objetivam propor um gesto de leitura de um grafite elaborado na comunidade da Ladeira da Preguiça, situada no bairro do Dois de Julho no Centro Histórico de Salvador (BA). Para isso, orientam-se pela Análise do Discurso de linha francesa, filiada à Teoria Pêcheutiana. Evidenciam que o grafite, linguagem que era repudiada pela organização da cidade, hoje, através de seu interdiscurso, é utilizado pelos moradores da localidade para romper o silêncio social e institucional ao qual são submetidos. Constatam que a leitura do grafite analisado forneceu elementos para uma análise contemporânea, que o concebeu como objeto simbólico, produtor de sentido, com características conceptuais e estéticas próprias, apontando questões sobre o contexto sócio-histórico-ideológico no qual foi produzido.

Em “Discurso, memória, cheiros, cores e sons na feira livre de Tucano, Bahia”, Raíne Simões Macedo e Gilberto Nazareno Telles Sobral analisam como a cidade de Tucano é significada no vídeo *Feira Livre* do canal “Bora?”, disponível no YouTube, tendo como base teórica os pressupostos teóricos da Análise do Discurso francesa filiada a Pêcheux. Mostram que, numa perspectiva discursiva, a cidade não só é concebida do ponto de vista empírico e quantitativo, em sua dimensão, propriedade, grandeza, como também é um sítio de significação, simbólico, com sua própria materialidade que (re)constrói sentidos. O estudo permitiu observar os efeitos de sentidos constituídos pela memória, nos quais se estabelecem as posições dos sujeitos do discurso, uma vez que, ao dizer, o sujeito tem a ilusão de que é a origem desse dizer, mas, na verdade, ele é um efeito do simbólico, interpelado pela ideologia, inscrito em uma memória discursiva.

Já, no texto intitulado “Os fitotopônimos de natureza física da zona rural de Alagoinhas: acidentes humanos”, Edileuza Moura Candido da Silva e Celina Márcia de Souza Abbade trazem uma amostra dos dados coletados na pesquisa de dissertação de mestrado intitulada *A toponímia rural na construção*

cultural e histórica de Alagoinhas: acidentes humanos (SILVA, 2020),⁷ envolvendo, especificamente, os fitotopônimos, topônimos de índole vegetal, que tomam como ponto de partida as bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As autoras buscam, então, investigar, descrever e classificar os nomes dos acidentes humanos dessa classe de topônimos, de grande produção na toponímia brasileira e, por extensão, na toponímia baiana, presentes na zona rural do município de Alagoinhas, visando a gerar informações que contribuam para a construção do perfil identitário linguístico e cultural da população que habita a referida localidade. A escolha por esses nomes de natureza vegetal levou em consideração a estreita relação entre a fitogeografia e a fitotoponímia, fenômeno confirmado pela significativa presença de nomes das formações vegetais e pela grande relevância da flora na região onde se localiza a área de análise.

No texto “Léxico africano em território mineiro: um recorte”, Vander Lúcio de Sousa e Maria Cândida Trindade Costa de Seabra tiveram como objetivo realizar um estudo sobre palavras de origem africana que integram o léxico do português do Brasil, destacando as que são empregadas no estado de Minas Gerais. Para isso, selecionaram alguns autores, a saber: dicionaristas, estudiosos do léxico de origem africana como, também, dissertações e teses defendidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que integram o Projeto Léxicos Regionais, em desenvolvimento na Faculdade de Letras dessa universidade. Após levantamento dos dados, realizaram um estudo comparativo que apontou a vitalidade das unidades léxicas de origem africana que integram o nosso vocabulário desde épocas pretéritas.

No texto “Linguagens e cruzamentos: a publicidade a automóvel numa viagem entre épocas”, Sara Antunes e José Teixeira comparam um conjunto de anúncios sobre automóveis publicados em um jornal de referência de Portugal, o *Jornal de Notícias*, entre os anos de 1986 até 1990, e os anúncios entre o ano 2010 e o ano 2016. Os autores procuram, nesse *corpus*, identificar as metáforas e metonímias que estruturam a respectiva comunicação publicitária, quer a nível de metáforas verbais, quer pictóricas, quer verbo-pictóricas. A análise permite interessantes conclusões que vão, desde a interdependência entre o funcionamento metafórico e o metonímico até a própria temática escolhida

7 SILVA, E. M. C. S. *A toponímia rural na construção cultural e histórica de Alagoinhas: acidentes humanos*. Dissertação (Mestrado em Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

para fonte e alvo das metáforas nas respectivas épocas, suas variações e inter-relações, evidenciando que as fontes e alvos escolhidos na metaforização dos automóveis mantêm uma visível relação com as vivências da comunidade linguística (e consumidora, numa perspectiva publicitária).

Em “A conceptualização metafórica de variação linguística na BNCC do ensino médio”, Edna da Paixão Pereira e Elisângela Santana dos Santos têm o propósito de discutir a conceptualização de variação linguística, em trechos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente do ensino médio, homologada em 2018. As autoras tomam como arcabouço teórico as contribuições da Linguística Cognitiva, sendo o estudo embasado nas discussões realizadas por autores, como Lakoff e Johnson (2002),⁸ Almeida e Santos (2019),⁹ Silva (2010;¹⁰ 2018¹¹), dentre outros, e apresentam os resultados, considerando as conceptualizações metafóricas de variação linguística acessadas no *corpus* estudado, por meio de modelos cognitivos metafóricos.

Em “Usos do ‘aí’ na fala popular soteropolitana: deslizamentos funcionais e gramaticalização”, Joelma Sena Gomes e Cristina dos Santos Carvalho, fundamentadas em pressupostos teórico-metodológicos do Funcionalismo norte-americano, com ênfase na abordagem clássica da gramaticalização, e da Sociolinguística Variacionista, analisam os usos do “aí” na fala popular de Salvador. Como *corpus*, utilizam dados empíricos da fala popular soteropolitana descritos por Gomes (2020)¹² e extraídos de 16 entrevistas do Programa de Estudo do Português Popular (PEPP) de Salvador. Para a descrição dos usos do “aí”, conciliam as abordagens qualitativa e quantitativa. Os resultados evidenciam que o “aí”, na fala popular soteropolitana, tem apresentado uma multifuncionalidade, motivada pelo processo de gramaticalização e evidenciada nos seguintes usos: dêitico locativo, dêitico temporal, anafórico, catafórico, sequenciador temporal, consecutivo e finalizador.

8 LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

9 ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. O estudo do significado léxico em semântica sócio-histórico-cognitiva. Macabéa. *Revista eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 2, p. 136-157, 2019.

10 SILVA, A. S. Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade. *Cadernos de Letras da UFF Dossiê: letras e cognição*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 27- 53, 2010.

11 SILVA, A. S. Polissemia na mente, na cultura e no discurso para uma abordagem cognitiva mais dinâmica e contextualizada da individuação, relação e mudança de sentidos. In: ALMEIDA, A. A.D.; SANTOS, E. S. (org.). *Linguística cognitiva: redes de conhecimento d’ aquém e d’ além – mar*. Salvador: Edufba, 2018.p. 161-181.

12 GOMES, J. S. *A gramaticalização do aí na fala popular de Salvador*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

No texto “O locativo ‘lá’ como subparte de uma construção negativa no português brasileiro”, Gessilene Silveira Kanthack e Valéria Viana Sousa buscam fazer uma descrição e análise de um padrão de uso envolvendo o locativo “lá”, tendo como base pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso, em especial, do modelo denominado Gramática de Construções. As autoras verificam que: (i) no padrão analisado, o locativo “lá” atua como subparte de uma construção negativa, compondo com a negação e o verbo uma unidade integrada de forma e de sentido; (ii) na formação desse pareamento, o “lá” desempenha um papel pragmático-discursivo, pois é usado para reforçar/intensificar o sentido da negação, e, também, indicar o não comprometimento do falante a respeito do que é dito no enunciado.

No que se refere ao texto intitulado “Ernesto Carneiro Ribeiro na reconstituição da sócio-história linguística: produção gramatical de um professor baiano negro no oitocentos”, Carolina Antonia Silva Trindade e Emília Helena Portella Monteiro buscam reconstituir a biografia de Ernesto Carneiro Ribeiro, médico, gramático e educador negro, situando-o no contexto sócio-histórico em que viveu, e apresentar as concepções de língua e de gramática adotadas em sua obra *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881).¹³ A análise baseia-se nos pressupostos da História Social Linguística (MATTOS E SILVA, 2004),¹⁴ da História da Cultura Escrita (CASTILLO, 2003;¹⁵ PETRUCCI, 1999¹⁶) e da História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 2009;¹⁷ FÁVERO; MOLINA, 2006¹⁸), com base em fontes bibliográficas e documentais. As autoras mostram que a carreira de Carneiro Ribeiro transpôs as expectativas do que se esperava para um homem negro e pobre na sociedade oitocentista, e os conceitos presentes na sua gramática filosófica dialogam, de forma seminal, com a abordagem científica, revelando o contexto transitório da escrita da obra.

Em “Aprendizagem da língua portuguesa em contexto inclusivo: um estudo de caso com alunos surdos e ouvintes”, Jocelma Rodrigues dos Santos e Valquíria Claudete Machado Borba têm por objetivo apresentar uma análise

13 RIBEIRO, E.C. *Grammatica Portugueza Philosophica*. Salvador: Imprensa Economica, 1881.

14 MATTOS E SILVA, R.V. *Ensaio para sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

15 CASTILLO G. A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 93-124, 2003.

16 PETRUCCI, A. Para la historia del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. In: PETRUCCI, A. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 25-39.

17 AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009.

18 FÁVERO, L. L. S.; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

do processo de ensino-aprendizagem de português em uma sala de aula inclusiva com alunos surdos e ouvintes na rede regular do ensino fundamental II, identificando as estratégias metodológicas e os recursos didáticos e tecnológicos usados em uma turma do 9º ano de uma escola municipal de Itaberaba (BA). Os dados analisados apontam para a necessidade de mais investimentos didáticos, pedagógicos e financeiros para um desenvolvimento promissor do processo de ensino-aprendizagem de português para surdos e ouvintes em contexto de inclusão em Itaberaba.

Vale ressaltar que os textos que compõem a presente coletânea são resultantes de estudos realizados por integrantes de grupos de pesquisa de diferentes instituições de ensino situadas dentro e fora do Brasil, a saber: Núcleo de Estudos Lexicais (NEL) do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Fala e Contexto no português brasileiro (GConPort) da UNEB; Grupo de Estudos em Semântica Cognitiva (Gescog/Prohpor/UFBA/UNEB); Grupo de Pesquisa em Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos (Linsp) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Grupo de Estudos Interdisciplinares em Língua, Linguagem e Cultura (GELLC) da UNEB; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (Gepead) da UEFS, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Grupo de Estudos em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Grupo de Estudos em Educação e Linguagem (GEEL) da UNEB; Grupo de Pesquisa em Linguagens, Estruturas e Práticas Sociais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Grupo de Pesquisa em Edição e Estudo de Textos (GEET) da UNEB; Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL) da UFMG, certificado pelo CNPq; Grupo Pragmática, Discursos e Cognição (Pradic) da Universidade do Minho (UMinho), entre outros.

Salientamos, também, que alguns desses textos são resultantes de pesquisas em andamento e concluídas no âmbito de diferentes programas de pós-graduação e, especialmente, do PPGEL da UNEB, cujos pesquisadores coautores não só orientaram os trabalhos expostos, como também ampliaram o escopo dos referidos estudos, disseminando as produções construídas em parceria, tal como recomenda a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em obras bibliográficas como esta.

Esperamos que as discussões aqui apresentadas possam contribuir, de forma significativa, para a compreensão do entrecruzamento entre linguagem,

discurso e sociedade no âmbito da Linguística, em seus distintos enfoques teóricos. Acreditamos que essas discussões sejam de interesse para alunos e professores de graduação e pós-graduação das áreas de Letras e Linguística e áreas afins. Propomos-lhes, então, uma incursão nos textos desta coletânea e desejamos-lhes uma boa leitura.

*Celina Márcia de Souza Abbade
Cristina dos Santos Carvalho
Elisângela Santana dos Santos*

Escrita de si, literatura e a subjetivação da mulher negra baiana¹

Edna Ribeiro Marques Amorim
Carla Luzia Carneiro Borges

Introdução

Neste capítulo, problematizamos, no âmbito dos Estudos Discursivos Foucaultianos, a literatura como lugar de subjetivação da mulher negra. Propomos uma análise de dois poemas da obra da poeta negra baiana Júlia Suzarte, “Resiliência” e “Poesia”, publicados no livro *No meu quintal* (2019). Tais textos são vistos como uma escrita de si, a partir das técnicas de si, com base em Foucault (2014b), aproximando esta noção foucaultiana de uma noção – escrevivência – cunhada por uma escritora, mulher negra, a partir de Evaristo. (LIMA, 2017) Essa aproximação acusa um lugar importante teórico e político, no sentido de reconhecer o espaço e a voz de quem conhece a dor e luta, pela linguagem, de uma raça à margem.

A poeta negra Júlia Suzarte tem 21 anos, nasceu em Feira de Santana, vive numa área remanescente de quilombo, no distrito de Maria Quitéria. Sempre estudou em escola pública e, hoje, cursa licenciatura em Letras com Espanhol, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Começou a escrever algo que, mais tarde, seria entendido por ela como poesia, aos nove anos de idade, tendo iniciado a postagem de seus escritos no Facebook em 2015, depois no Instagram em 2017. Foi convidada a participar do Programa *Encontro*, com Fátima Bernardes, exibido pela Rede Globo, no início de 2019, fato que lhe concedeu mais visibilidade e a oportunidade de publicar seu

1 Este texto apresenta resultados preliminares da pesquisa de doutorado, realizada por Edna Ribeiro Marques Amorim, sob orientação da professora doutora Carla Luzia Carneiro Borges, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

primeiro livro, do qual são retirados os poemas analisados neste estudo. Para falar de si, é necessário que o sujeito conheça a si mesmo e esse conhecimento se processa através de algumas práticas que o indivíduo executa, sob a forma de um exercício constante, denominado de “ascese”. A poeta constitui-se como sujeita, a partir do momento em que, saindo de um estado de menoridade, assume uma determinada conduta e demonstra como deseja ser governada, na tentativa de construir uma estética de existência.

A literatura de mulher negra que aqui se estabelece é anunciada como uma forma de resistir a toda essa tentativa de apagamento imposto pelas engrenagens que regem o poder, haja vista que as obras escritas por mulheres, principalmente negras, ainda hoje, não recebem o destaque que merecem diante do grande arsenal de escritos masculinos que são publicados em nossa sociedade. Assim, defendemos que a literatura dessa mulher negra faz o diagnóstico do presente, como prefigura Foucault (2018), em sua obra.

Neste texto, na primeira seção, abordamos os escritos da mulher negra como uma prática de si, a partir da qual ela se constitui e ocupa um lugar de visibilidade geralmente negado a pessoas negras, na sociedade atual. Na segunda seção, discutimos o conceito de autoria, proposto por Foucault (2015), e apresentamos uma poesia que é fonte de libertação, revelando uma atitude crítica face à realidade, ao usar a literatura para fazer o diagnóstico do presente. Por fim, encerramos este capítulo com as considerações finais e as referências.

A escrita de si como uma prática de subjetivação

O princípio do cuidado de si, segundo Foucault (2017), teve enorme importância na Antiguidade, mas posteriormente ficou eclipsado pela ideia de *gnôthi seautón* – “conhece-te a ti mesmo”. Na verdade, conhecer-se a si mesmo é uma forma de cuidar de si. Esse princípio, de certa forma, ficou esquecido, quando a teoria cristã relacionou o cuidado de si com a renúncia de si, alterando totalmente o seu sentido original.

A cultura de si não é uma preocupação recente, como se pode pensar, num primeiro momento. Foucault, em suas pesquisas, nos fala da cultura de si, desde o século IV a. C, quando Sócrates interpela Alcibiades a se preocupar com a *epiméleia heautoû*, que se pode traduzir como “ocupar-se de si próprio”. Naquela ocasião, Alcibiades queria governar a cidade, mas não

estava à altura da missão pretendida, não obstante sua posição social, uma vez que sua formação se assemelhava à de um velho escravo. Sócrates lhe convence de que precisa se preparar para estar à altura do cargo pretendido e, assim, Alcibíades aceita se submeter aos ensinamentos de Sócrates para aprender a cuidar de si. O cuidado de si assume, nesse momento, o lugar de uma pedagogia defeituosa que não conseguiu ensinar ao jovem o que ele necessitava para realizar o seu projeto, além de estar ligado à ambição política. Também estão presentes a ideia de uma relação erótico-filosófica com o mestre e a concepção do cuidado de si como uma forma de contemplação da alma por si mesma.

Mais tarde, no período imperial, o cuidado de si reaparece, com algumas diferenças. Agora esse princípio deixa de ser uma preparação momentânea para a vida e se torna uma forma de vida. Assume, ainda, funções inéditas: função crítica, já que o indivíduo deve se libertar de maus hábitos, e função de luta, posto que o sujeito precisa de armas e coragem para a batalha de toda uma vida. A relação com o mestre deixa de ser erótica e passa a ser de autoridade. Outra modificação é que este preceito implica um conjunto de práticas diversificadas, as técnicas de si – abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncio e escuta de outro etc. –, dentre as quais destacamos a escrita de si.

A escrita de si é pensada como uma forma de dar “[...] o que se viu ou pensou a um olhar possível [...]” (FOUCAULT, 1992, p. 130), pois se deve escrever tudo o que se fez ou pensou em um caderno de anotações, que funcionará, para o indivíduo, como um censor, um companheiro de ascese, assemelhando-se, portanto, ao papel da confissão ao diretor. Evidentemente, essa ideia era corrente no início do cristianismo, mas também figurou e se intensificou na época do império, entre os estoicos, sendo Sêneca uma das figuras de destaque. Este defendia que se lesse, mas que se escrevesse também.

A escrita aparece como uma etapa importante em todo o processo de ascese; como um treino de si, ela “[...] tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função *etopoiética*: é um operador da transformação da verdade em *ethos*”. (FOUCAULT, 1992, p. 134, grifos do autor) Seja através de textos de diversos autores misturados a reflexões pessoais – *hypomnemata* –, seja através de correspondências entre o mestre e o seu discípulo, como, por exemplo, fazia Sêneca com Lucílio, a escrita de si se configura num exercício de si que leva a uma conduta, a um processo de subjetivação do sujeito,

fazendo-o pensar em como deseja ser governado. Sobre esse ponto, a poeta negra escreve, em “Poesia”, um de seus poemas:

Que palavra é essa, que sopra coisas boas em meu ouvido
Que liberta minha alma para a luta?,
Que palavra é essa, que mesmo de pé ou caído
Está sempre me ajudando a manter a boa conduta?
(SUZARTE, 2019, p. 75)

Percebe-se que a escrita é uma forma de lutar contra o que oprime a sujeita – no feminino como modo positivo de marcar discursivamente o lugar da mulher –, é um modo de ela se constituir, de resistir, pois, ao dizer o que sente, ela anuncia para ela mesma e para quem a lê, em que reside a sua força para agir, “[...] a fim de reativar por si mesmo as verdades de que se teve necessidade”. (FOUCAULT, 2014b, v. 9, p. 275)

A mulher negra que escreve seus poemas, muitos deles nascidos em seu quintal quilombola, e os publica, em forma de livro, conta as experiências de si, um si que se constrói em cada verso, em cada temática, operando a constituição de uma sujeita que fala da sua experiência de mundo, como outras mulheres negras já o fizeram e foram, muitas vezes, invisibilizadas, como Carolina de Jesus, autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. É essa experiência que é chamada por Evaristo (LIMA, 2017) de “escrevivência”, pois a escrita dessas mulheres está contaminada pela condição de serem mulheres negras na sociedade brasileira. Esse termo que a escritora diz usar desde 1995, em sua dissertação de mestrado, joga com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, se ver.

Nessa direção, a poeta negra faz da escrita de si, da sua escrevivência, uma atividade constante em sua vida, é um exercício de ascese para chegar ao *ethos*, ou seja, é uma prática que levará a uma forma de conduta, a um modo de estar no mundo. É também uma forma de relatar o que sente, de tomar notas sobre si mesma, dizer o que se passa na sua alma, de informar o curso do seu pensamento; nesse aspecto, se assemelha ao caderno de notas estoico, referência feita por Foucault (2014b), em “As técnicas de si”. Esse movimento da mulher negra pode ser observado no trecho que segue, retirado, mais uma vez, de “Poesia”, um dos poemas de Júlia Suzarte:

Que palavra é essa, cheia de encanto
Que me liberta sempre que o mundo me sufoca,
Que palavra é essa, que nunca está de canto

Que me traz paciência nos dias de alta revolta?
(SUZARTE, 2019. p. 75)

Percebe-se que a atividade de escrever sobre o si é uma prática recorrente, porque essa palavra dita pela poeta negra “nunca está de canto”, pois a sujeita se mantém vigilante do seu propósito. Esses versos constituem-se numa confissão de si e, ao confessar as suas dores, expressas através do trecho “[...] sempre que o mundo me sufoca”, a poeta sente o poder libertador da palavra, que pacifica as suas revoltas, nos dias em que estão mais intensas. Nessa confissão, diferente do que é visto em “Segunda penitência”, em *História da sexualidade IV: as confissões da carne* (2019), a autora confessa o seu encanto com a atividade a que se acha atada, não para provar que merece crédito por ter contrariado alguma conduta ou ter cometido um pecado, mas para confirmar o poder libertador que emana de suas palavras. Sabemos que, se a autora escreve, é porque tem algo a dizer para si mesma e para os outros, que leem os seus versos, e esse algo, no caso, é essa sensação de liberdade, ela fala dessa forma de se governar, podendo dizer o que pensa, sem se sentir cerceada. Assim, confessar aqui faz parte do seu processo de subjetivação como escritora, não é uma prática feita para dar conta de tudo o que fez e que pensou a um mestre, como faziam os discípulos estoicos, é antes um exercício de si, no processo de construção de uma estética de existência.

Essa reflexão constante também é motivo de felicidade, fazendo a autora “rir à toa”, satisfeita com o que escreveu e, ainda, desperta nela o amor, faz com que ela veja o lado bom das pessoas, despertando a crença na humanidade, como nos atestam os versos abaixo, retirados, mais uma vez, do poema “Poesia”:

Que palavra é essa, que me faz sorrir à toa
Que faz minha mão bailar,
Que palavra é essa, que me faz enxergar o lado bom de cada pessoa
Que me ensina a cada instante a amar?
(SUZARTE, 2019. p. 75)

Como se pode verificar por esses versos, ao passo que vai escrevendo, a sujeita vai se subjetivando, vai se revelando a si mesma e aos que compartilham com ela essa existência. Uma existência de uma mulher negra que olha para si mesma tentando dizer em que acredita e qual o papel da literatura na sua vida, pois, ao escrever, ela se coloca numa posição de mestra de si, reclamando para si um lugar geralmente não ocupado por pessoas negras, principalmente

se forem mulheres, na sociedade atual. Talvez, por isso mesmo, essa poeta negra conclua seu poema com o seguinte verso: “Poesia.... Os meus olhos que me mantêm na certa direção”. (SUZARTE, 2019. p. 75)

Esse direcionamento do olhar marca a sua ainda curta trajetória como poeta, é praticamente a confissão de um objetivo para a vida, pois a poesia é caracterizada como os olhos que enxergam o caminho a percorrer, a poesia é essa bússola que conduz a uma busca de si mesma.

A função autor e o diagnóstico do presente

Para falar da noção de literatura, nos textos da mulher negra e em tantos textos literários, a partir de Foucault, necessário se faz pensar o que ele escreveu sobre o autor e sobre a própria literatura. Pode-se remontar ao texto “O que é um autor?” (2015), em que o filósofo discute dois pontos: no primeiro, vê-se que a escrita de hoje se libertou do tema da expressão, pois ela se basta a si mesma, ela se identifica com sua exterioridade desdobrada. Exterioridade que se reduplica, fixando a literatura como um ser da linguagem, possuindo sua autonomia. A literatura faz-se espelho de si mesma, num processo em que ela não remete ao mundo conhecido, mas reflete a imagem de si mesma tal qual um espelho que a projeta ao infinito. (MACHADO, 2012) No segundo ponto, constata-se o parentesco da escrita com a morte, pois escrever é um exercício para manter a existência, como o fazia Shehrazade, em *As mil e uma noites*. No entanto, nossa cultura subverteu esse exercício, ao proclamar que a obra que imortalizava o autor, agora pode matá-lo, fazendo o apagamento das ditas características individuais do escritor, uma vez que, ao escrever, ele oculta os rastros de sua individualidade particular. Daí que considerar ou não a relevância de se perguntar “quem fala?” importa nesta discussão, como ressalta Foucault (2015, v. 3, p. 271-272):

A formulação do tema pelo qual gostaria de começar, eu a tomei emprestado de Beckett: ‘Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala.’ Nessa indiferença, acredito que é preciso reconhecer um dos princípios éticos fundamentais da escrita contemporânea. Digo ‘ético’, porque essa indiferença não é tanto um traço caracterizando a maneira como se fala ou como se escreve; ela é antes uma espécie de regra imanente, retomada incessantemente, jamais efetivamente aplicada, um princípio que não marca a escrita como resultado, mas a domina como prática.

A partir dessa consideração, Foucault (2015) problematiza o fato de que o nome do autor não assinala apenas um nome próprio e que este apresenta os mesmos problemas de funcionamento que o nome do autor. Esse nome próprio é mais do que uma indicação, equivale a uma descrição e a uma designação, já que aponta inicialmente para alguém, mas não é só isso. A ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são a mesma forma, nem funcionam do mesmo modo.

Se descobrimos que um certo autor não morou onde se diz que ele habitou, isso não muda nada com relação ao seu nome próprio, mas, se descobrimos que um autor não escreveu determinada obra, porém outro o fez, isso muda o que se pensa sobre o autor. São mudanças de ordens diferentes, que nos fazem perceber que o funcionamento do nome do autor em relação ao nome próprio não serve aos mesmos fins. O nome do autor assegura uma função classificatória, abarca um certo grupo de textos, os quais devem ser lidos de uma forma específica: não são palavras cotidianas, nem indiferentes, porque devem ser recebidas de uma determinada maneira e possuem um *status* que as identifica. Em nossa sociedade, há discursos que são providos da função autor, outros não. Uma carta possui alguém que a assina, um contrato pode ter um fiador, mas ambos não possuem um autor. A função autor permeia um determinado grupo de discursos, caracteriza certo modo de existência, de circulação e de funcionamento de discursos específicos no interior de uma sociedade. Nas palavras de Foucault (2015, v. 3, p. 278, grifo do autor),

Chegar-se-ia finalmente a ideia de que o nome do autor não passa, como o nome próprio, do interior de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu, mas que ele corre, de qualquer maneira, aos limites dos textos, que ele os recorta, segue suas arestas, manifesta o modo de ser ou, pelo menos, que ele o caracteriza. Ele manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discurso, e refere-se ao *status* desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura. O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. [...].

Os livros de literatura costumam ter seus autores mencionados na capa ou na ficha catalográfica, mas essa designação serve a princípios de identificação e de direitos autorais, dentro do mercado editorial, não definirá a atuação de alguém no texto, nem identificará uma pessoa física que ocasionalmente declarará seu imposto de renda, mas a função autor regerá uma posição, de um sujeito que se constitui escritor. No nosso caso específico, temos uma

poeta que assim se constitui, quando tem seu texto publicado e acessível ao público, podendo falar de uma posição de mulher negra que está autorizada a dizer sobre a atualidade e a revelar sua maneira de pensar essa relação de sua escrita com o seu tempo, a partir do que pode dizer, a partir do que arrisca dizer, não obstante todos os silenciamentos que essa sua palavra precisou driblar. Sobre isso, Sobre isso, vale lembrar o que nos diz o mestre Foucault (2014a) em *A ordem do discurso*: há vários procedimentos de exclusão e a interdição é o mais familiar, afinal não se pode dizer tudo, mas existe quem se aventure a entrar nessa ordem arriscada do discurso, mesmo sabendo que não se pode falar tudo em qualquer circunstância.

Na escrita literária em questão, a função de autora desempenhada pela mulher negra poeta assume um lugar de ruptura, de quem faz o diagnóstico do presente, a leitura da sua realidade, a partir de uma transformação: essa sujeita deixa o estado de menoridade e passa a olhar o presente com os olhos daquele que faz um diagnóstico de pontos específicos de luta, de confrontos que vão se revelando no dia a dia. Neste ponto, a sujeita não delega a um outro a responsabilidade do que tem a dizer, ela sai do estado de subalteridade historicamente reservado aos negros em terras brasileiras desde que aqui chegaram, nos porões de navios, estado esse que não foi amenizado pela abolição da escravidão nem por políticas públicas que façam o resgate histórico da dignidade e da igualdade. Assim, quando essa sujeita registra um poema denominado “Resiliência”, ela implicitamente fala da atitude que todo negro, toda negra tem exercitado ao longo de sua existência para se autoafirmar. É o que parece comunicar os versos a seguir:

Mesmo que a alegria não esteja em ti
Tirando toda a força que te mantém de pé,
Saiba que a maior força está em si
E que nada destrói uma alma sustentada pela fé.
(SUZARTE, 2019, p. 52-53)

É uma alma sustentada pela fé que não desiste de lutar pelo que acredita. Essa ideia da luta, do embate aparece constantemente através da imagem da dificuldade, das asperezas do caminho:

Mesmo que a vida te bata e te jogue no chão
Tornando-se rígida e severa,
Lembre-se que guarda um desejo em teu coração
E depois da tempestade virá o dia de primavera.
(SUZARTE, 2019, p. 53)

É a ideia de uma subjetividade cristã de que, depois da tempestade, depois de um tempo de prova, virá a conquista representada pela chegada da primavera, por um tempo em que a maioria construída leva o sujeito a não se deixar governar pelo medo, nem pela opressão. Esse sujeito resistirá tendo como arma a sua inteligência:

Mesmo que as pessoas sejam ignorantes
Mesmo que já não tenha paciência
Ouse da mente brilhante
E mostre que a arma mais justa é a boa inteligência.
(SUZARTE, 2019, p. 53)

Foucault (2008) aborda essa ideia de maioria com base no que diz Kant, no texto em que se pergunta o que são as luzes, trazendo a noção de *Aufklärung*, atribuindo a essa palavra o sentido de pura atualidade. Kant não busca compreender o presente a partir de uma totalidade nem de uma realização futura. Para ele, a saída indicada pela *Aufklärung* é um processo que nos liberta do estado de minoridade, entendendo por minoridade um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão, sendo o próprio homem responsável pelo seu estado de minoridade. Vale destacar que Foucault (2008) afirma que o texto de Kant parece um tanto confuso, apesar da sua brevidade, entretanto, o que interessa a Foucault é justamente compreender como o autor coloca a questão filosófica do presente, centrando suas atenções na reflexão sobre a atualidade. Voltando o nosso olhar para a mulher negra, percebemos que ela não aceita a intervenção de um outro, que vai lhe dizer o que fazer, como deve se portar. Em sua poesia, ela mira-se no presente e revela a maturidade da poeta que sabe o que precisa dizer para si e para o seu público. A sua poesia é fonte de libertação dessa sujeita, que pretende fazer seu canto chegar a outros tantos sujeitos que, como ela, precisam dizer a que vieram nesse universo.

O que percebemos nesses trechos de poemas da mulher negra é uma atitude crítica face à realidade. A mulher negra assume o lugar da revolta, de mulher que não deseja ser governada pela opressão, pelo desânimo, mas se permite governar pelos anseios de luta que estão impressos em seu corpo negro, corpo – como diz Foucault (2018, p. 65) – “[...] marcado de história e a história arruinando o corpo”.

Ela também não deseja ser governada pelo medo, como demonstram os versos a seguir:

Mesmo que o caminho seja estreito
E que o medo se torne selvagem
Lembre-se que na vida tudo tem um jeito
E que o medo é apenas o oposto da coragem.
(SUZARTE, 2019, p. 52)

Para uma mulher negra, é preciso ter mais coragem que as outras escritoras não negras, no momento de empreender o trabalho da publicação de um livro, tendo em vista que, se o mercado editorial privilegia a edição de autores brancos, ser autora negra e baiana – o que significa dizer nordestina – é lidar com dificuldade de outra ordem, já que existe a tendência a privilegiar o trabalho de escritores que estão no eixo sul-sudeste do país.

Vale esclarecer que essa atitude crítica da qual falamos aqui trata-se daquela defendida por Foucault em seu texto *O que é a crítica? Seguido de a cultura de si* (2017), no qual ele analisa o surgimento de uma nova maneira de pensar, de dizer e de agir em que o sujeito se permite pensar em como ele não deseja ser governado. A sociedade, muitas vezes, propõe que sejamos conduzidos de uma maneira normativa, sendo essas regras ditadas por diversas instituições, que vão nos constituindo sujeitos de ações já pensadas, como se devêssemos viver no automático. O que esta sujeita negra propõe é, não obstante este “pastoreio” que tenta nos deixar apáticos diante das dificuldades da vida, dando lugar a um conformismo, que nós nos levantemos contra tais adversidades, que enfrentemos crenças já consagradas de que a mulher negra deve se conformar com o fato de que “o caminho seja estreito”, que não se apavore com o tamanho dos problemas, mas que se saiba que existe outro jeito, então ela irá buscar essa solução até de uma forma ainda não pensada. Eis a atitude crítica encontrada nessa prática de enfrentamento da realidade. Como já foi dito, ela não deseja ser governada pelo medo, nem se apavorar com a possibilidade da estreiteza do caminho, ela deseja ir em busca de uma nova passagem, de uma solução que alargue os horizontes de sua alma, possibilitando que ela cuide de si, usando uma conduta diferente daquela que foi pensada pela sociedade conservadora.

Retomando o que foi dito por Foucault sobre o texto literário, pode-se afirmar que esse tipo de texto opera na possibilidade da dobra sobre si mesmo, enaltecendo a figura do ser da linguagem. Para o filósofo (FOUCAULT,

2015), que evoca Blanchot, a experiência de escrever para não morrer é uma tarefa tão antiga quanto a fala. Ele aponta a possibilidade de, nas narrativas, os deuses enviarem infortúnios aos homens para que eles possam contá-los e, na sequência, diante da aproximação da morte, a linguagem é usada como um artifício para prolongar esse fim e não deixar que ele chegue a termo, reproduzindo essa linguagem até o infinito. Ele recorda, em *A odisseia*, o fato de Ulisses, cada vez que a morte o espreitava, sempre se livrar do perigo e já começar nova aventura, até o momento em que encontra o aedo, que canta a sua morte como se já tivesse acontecido, e Ulisses ouve e chora como a mulher que recebe o esposo ferido de morte. Porém, nesse momento, em que a morte se avizinha, Ulisses deve cantar seus infortúnios para afastar o destino que lhe é trazido por uma linguagem anterior à linguagem. É aqui que essa linguagem se reflete, tal qual um espelho, reproduzindo-se até o infinito. Machado (2012) afirma que, para Foucault, a literatura seria essa linguagem que viceja em um murmúrio ao infinito. Ela se reduplica, se repete, se desdobra indefinidamente, ela está sempre no livro por vir.

Assim pensando, podemos dizer que a literatura da mulher negra é esse canto do aedo que é pronunciado, não para anunciar o fim de um percurso ou de uma vida, mas o início de um processo de constituição de um si que está em constante formação. É um si que diz não à proposta de invisibilidade das mulheres na literatura canônica, é um si que não transgride, mas desobedece a essa ordem da sociedade normatizadora que define o perfil dos escritores como sendo formados por homens brancos, em detrimento da escrita das mulheres, principalmente de mulheres negras, apagando a sua participação no curso da história, no momento em que dificulta o acesso a seus livros e em que permite que a história das mulheres negras seja contada pela escrita de homens, em sua maioria brancos.

É por isso que é tão importante que seja apresentada a escrita de si dessa mulher negra e de tantas outras autoras negras, pois essa escrita contaminada com a sua vivência, essa escrevivência, como diz Evaristo (LIMA, 2017), conta a sua versão da atualidade, aquela vivida por quem cresceu através da dificuldade, mas não se dobrou ao insucesso das primeiras tentativas.

Considerações finais

A literatura é esse espaço de constituição do ser da linguagem, que se projeta para fora desse mundo natural, criando seu espaço até o infinito,

podendo levar à criação de outras existências, de histórias outras jamais pensadas ou vivenciadas pela mente humana. Essa forma de ver o literário leva a um modo diferenciado de ver o autor como sendo o portador da senha que nos leva a embarcar nesse espelho, que nos projeta dentro da história, na qual as possibilidades são ilimitadas.

A mulher negra escreve algo que assume a forma desse ser da linguagem no livro *No meu quintal* e nele se vislumbra a continuidade da construção de uma estética da existência que foi iniciada ainda nas postagens feitas nas redes sociais. Desde então, esse espaço do quintal se amplia para abarcar esse mundo literário criado pela poeta. Como no período imperial do cuidado de si, essa estética de si torna-se uma forma de vida da mulher negra baiana e, justamente por isso, assume a função de luta prevista nesse período, posto que é preciso preparar-se para a batalha de toda uma vida, usando como arma o que dispõe: seus poemas.

Vimos que a função autor funciona em certo tipo de discurso, fazendo com que se leia o que é chamado de obra de uma forma diferente de uma carta ou de um contrato, por exemplo. Na obra da sujeita em questão, essa função de autoria provoca a separação entre a figura da cidadã Júlia Suzarte e a autora negra de poemas, deslocando a sujeita para esse lugar de escritora, que – para dar conhecimento de seu fazer – começa escrevendo poemas e lançando-os, nas redes sociais, até o momento em que consegue reuni-los sob a forma de um livro.

Chegamos, então, a essa teia literária que reúne poemas, como os analisados, em que a artista afirma suas crenças, seus sentimentos, suas fraquezas e sua luta. E, ao contar, ela vai formando uma análise interpretativa do presente, verdadeiro diagnóstico da atualidade, a partir do seu lugar na sociedade. Esse lugar indica que há muito que se dizer sobre esse processo de subjetivação negra de escritora, numa sociedade que tradicionalmente privilegia a escrita de homens brancos, afinal aqueles sujeitos vistos como excluídos e sem voz, começam agora a furar o bloqueio construído há décadas, a partir de uma fenda na história, oportunizada pela ascensão de figuras que começam a ocupar o espaço virtual das redes, como uma forma de aparecer e mostrar o que pensam e de que ponto de vista.

Como a ascense feita pela mulher negra está em construção, esse exercício de si precisa ser diuturnamente praticado, com postagens regulares, em um treinamento constante, como pregava Sêneca, sobre temas os mais

variados, que poderão gerar matérias para outras publicações, que estarão sempre gestadas pela atualidade do dizer.

Referências

- FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?*. Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160. Disponível: <https://casadohiphopdeportofeliz.files.wordpress.com/2015/10/foucault-michel-a-escrita-de-si.pdf>. Acesso: 4 fev. 2021.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, M. As técnicas de si. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. v. 9, p. 264-296.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade IV: as confissões da carne*. Lisboa: Relógio D'Água editores, 2019. (Edição estabelecida por Frédéric Gross).
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2018.p. 55-86.
- FOUCAULT, M. *O que é a crítica?* Seguido de a cultura de si. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2017.
- FOUCAULT, M. O que é um Autor?. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Estética - literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. v. 3, p. 268-302.
- FOUCAULT, M. O que são as luzes. In: MOTTA, M. B. *Ditos e escritos*. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. v. 2, p. 335-351.
- LIMA, J. D. Conceição Evaristo: 'minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'. *Jornal Nexo*, São Paulo, 26 maio 2017. Disponível: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso: 14 de jun. 2020.
- MACHADO, R. O ser da linguagem. In: MACHADO, R. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 85-116.
- SUZARTE, J. *No meu quintal*. Vargem Grande Paulista: Anjo, 2019.

Toda menina baiana tem um jeito? Corpo, memória e discurso sobre a mulher baiana em postagens na internet

Palmira Heine Alvarez

Introdução

Para falarmos sobre os modos de constituição da representação discursiva da mulher nas materialidades em análise, é importante ressaltar que partiremos das noções apontadas pela Análise de Discurso de vertente pecheutiana, a fim de investigarmos o funcionamento da memória discursiva e da ideologia na constituição dos sentidos. As identidades culturais, a exemplo da baianidade e outras, não são elementos fixos que correspondem à essência dos sujeitos sociais, antes de tudo são construções sociais, ou seja, são ideias que circulam no imaginário social e que caracterizam os diversos grupos nos seus modos de agir, vestir, pensar, falar etc. Assim, a ideia de baianidade parte de uma construção social que diferencia os povos a partir de suas características gerais, mas, ao mesmo tempo, desconsidera os aspectos heterogêneos de um povo para representá-lo a partir de elementos homogeneizantes. Segundo Leite (2009, p. 1), a baianidade pode ser compreendida como:

[...] um conjunto de características que serviram para definir a Bahia, dentre as quais pode-se facilmente listar: a ancestralidade africana, um tipo de musicalidade, um ritmo diferenciado de tempo e vida, o temperamento alegre e festivo, a culinária, a capoeira, a figura da baiana de acarajé, dentre outros tantos elementos de caráter inequivocamente popular. Jorge Amado, Dorival Caymmi e tantos outros artistas locais que ajudaram a consolidar uma concepção de baianidade.

As características atribuídas a um modo de ser baiano, que constituem o que chamamos de baianidade, estão ligadas a um complexo arsenal simbólico que se pauta na diferenciação dos povos a partir de uma ideia do que está ou não ligado à representação desse povo. Alguns pesquisadores como Mariano (2009) concordam com a ideia de que a invenção da baianidade foi sistematizada a partir da difusão de características do povo baiano nas obras literárias de Jorge Amado e nas músicas de Caymmi, dentre as décadas de 1940 e 1960. Tal conceito, difundido fora das fronteiras do Brasil, a partir dessas obras, procurava manter a ideia de “originalidade” do povo baiano, atrelando-a a elementos que destacavam a Bahia, diferenciando-a de outros locais, construindo, assim, um produto a ser vendido para outros estados.

Segundo Moura (2011, p. 119),

No encadeamento desses processos históricos, torna-se fundamental compreender o vigor com que se estabeleceu, até o final do século XX, a narrativa da baianidade. Em que consiste sua trama? Ora, na representação da sociedade baiana – tomando-se quase sempre como referência a cidade do Salvador – a partir dos valores da familiaridade, religiosidade e sensualidade. Neste sentido, sua eficácia pode ser melhor compreendida se a dispomos em continuidade com a contribuição de artistas e escritores consagrados como Dorival Caymmi, Jorge Amado, Carybé, Pierre Verger, Caetano Veloso e Gilberto Gil, além de intérpretes que alcançavam muito sucesso já nos anos 60, como Gal Costa e Maria Bethânia.

O discurso da baianidade passou, então, a ser difundido também em músicas que representavam a Bahia como a terra da alegria e felicidade. Essa noção de baianidade foi, desse modo, apropriada pela mídia e transformada num produto turístico que atraía pessoas interessadas nesse *modus vivendi*. O discurso sobre o jeito de ser do baiano, presente na noção de baianidade, se consubstancia em práticas discursivas que regulam os sujeitos, permitindo considerar a existência de “bairanos de verdade” ou de “bairanos que não são realmente bairanos”, como se, para se constituir como um baiano de verdade, o sujeito precisasse aderir às características da baianidade difundidas pela mídia. O baiano de verdade seria aquele que compartilha das características de hospitalidade, alegria, felicidade, preguiça, sensualidade, religiosidade, dentre outras. Assim, observa-se o modo como as práticas identitárias são construídas discursivamente. Estas, longe de serem um elemento ligado à essencialidade de um povo, são importantes construções sócio-históricas e discursivas.

A baianidade compreendida, pois, como um conjunto de características e traços que constituem um modo de ser peculiar do povo baiano, diferenciando-o de outros povos, tem sido uma forma de caracterização histórica desse povo, o que envolve a existência de estereótipos, de sentidos cristalizados, e indica características únicas do povo baiano. Para Mariano (2009, p. 23), “o discurso hegemônico sobre o que é ser baiano é encarado como uma verdadeira cosmogonia e proposta ética, que indica valores, princípios, crenças, normas de conduta, postula vocações, habilidades, aponta problemas, arrisca justificativas, soluções, alimenta esperanças”.

O conceito de baianidade, de acordo com o postulado historicamente, considera o povo baiano de forma homogênea, como algo fixo, desconsiderando, pois, as especificidades que constituem a expressão cultural da Bahia, que não se reduz à cidade de Salvador. Consoante Zrníková (2007, p. 8):

Tratando da cultura baiana, o mais importante é salientar o fato que ela não é homogênea. A cultura do litoral extremo-sul da Bahia, da região cacauzeira, é muito diferente do interior, por exemplo, da região do rio São Francisco. Até para um estrangeiro que visita esta zona, as diferenças entre as regiões visitadas na Bahia são nítidas. A culinária de cada lugar na Bahia tem seu sabor próprio, o sotaque dos baianos difere de um lugar para outro, assim como a música tocada nas ruas tem seus ritmos variáveis.

No entanto, a ideia de baianidade que vem sendo difundida nacionalmente em músicas, propagandas, piadas etc, deriva de uma tentativa de homogeneização da identidade, desconsiderando as especificidades culturais de cada local que compõe a Bahia. Ao tomar um conjunto de traços simbólicos generalistas para a representação do baiano, o discurso da baianidade naturaliza características que se dizem comuns a esse povo, fazendo disseminar sentidos deterministas sobre a constituição dessa identidade simbólica coletiva. Assim, a representação da Bahia que circula na mídia, parte da ideia da existência de características, hábitos, práticas, e contexto considerados “tipicamente baianos”. (MARIANO, 2009)

A representação estereotipada do povo baiano passa, portanto, pela ideia de alegria nata, de um povo festeiro, malemolente, preguiçoso, lento, de mulheres sensuais e constantemente disponíveis sexualmente, ainda que se tente opor a imagem de povo malemolente à de povo festeiro, esta última também se liga a estereótipos sociais. Conforme Rubim (2003, p. 116):

Trata-se de consolidar e difundir uma nova identidade da Bahia: em lugar da antiga ‘boa terra’, marcada por um ritmo lento, preguiçoso, ‘malemolente’, tem-se agora um ritmo acelerado dos corpos em frenéticas danças e uma ‘ritmicidade’ vigorosa dos tambores que constroem a terra da felicidade e fazem da alegria, ‘um estado chamado Bahia’.

Desse modo, a imagem uniformizada de uma Bahia simbólica que não existe na prática, mas apenas nas representações imaginárias, é construída e difundida pelos meios de comunicação e pela mídia, fazendo com que os sujeitos se identifiquem ou se desidentifiquem com a forma-sujeito da formação discursiva do tradicional, da baianidade como essencialidade.

É comum ouvirem-se enunciados como ‘Terra da Felicidade’, ‘Aquele Axé que só se vê na Bahia’, ‘Boa Terra’, ‘Maior Festa de Rua do Mundo’, ‘Terra da Preguiça’, entre outros. Percebe-se um esforço de órgãos oficiais de turismo – neste caso, a Bahiatursa – com o uso de estratégias de *marketing* mundiais para vender uma ideia da Bahia a partir da uniformização das produções culturais simbólicas em detrimento de sua diversidade e pluralidade. (VERGARA, 2018, p. 103, grifo do autor)

Assim, dentre as características da baianidade, colocadas de forma natural e óbvia, pelo funcionamento da ideologia no discurso, situam-se as características da mulher baiana, que a partir de agora conduzirão nosso olhar: a ideia da sensualidade e sexualidade, muito ligada à constituição imaginária dessa mulher, discursivizada em diversas materialidades como sexualmente interessante, acessível ou lasciva. Esse ponto, que nos interessa de forma especial, será abordado na seção seguinte.

Sobre ser baiana: uma construção discursiva

Ao nos situarmos a partir da Análise de Discurso de vertente pecheutiana, é possível afirmar que observarmos as identidades e representações atribuídas aos sujeitos ou grupos sociais dos quais fazem parte, como um elemento de discurso, que, portanto, não é fixo nem apriorístico, mas deriva de construções históricas e de uma fluidez que constitui os próprios sujeitos nas teias identitárias. Nos pautaremos, então, na ideia de que a identidade discursiva é antes de tudo uma unidade imaginária, uma vez que o sujeito se constitui na dispersão dos discursos e sentidos, sendo, portanto, inserido na teia heterogênea da identidade. É pelo trabalho da ideologia, no entanto, que essa identidade se apresenta no discurso como natural e óbvia, como

transparente e destituída de historicidade e é a partir dessas construções que o sujeito baiano se constitui e é constituído. Se o sentido é sempre múltiplo e o sujeito se constitui ao mesmo tempo que o sentido, afirma-se que o sujeito está também constituído sempre pela multiplicidade.

Dito isso, cabe pensarmos agora sobre a construção discursiva da mulher baiana. Para tanto, vamos inicialmente, retomar algumas imagens que circulam na internet e que significam na história, ecoando sentidos do interdiscurso.

Figura 1 – A representação imagética da mulher baiana



Fonte: adaptado de Mulher Baiana (2018), Fotógrafo Antônio Cruz e Banco de imagens Pixabay.

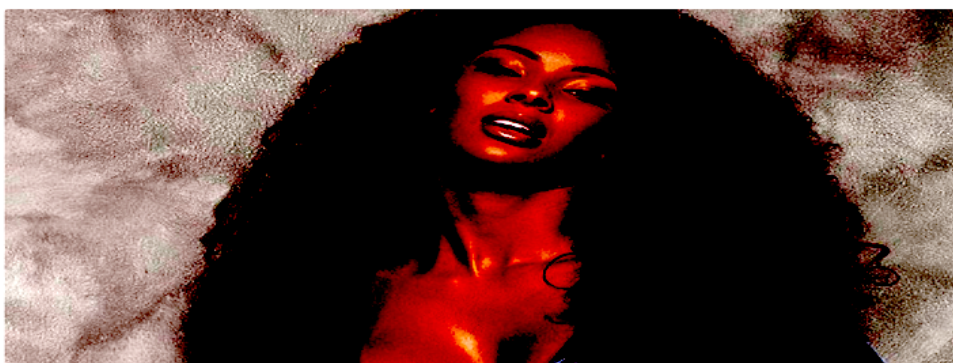
A Figura 1 foi obtida através de uma pesquisa pela expressão “mulher baiana” no Google. Nas imagens, seguidas das legendas, aparecem as mulheres baianas cujo corpo se desloca na historicidade de constituição de sentidos. Em primeiro lugar, destacamos a regularidade da representação dessa mulher pela apresentação do cabelo. A primeira mulher aparece com um lenço na cabeça; a segunda, vestida de baiana, aparece com o turbante próprio da sua indumentária de baiana de acarajé; a terceira aparece com o cabelo em forma de coque, indicando um adereço na cabeça. O cabelo, tomado aqui como elemento simbólico-discursivo, representa imagens que retomam uma memória histórica em que o turbante remetia, por exemplo, à indumentária das escravas de ganho que, com seus tabuleiros vendiam quitutes pelas ruas de Salvador. Há também nas imagens, a representação da mulher na esfera do turismo – a baiana de acarajé –, e a mulher comum – mas também produto de um discurso que a constrói como diferente. As legendas das imagens remetem, ainda, ao estereótipo da alegria que é representado pelo sorriso das mulheres na primeira e últimas imagens.

Segundo Pêcheux (1999), a imagem é “operadora de memória social” comportando uma trajetória de leitura. Ao mesmo tempo que ela se constitui como “operadora de memória”, ela é acontecimento, é discurso e, por isso, dotada de opacidade, sendo constituída na e pela ideologia. Portanto, a imagem da mulher alegre, e da mulher produto de turismo são um acontecimento que se inscreve na história fazendo circular sentidos sobre ser baiana. Assim, nesses corpos de mulher baiana representados nas imagens, se inscrevem sentidos que vêm da história, sentidos de alegria, de atração turística, de diferença. A imagem também é atravessada pela ideologia. Segundo Pecheux (2009, p. 135), “1) só há prática através de e sob a ideologia; 2) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Assim, as imagens das mulheres baianas são atravessadas por ideologias que geram sentidos: a ideia de mulher cujo corpo-imagem é marcado pelas características da alegria, do produto turístico, mas também da diferenciação natural, inscrita no uso de turbantes que a tornam excêntrica. É esse corpo que vai se constituindo como corpo histórico na internet fazendo os sentidos retornarem à zona da paráfrase que constitui a ideia de baianidade.

Figura 2 – Mulher baiana sensual

Famosos

Bailarina baiana do Faustão deixa bumbum à mostra em clique e seguidores baham



Fonte: reprodução *Bnews* (BAILARINA..., 2018).

A Figura 2 vem acompanhada de um enunciado que constitui a materialidade imagética em que aparece em destaque uma mulher morena com ar

sensual – “Bailarina *baiana* do Faustão deixa bumbum à mostra em cliques e seguidores babam”. Tal enunciado poderia ser dito de outro modo. Vejamos:

“Bailarina do Faustão deixa bumbum à mostra em cliques e seguidores babam”. O fato de haver a palavra “baiana” não é aleatório, mas retoma sentidos históricos sobre a ideia de mulher baiana e sensualidade.

Sabe-se que a sexualidade da mulher baiana é um elemento exposto em obras literárias, músicas etc. Esse ponto é parte de uma construção ideológica uma vez que esta mulher é constituída historicamente como sexualmente disponível, ideia essa que deriva da representação baiana feminina na história. Tal representação liga-se historicamente ao período da escravidão, quando a mulher negra tinha sua sexualidade explorada de modo a satisfazer as necessidades do senhor. Para Nogueira (1999, p. 44),

Seu corpo, historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinham seus senhores. Nesta condição eram desejadas, pois satisfaziam o apetite sexual dos senhores e eram por eles repudiadas pois as viam como criaturas repulsivas e descontroladas sexualmente.

A ideia de lascividade e disponibilidade sexual das escravas foi trazida por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1985). No livro, o autor coloca a questão da hiperssexualização da escrava como um elemento positivo que uniu o senhor de engenho à senzala, propiciando a miscigenação. Assim, o referido pensador nega a violência sexual sofrida por escravas que eram objetos sem corpo e sem alma, prontas a atenderem, pela violência, às vontades do senhor e as considera como responsáveis por disseminar no Brasil uma moral sexual libertina. A noção de mulata como lasciva deriva dessa construção histórica. Segundo Freyre (1985, p. 462), “o bom senso popular e a sabedoria folclórica continuam a acreditar na mulata diabólica, superexcitada por natureza [...]. Por essa superexcitação, verdadeira ou não, de sexo, a mulata é procurada pelos que desejam colher do amor físico os extremos de gozo, e não apenas o comum”.

Assim, as formas de circulação discursiva da ideia de mulata baiana como “fogosa”, sexualmente disponível, tem sido difundida em obras literárias, em músicas, em propagandas de turismo etc. Essa imagem que se vende da mulher e mais precisamente da mulata tem, como indicado anteriormente, raízes históricas.

O discurso de disponibilidade sexual da mulata baiana chama a atenção inclusive quando inserido como verbete no Google quando ocorre a associação verbal da expressão “mulata baiana” com inúmeros *sites* de conteúdo sexual, de pornografia e outros semelhantes. O mesmo acontece se procurarmos na referida plataforma de busca por imagens relacionadas à mulata baiana: as imagens que aparecem são de mulheres nuas, em posições sexuais e relacionadas a conteúdos pornográficos. Como analistas do discurso, nos questionamos o porquê dessa associação e, de fato, retomamos aspectos da historicidade constitutiva da construção da imagem da mulher baiana. Os modos de apresentação desse corpo feminino que se relaciona diretamente às raízes históricas da mulher negra, escravizada, da qual eram retirados os direitos à condição de humanidade, constituem-se como elementos de análise e reflexão, uma vez que o corpo, pensado como entidade simbólica e ideológica e, portanto, como discurso, não é apenas a representação de uma constituição física do sujeito, mas carrega sentidos.

O corpo sensual e “dengoso” da mulata baiana se refletiria num determinado jeito de andar, de dançar, de gestualizar. Segundo Haudenschild (2014), as músicas de Dorival Caymmi indicam uma certa representação das mulatas baianas, fazendo circular uma determinada visão sobre o corpo dessa mulher. Haudenschild (2014), fazendo referência a uma canção de Caymmi intitulada “Falsa baiana”, afirma que nela há a oposição entre a representação de uma verdadeira e falsa baiana, sendo a verdadeira baiana aquela que sabe sambar e mexer, deixando os homens de água na boca: “uma clara exaltação ao corpo e aos gestos de uma ‘nega’ tão desejável e retratada não tanto pelo que ela ‘é’, mas pelo ‘jeito’ como ela ‘faz’: no ‘falar’, no ‘andar’, no ‘sorrir’, no ‘sambar’, no ‘quebrar’, no ‘bulir’, no ‘cantar’ e no ‘olhar’”. (HAUDENSCHILD, 2014, p. 85)

As raízes históricas de representação da mulher baiana, na maioria das vezes apresentada como negra ou mulata exótica, ligam-se à ideia de que esta é sexualmente interessante, acessível ou lasciva, “assim como apontam para a cor e o corpo da ‘baiana sestrosa’, como ícones exóticos e apetitosos com características comuns”. (HAUDENSCHILD, 2014, p. 80) No século XVII, por exemplo, a imagem que estrangeiros faziam das mulheres da Bahia era a de mulheres com moral livre, sexualmente abertas. Segundo Laval (1944, p. 5), “[...] em resumo, as mulheres na Bahia são mais amigas dos estrangeiros do que os homens que, por sinal, são muito ciumentos [...]. sua conduta demasiada ‘livre’ e sua moral pouco ‘austera’”. É também da escravidão que

são provenientes as ideias de lascividade, ligadas às escravas, quando, exploradas sexualmente pelos senhores, pois elas são consideradas culpadas pela sedução que exercem sobre eles.

De modo geral, as mulheres negras e brancas, casadas ou solteiras, eram consideradas em Salvador como libertinas e assim tachadas pelos viajantes estrangeiros que passavam pelo local. No século XVII, é possível encontrar relatos de viajantes sobre as mulheres de Salvador, quais sejam o de que elas, por exemplo “sempre encontravam um jeito de conceder seus favores a nossos franceses, dos quais apreciam os modos sedutores e livres”. (FROGER, 1696 apud ARAÚJO, 2008, p. 61) A sensualidade dos negros e negras era explorada pelos senhores, senhoras, viajantes estrangeiros, de modo que estes eram representados como fontes de pecado. Um viajante inglês, ao relatar uma festa em Salvador, afirma que:

[...] começa a cantoria que logo cede lugar à tentadora dança dos negros... Duas pessoas de cada sexo bailam, ao dedilhar insípido do instrumento [a viola], sempre no mesmo ritmo, quase sem moverem as pernas, mas com todos os gestos lascivos do corpo, tocando-se durante a dança de uma forma singularmente impudica. (LINFLEY, 1708 apud ARAÚJO, 2008, p. 64)

Os modos de representação dessa mulher baiana, historicamente, portanto, estão ligados a questões da representação estereotipada da sexualidade feminina, através do mito da multirracialidade e da lascividade, atribuídas às mulheres baianas entre os séculos XVI e XVII como se pode ver nos exemplos anteriores. Deslocada historicamente, essa representação circula na atualidade abrangendo ainda outros elementos tais como: a religiosidade, a alegria e o gosto pela dança e pela festa, que constituem a imagem feminina a partir da ideia de baianidade.

Historicamente, sabe-se que a baiana é representada também através de seu aspecto étnico-racial: negras e mulatas são apontadas como as genuínas mulheres baianas. Essas imagens circulam largamente em referência à mulher baiana. Daí porque podem-se observar em muitas materialidades que há o protótipo de mulher considerada “a verdadeira baiana”, circula em materialidades diversas como: aquela que, além do aspecto étnico-racial considerado exótico e sensual, sabe sambar, dançar, é alegre, mística, cultua os orixás e está sexualmente disponível. A ela também se ligam ideias de sedução, magia, misticismo. É a ideologia, portanto, que diz o que é ser uma “verdadeira baiana”, que leva sujeitos a se inscreverem nas zonas de sentido,

ainda que não se deem conta disso. Por outro lado, o funcionamento da ideologia conduz a um estranhamento no que diz respeito à representação das mulheres baianas como mulheres brancas e cujo corpo não se constitui a partir das características da “verdadeira baiana”, daquela que samba no carnaval ou nas festas periódicas que acontecem durante todo o ano. A ideia de mulher baiana, portanto, é constituída a partir do discurso da baianidade e esta mulher é representada como um dos produtos a serem vendidos para a caracterização da ideia de Bahia como terra da felicidade. Segundo Pinho (1998, grifo do autor),

As mulheres são constantemente evocadas como uma das maravilhas da ‘boa terra’, epíteto comum para se referir à Bahia (assim como Terra da Felicidade, *Terre du Bonheur*, como aparece em cartazes da agência estadual de turismo). A figura retórico-sexual das três meninas é comum: na Bahia, o homem em busca de felicidade encontraria ‘negras fogosas, mulatas dengosas e brancas delicadas’ como em nenhum outro lugar.

A construção simbólica dessa mulher é, também, fruto de uma dualidade que se desenha desde os primórdios da construção de uma ideia de Bahia: ela é, ao mesmo tempo fonte de autenticidade e beleza, da pura essência da baianidade, e a responsável pela sedução implacável do homem. Assim, há uma face típica da mulher baiana trazida no imaginário que caminha por entre as questões étnicas, religiosas, formando, assim, a ideia de algo exótico que atrai a atenção dos turistas. Ainda de acordo com Pinho (1998):

O lugar da mulher nestes casos é análogo ao do negro, na medida em que, assim como este, ela não é sujeito, mas objeto de discurso, e também como este estaria mais próxima do ‘estado de natureza’. Mulheres, negros, mestiços: quase poderíamos dizer que ‘outros naturais’ formam a face ‘típica’ e visível do povo baiano tal como se constitui nestas representações. A ideia da beleza exótica é algo que também povoa o imaginário popular na construção da imagem da mulher baiana: o fato de ser colocada como exótica já indica um funcionamento da ideologia que se baseia na ideia de que sua beleza não é natural e, portanto, está no campo do que é diferente, exótico, deslocado do padrão geral. A excentricidade, assim, passa pela questão de que algo no corpo dessa mulher não é natural, por isso ganha destaque como exótico ou diferente.

Figura 3 – A baiana exótica



Fonte: adaptada de Arraes ([200-]).

Falando sobre o corpo negro como a carne mais exótica do mercado, Arraes (2013) afirma que:

A hipersexualização do corpo feminino negro, com ênfase em suas características consideradas ‘excêntricas’ e ‘diferentes do convencional’, promove uma falsa valorização das garotas negras, que deixam de ser completamente rejeitadas para se tornarem aceitas, desde que seus corpos sejam submetidos à exotificação racial.

Ao retomarmos as noções históricas sobre a constituição da Bahia, como um dos principais estados negros do Brasil, local que abrigou um grande contingente da população negra escravizada, é possível compreender que as ideias constantes nesse processo de representação da mulher baiana derivam desses já-ditos, fazendo atualizar uma memória pela paráfrase. A mulata, fruto da miscigenação entre negras e brancos no período escravocrata, tinha negada a possibilidade de constituição de uma vida familiar, sendo a ela também negada a maternidade, uma vez que uma escrava que tivesse dado à luz recentemente, era logo usada como ama de leite das mulheres brancas e seus filhos dados ou vendidos para outros senhores, em grande parte das vezes e disso derivou uma imagem negativa, estereotipada que constitui essas mulheres.

É apenas entre as décadas de 1960 e 1970, que a mulata passa a ser considerada como um símbolo de desejo. Ela passa a ser representada a partir de uma beleza exótica, diferente, servindo, na verdade, aos interesses do turismo comercial, como um elemento atrativo para turistas que vinham conhecer os encantos da terra da felicidade. Assim, a mulata, exótica, espontânea, sensual e sedutora, passa a ser relacionada à ideia de baianidade. Essa é a ideia de mulher baiana vendida nacional e internacionalmente, de modo que ela é representada como um produto fruto da exotividade, como atrativa, sensual e disponível. Na Figura 3, é possível observar o modo de construção da imagem da mulher baiana, colocada em destaque com turbante na cabeça, colares grandes no pescoço. O turbante colorido, aliado à sombra azul em destaque com os colares chamativos, traz à tona a ideia de exotividade, fazendo ecoar sentidos de uma beleza diferente, mas traz também pela memória, sentidos que remontam ao período da escravidão, em que escravas de ganho, vestidas com roupas de saia rodada e colorida, colares grandes no pescoço e turbantes, vendiam quitutes nas ruas de Salvador. É pela repetição que a memória discursiva traz as suas marcas. Chama a atenção, portanto, o modo como essa ideia de beleza diferente se repete ao ser ligada à mulher baiana, constituindo representações que caminham para uma mesma zona de sentidos, acionando a retomada da memória histórica. A memória se desdobra também na imagem, que, marcada pela opacidade, tem uma trajetória que indica caminhos da memória. A repetição nas Figuras 1 e 3 de adereços nas cabeças das mulheres ali representadas nos leva a uma zona parafrástica, em que o adereço físico se desdobra num elemento simbólico-discursivo, revestido de sentidos outros.

Cabe aqui trazermos à tona o conceito de intericonicidade, mobilizado por Courtine (2006 apud MILANEZ, 2006) para falarmos sobre o turbante como um elemento que carrega uma memória, mas também a atualiza e ressignifica. Pelo conceito de intericonicidade, é possível perceber que a imagem se constitui a partir de uma memória que a faz retomar outras imagens – a ela anteriores – situadas na história e aponta para imagens outras – a ela posteriores – que se constituem historicamente. Segundo Courtine (2006 apud MILANEZ, 2006, p. 168):

[...] toda imagem se inscreve no interior de uma cultura visual e essa cultura visual supõe a existência de uma memória visual no indivíduo, de uma memória das imagens na qual toda imagem tem um eco. Há um ‘sempre-já’ de uma imagem. Essa memória das imagens pode ser uma memória

das imagens externas percebidas, mas pode muito bem ser a memória das imagens internas sugeridas pela percepção exterior de uma imagem. Então, a noção de intericonicidade é uma noção complexa, porque ela supõe o estabelecimento da relação de imagens externas, mas também de imagens internas, as imagens das lembranças, as imagens que guardamos na memória, as imagens das impressões visuais armazenadas pelo indivíduo. Não há imagem que não nos faça ressurgir outras imagens, tenham essas imagens sido vistas antes, ou simplesmente imaginadas [...].

O turbante é uma retomada, pelas vias da intericonicidade da memória da escravidão, mas no contexto da Figura 3 é ressignificado, trazido dentro da esfera do discurso da beleza exótica, como algo a ser vendido para quem visita a Bahia. Assim, a Figura 3 retoma na memória elementos da imagem da Figura 4.

Figura 4 – A escrava de ganho



Fonte: adaptada de Jor (1866).

Na Figura 4, em destaque aparece a escrava de ganho, e é possível vermos o turbante e os colares no pescoço que marcam a construção da imagem da ganhadeira. Nesse caso, remontando a um momento histórico escravocrata, a fotografia faz ecoar dizeres sobre a mulher ali representada, a começar pelo título da imagem que pertence uma *Variada coleção de costumes e typos de pretos*

[...],¹ conforme descrição do acervo onde se encontra. No título não se menciona a condição de escrava, explorada, mas utiliza-se a expressão “typos de pretos”, indicando uma coisificação dos negros, a partir da ideia de categorização dos mesmos em diferentes tipos, o que indica a inscrição da ideologia na língua, pois a expressão “typos” traz um “já-lá” antes de tudo histórico que categoriza as negras em tipologias, fazendo ecoar a ideia de coisificação.

Circulando na internet, esses exemplos se deslocam na discursividade digital, estabelecendo relações com estereótipos e acontecimentos sociais, de maneira a diferenciar discursivamente as mulheres negras das brancas, as mulatas baianas das outras mulheres não baianas. Para isso, a ideologia funciona indicando o que é uma “verdadeira” ou “falsa baiana”, fazendo com que os sujeitos ocupem uma ou outra posição na esfera social. É também a ideologia que regula as formações discursivas que concebem a mulata baiana como objeto sexual, porque o sentido se constrói na historicidade e a memória histórica se atualiza nas práticas de difusão das imagens no meio digital. As imagens também carregam memórias, reverberam nelas outras imagens que significam e ressignificam, construindo zonas do sentido entre a paráfrase e a polissemia.

Considerações finais

A construção das imagens da mulher baiana é perpassada por uma série de pré-construídos situados historicamente provenientes do período da escravidão. Esses pré-construídos saem do interdiscurso pela retomada que o sujeito de discurso ao enunciar faz deles, passando pelo filtro da memória que rege uma formação discursiva e, conseqüentemente, gera sentidos. Nos exemplos analisados, foi possível observar o modo como a imagem da mulher baiana se desloca na discursividade digital, se construindo entre a repetição do mesmo – tanto no que diz respeito às características da baianidade –, quando a mulher é representada através das características de alegria, religiosidade, símbolo turístico etc, tanto quando ela é representada a partir da estereotipização do seu corpo e da sua sexualidade.

Foi possível observar a memória que atravessa as imagens na constituição de sentidos, constituindo, pela intericonicidade um diálogo heterogêneo com outras imagens, uma vez que a imagem também carrega marcas

1 Ver: Jor (1866).

da memória e também é construída na opacidade simbólica, entre o dizer e o não dizer. Desse modo, a repetição de adornos constitutivos do corpo da mulher baiana representada como exótica indica um trabalho da memória que faz atualizar sentidos.

Sabe-se que há muito mais a se dizer sobre o tema aqui abordado. No entanto, esse gesto de análise que culminou com este capítulo tem o objetivo de possibilitar debates outros sobre a temática, recortando-a a partir do viés dos estudos da Análise de Discurso de vertente materialista, a partir de um olhar que conduz a interpretação buscando compreender o trabalho da ideologia e da memória na construção dos sentidos.

Referências

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: Ed. UNESP, 2008.p. 45-77.

ARRAES, J. A carne mais exótica do mercado. *Portal Geledés*, São Paulo, 24 jul. 2013. Disponível: <https://www.geledes.org.br/carne-mais-exotica-mercado-por-jarid-arraes/>. Acesso em: 20 maio 2020.

ARRAES, J. Especial Consciência Negra – A carne mais exótica do mercado. *Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais*, Belo Horizonte, [200-]. Texto elaborado para as Blogueiras Negras. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/Imprimir/4185ef77-fe2e-451d-9ab4-03a76ddc8813>. Acesso em: 20 maio 2020.

BAILARINA baiana do Faustão deixa bumbum à mostra em clique e seguidores babam. *Bnews*, Salvador, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/entretenimento/famosos/213715,bailarina-baiana-do-faustao-deixa-bumbum-a-mostra-em-clique-e-seguidores-babam.html>. Acesso em: 21 maio 2020.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 1985.

HAUDENSCHILD, A. L. O denço que a nega tem: representações de gênero e raça na obra de Dorival Caymmi. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 16, n. 28, p. 77-88, 2014.

JOR, C. *Negra de ganho*. 1866. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.conradoleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=1758425>. Aceso em: 21 maio 2020.

LAVAL, F. P. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval contendo a notícia de sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil*. Porto: Livraria Civilização, 1944.

LEITE, R. C. N. A “baianidade” das elites nas primeiras décadas republicanas: identidade regional e projeto político. In: NEGRO, A. L.; SOUZA, E. S.; BELLINI, L. (org.). *Tecendo Histórias: espaço, política e identidade*. Salvador: Edufba, 2009. p. 181-198.

MARIANO, A. *A invenção da baianidade*. São Paulo: Annablume, 2009.

MILANEZ, N. O corpo é um arquipélago. In: NAVARRO, P. (org.). *Texto e discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 153-179.

MOURA, M. O oriente é aqui: o cortejo de referências fantásticas de outros mundos no carnaval de Salvador. In: MOURA, M. (org.). *A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo*. Salvador: Edufba, 2011.p. 87-129.

MULHER Baiana. *Alegria da Bahia*, Salvador, 2018. Disponível em: imagem:<https://alegriadabahia.com.br/portfolio/mulher-baiana/>. Acesso em: 23 set. 2020.

NOGUEIRA, I. B. O corpo da mulher negra. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 13, n. 135, p.40-45, 1999.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P.; NUNES, J. H.; OLARDI, E. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009.

PINHO, O. S. A. A Bahia no fundamental. Notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2020.

RUBIM, A. C. Cultura, política e mídia na Bahia contemporânea. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 93-117, 2003.

VERGARA, M. A. C. Da Bahia à baianidade. *Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas*, Ilhéus, v. 17, n. 31, p. 87-109, 2018.

ZRNÍKOVÁ, J. *A baianidade nas letras de Caetano Veloso e Gilberto Gil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Masarykova, Žerotínovo nám, 2007. Disponível em: https://is.muni.cz/th/qy2ke/Baianidade_nas_letras_de_Caetano_Veloso_e_Gilberto_Gil.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

Que ladeira é essa? Essa é a imagem da Ladeira da Preguiça!¹

Isabela Assunção Reis
Maria da Conceição Reis Teixeira

Introdução

Ao caminhar pelas ruas de Salvador ou de qualquer outro grande centro urbano, é comum se deparar com intervenções artísticas que chamam a atenção dos transeuntes, principalmente, pela criatividade de suas cores, tamanhos e locais onde são produzidos. Para muitos, essas intervenções são consideradas como arte ou forma de expressão, para outros, é rotulada como vandalismo. Classificado como principal referência de arte urbana contemporânea, o grafite conquistou de forma transgressora seu espaço. Originários das ruas, é, na maioria das vezes, representado por imagens que são acessíveis a qualquer transeunte. Essa acessibilidade que as imagens possibilitam é, talvez, o motivo que faça com que os grafites consigam dialogar de forma mais direta com todos os grupos, independente das características sociais e/ou culturais que estes tenham.

A grafiteagem, como linguagem e como elemento do processo discursivo, traz característica da situação que foi produzido, pois é realizado por um sujeito, dentro de um contexto sócio-histórico, relacionando-se com ele. Nessa direção, Carboni e Maestri (2012, p. 61) afirmam que a linguagem é “[...] profundamente determinada pelo momento histórico, pelas contradições sociais e pelos conflitos ideológicos – de classe, de gerações, de gênero, de

1 Este texto apresenta resultados parciais da dissertação de mestrado intitulada *O grafite como discurso de (re)existência na Ladeira da Preguiça*, defendida por Isabela Assunção Reis, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Reis Teixeira, no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), no ano de 2020.

grupos étnicos etc.”, e a partir do olhar, sua leitura cria uma diversidade de efeitos de sentido.

A Análise do Discurso considera os elementos que têm existência no social, na exterioridade da língua, como a ideologia e a história, consequentemente, os discursos não são fixos, podem passar por mudanças, acompanhando as transformações de espaço e tempo. Destarte, o discurso é definido por Pêcheux (2008) como prática social, resultante das relações dos sujeitos com posições ideológicas, em determinado contexto histórico.

Como enunciado, o grafite reflete o “vozeamento” periférico, que é ideologicamente silenciado, principalmente pela discriminação aos discursos que são ali materializados. Por conseguinte, pode adquirir diferenças com o tempo e espaço, pelas mudanças socioculturais, que, para Orlandi (2004, p. 97), habilitam “[...] novas formas de significação, novas organizações do dizer”. O que os grafiteiros fazem, tendo a cidade como suporte, é manifestar-se e estabelecer um diálogo com o urbano.

Nessa direção, Orlandi (2004, p. 12) afirma que “[...] observar a cidade é procurar compreender as alterações que se dão na natureza humana na ordem social”. Assim, compreendemos o grafite como um dos registros materiais das questões culturais e sociais, o que fundamenta a importância de analisar esse discurso, produzido por atores sociais, em situações determinadas, em que seu manifesto pode acarretar uma desorganização da ordem social.

A análise aqui proposta buscou subsídios teóricos na Análise do Discurso de linha francesa, filiada a Pêcheutiana, principalmente através dos estudos de Eni Orlandi (2004, 2015), propulsora da ciência no Brasil, aplicada para fundamentar os conceitos específicos da teoria, recorrendo a outras áreas do saber, para auxiliar nos sistemas de significação baseados nas representações sociais, e, aprofundando-se não só nos signos contidos nos grafites, mas também nos efeitos psicológicos das cores utilizadas na sua confecção.

Para a análise, foi importante estabelecer a relação com discursos anteriores e verificar as possibilidades de produção de sentido; o dito em relação ao não dito; as formas de produção históricas e sociais; assim como lugar e o modo onde o dizer é produzido. Orlandi (2015) assegura que a análise do discurso não pretende afirmar o sentido como verdadeiro ou definido, contudo, busca o real do sentido, em sua materialidade linguística e histórica.

Para o presente texto, levando em consideração os princípios da Análise do Discurso apresentados nos parágrafos anteriores, fizemos um recorte da pesquisa de Reis (2020), na qual foram analisados os conceitos de memória,

sujeito discursivo e forma de silêncio materializados pelos grafites elaborados para eventos políticos-culturais na localidade denominada Ladeira da Preguiça em Salvador (BA). O recorte aqui focado incide sobre a análise dos discursos materializados pelo grafite “Sobe preguiça”, o qual tem forte relação com o próprio nome que a localidade recebe enquanto signo toponímico.

“Que ladeira é essa?”

Fernandes (2007) defende que, para a Análise do Discurso, é preciso refletir sobre as condições histórico-sociais que envolvem a produção do discurso. Deve-se considerar a História como elemento, visando especialmente analisar o material em termos de produções localizáveis, em um lugar de produção socioeconômico, político-ideológico e cultural. Por esse motivo, antes de realizar a análise propriamente dita de alguns grafites, contextualizaremos historicamente a comunidade na qual o discurso foi produzido.

A Ladeira da Preguiça está situada no encantador bairro do Dois de Julho, na região do Centro Histórico da cidade de Salvador, que, no ano de 1985, foi reconhecida e tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por sua arquitetura e importância geográfica e histórica.

Através dos versos da música homônima de Gilberto Gil “Ladeira da Preguiça”, composta no ano de 1971 a pedido de Elis Regina, no período em que o cantor e compósito estava exilado em Londres, a comunidade se torna conhecida ou lembrada até os dias atuais. A canção retrata a saudade e as memórias de sua terra natal, foi gravada em 1973 no álbum nomeado *Elis*, tornando-se um grande sucesso internacional. A seguir temos alguns versos da letra da referida composição de Gil

Essa ladeira, que ladeira é essa?
Essa é a ladeira da Preguiça
Essa ladeira, que ladeira é essa?
Essa é a ladeira da preguiça. (LADEIRA..., 2005)

No período da fundação de Salvador (1549), a necessidade de comunicar as duas regiões favoreceu a construção de ladeiras, entre elas, a Ladeira da Preguiça. Construída no século XVI por mão de obra negra e escravizada, durante muito tempo, funcionou como principal via de acesso à região portuária, local onde circulavam as mercadorias vindas de além-mar.

Segundo relato dos moradores locais, o nome da localidade surgiu a partir de um antigo hábito de gritar “sobe preguiça”. Gomes (2017, p. 118), em seus estudos toponímicos sobre as ladeiras de Salvador, diz que “[...] a elite da época, a qual residia em casarões ao longo da via, costumava divertir-se com gritos de ‘sobe preguiça!’ ao presenciar os escravos subindo penosamente a ladeira”. Em função disso, Doria (2006, p. 94) explica que “[...] de forma irônica os feitores começaram a chamá-la de ‘Ladeira do Tira Preguiça’” e, com o passar do tempo, a primeira palavra foi suprimida, tonando-se Ladeira da Preguiça.

A Ladeira da Preguiça está situada em frente à Baía de Todos os Santos, o que lhes proporciona uma das mais belas vistas da cidade de Salvador, assim como umas das localizações mais bem privilegiadas, não só por ser a região comercial, mas, principalmente, por ser atualmente o polo turístico, e, conseqüentemente, cultural e de entretenimento.

Por suas características e peculiaridades, a comunidade atualmente resiste ao processo de especulação imobiliária, que consiste na compra e aquisição de imóveis – como casas, edifícios ou terrenos –, mantendo-os vazios ou subutilizados, na expectativa que seus preços aumentem no futuro, para transações com grandes empreiteiras com intuito de investirem, principalmente, no setor hoteleiro e de residenciais de luxo.

Os moradores da Ladeira da Preguiça em sua maioria são pretos e pobres, convivem com o medo causado pela especulação imobiliária, pois sofrem constantes ameaças de perder suas moradias, através da reintegração de posse, impetrados por seus proprietários. Por conta desse processo, também são frequentemente coagidos a se retirarem, com promessas de pequenas indenizações ou mesmo de expulsão forçada.

O descaso com a prestação de serviços corrobora para a permanência da imagem da região, como uma das “cracolândias” de Salvador. Essa categorização ocorre porque a localidade é atingida por um problema de saúde pública, de venda e de consumo de entorpecente, que, inevitavelmente, acarreta a permanência de grande número de dependentes químicos e/ou pessoas em situação de rua, contribuindo para a construção do estereótipo aos moradores locais, de forma que são, conseqüentemente, marginalizados e vítimas de preconceito sociogeográfico.

Há décadas, a Ladeira da Preguiça é atingida pelo abandono do poder público, e, com o passar do tempo, seus casarões sofrem com o desgaste, são consumidos por cupim, traças e fungos, já que seus moradores precisam

enfrentar desde a burocracia a não autorização para realizar pequenos reparos, por ser os casarões patrimônio histórico. Sem ações de manutenção visando a sua preservação, os que ali vivem veem suas histórias serem apagadas e suas vidas colocadas em riscos. Muitos são os casos de prédios históricos que desabaram, inclusive com registros de incidentes e mortes de moradores.

Grafite: arte que registra

Historicamente, os primeiros catálogos de rabiscos, que tinham como suporte as paredes, foram as pinturas rupestres. As tintas, produzidas com base em corantes naturais, eram utilizadas para registrar nas cavernas as imagens que retratavam a cultura e o cotidiano da época, relacionadas com o modo de vida e os hábitos dos povos paleolíticos. Desse modo, são considerados os primeiros exemplares de grafite da história. Outros exemplares longevos estão nas tumbas dos faraós egípcios, decoradas com imagens que narravam suas vidas e feitos.

A prática do grafite, como é conhecida hoje, difundiu-se pelo mundo a partir dos movimentos políticos em maio de 1968, quando os muros da cidade de Paris foram utilizados como suporte, para o registro das manifestações e das insatisfações de cunho social. Na década de 1970, ganha grande representatividade nos guetos de New York como forma de expressão “marginal” e integrante da Cultura do *Hip-Hop*.

No Brasil, o grafite emerge na década de 1960, sendo trazido por Alex Vallauri, etíope naturalizado brasileiro. Por esse motivo, é considerado o difusor do grafite no país. Sua importância como artista foi reconhecida em 1988, quando a data de seu aniversário, 27 de março, é instituída como o dia nacional do grafite.

A manifestação se expandiu, especialmente, como uma das formas de driblar as censuras impostas pela Ditadura Militar, rompendo as barreiras dos silenciamentos nos protestos nos centros das capitais, sua confecção ocorria em muros, monumentos e em faixa, com frases de ordem, que eram viabilizadas pelo rápido registro com a utilização do *spray*.

O grafite pertence a uma nova cultura contestadora, com sua própria identidade, sempre transgressora, rompendo e indo de contra às regras sociais. Sua contradição entre o marginal e o artístico adquire um papel integrador e socializador, com o objetivo de democratização, por facilitar e possibilitar o acesso da arte.

Na Ladeira da Preguiça, o grafite insere-se a partir de mutirões organizados com a colaboração e promoção do grafiteiro Júlio Costa, um dos idealizadores do Museu de Street Arte de Salvador (MUSAS) e pelo Centro Cultural que Ladeira é essa, fundado em 2013 pelos moradores da comunidade.

Os mutirões tinham como objetivo realizar inicialmente a pintura nas vias e nas faixadas dos casarões históricos – em sua grande maioria, tombados e abandonados pelos órgãos públicos. Objetivava ainda inserir a arte do grafite como meio de resgatar a cidadania e a identidade local, dando voz às angústias cotidianas através da linguagem urbana, que rompe o silenciamento local, constituindo-o, assim, discursivamente, no espaço da cidade, transformando não só as realidades físicas, mas social da comunidade da Preguiça.

A localidade registrou e vivenciou algumas mudanças, não apenas no aspecto urbanístico, mas, principalmente, no seu reconhecimento social, gerado pelo novo olhar sobre a comunidade, que se transformou em uma galeria a céu aberto. As intervenções existentes na Ladeira da Preguiça foram utilizadas também para compor várias produções audiovisuais, que buscavam como locação urbana os elementos existentes na comunidade para compor seus cenários.

O grafite como registro histórico e social

O grafite, com seus códigos verbais e não verbais, constitui-se lugar de produções dos dizeres, um contradiscurso que rompe o silenciamento e a relação do público e do privado, utilizando-se da linguagem artística, para dizer o não dito, dando significação a partir da interpretação. O seu espaço de dizer é aberto e acessível para aqueles que se permitem olhar, sendo classificado por Santos e Sobral (2013, p. 80) como “[...] formas de apropriação de um espaço para manifestação pessoal ou coletiva, normalmente uma forma de protesto, de denúncia de exclusão social”.

Salvador com sua diversidade e multiculturalismo faz emergir sentido a cada esquina, a cada rua, a cada ladeira, interagindo através de suas composições e de seus elementos significativos, que refletem sobre a própria cidade. Paes (2013, p. 15) afirma que essas intervenções, “[...] ao perturbar a ordem social, promovem a ressignificação dos processos discursivos que passam a ter uma existência, ao funcionar no espaço simbólico”. Assim, ao captar o olhar do transeunte, pela criatividade das produções, o grafite gera efeitos

de sentidos neste que não tem controle sobre o mesmo, por ser também o olhar um ato muitas vezes involuntário.

O grafite, linguagem que era repudiada pela organização da cidade, revela o discurso contestador, que, por muito tempo, foi silenciado. Suas narrativas urbanas denunciam e retomam o sentido histórico através do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer). Diferenças ideológicas e lugares sociais são representados por essa manifestação, que hoje é utilizada por alguns moradores, principalmente das periferias, para romper o silenciamento social e institucional no qual eles foram inseridos.

A Ladeira da Preguiça está inserida em uma realidade excludente e marginal. A grafiteagem, nesta localidade, vem sendo utilizada para romper com a invisibilidade que seus moradores estavam sujeitados durante muitos anos. Inicialmente com a questão estética, a arte com suas cores vibrantes alterou a imagem de sujeira, abandono e esquecimento, para algo mais dinâmico e humano da localidade. Posteriormente, a arte deu voz às angústias sofridas, de forma acessível, para todos que por ali transitavam. Os signos contidos nos grafites dialogam não só com os transeuntes, mas, com os moradores e a própria arquitetura local, retomando uma memória social, que aos poucos vai sendo (re)significada.

Os discursos materializados nos grafites rompem o sentido ao combater as representações sociais hegemônicas e dominantes dos já-ditos e dos significantes, auxiliando na (re)constituição da memória, e, possibilitando outros sentidos, o que perturba a ordem estabelecida. Orlandi (2004) diz que o processo de desorganização é necessário, pois, ao perturbar a ordem social, promove a ressignificação dos processos discursivos, que passam a ter uma existência, uma funcionalidade no espaço simbólico, desorganizando para organizar de outra forma.

A imagem da Ladeira da Preguiça

A Ladeira da Preguiça é tomada aqui como espaço discursivo, definido por Pfeiffer (2001, p. 32) como: “[...] lugar atravessado pela memória, atravessado por um conjunto de gestos de interpretação, é onde o sujeito se inscreve historicamente”. Cabe, portanto, ao analista investigar essas memórias, buscar e refletir sobre as condições histórico-sociais que envolvem a produção do discurso.

Conforme afirmamos anteriormente, a exterioridade é um elemento fundamental para a análise discursiva, porque corrobora para a produção de efeitos de sentido, uma vez que os sentidos não estão apenas nas palavras, mas, como afirma Orlandi (2015), estão nas condições em que foram produzidos e não dependem somente das intenções dos sujeitos, já que esses não têm controle sobre seus efeitos.

O grafite contém a materialidade histórica das imagens e das cores, ambas polissêmicas e heterogêneas, não só pelo implícito, mas pela sua multiplicidade de interpretações, que evocam outros sentidos, por sua interdiscursividade – caracterizada por um entrelaçamento de distintos discursos, provenientes de contextos históricos sociais diferentes –, podendo, assim, produzir múltiplos efeitos de sentido.

As cores são elementos que não podem ser desconsiderados em uma análise, especialmente porque elas podem e são utilizadas para gerar efeitos de sentidos na materialização do discurso. Como signos culturais, são operadoras da memória social, abarcando questões também sócio-históricas, como, por exemplo, na utilização para identificar partidos políticos e equipes desportivas ou para representar desejos e sentimentos.

Figura 1 – Sobe Preguiça

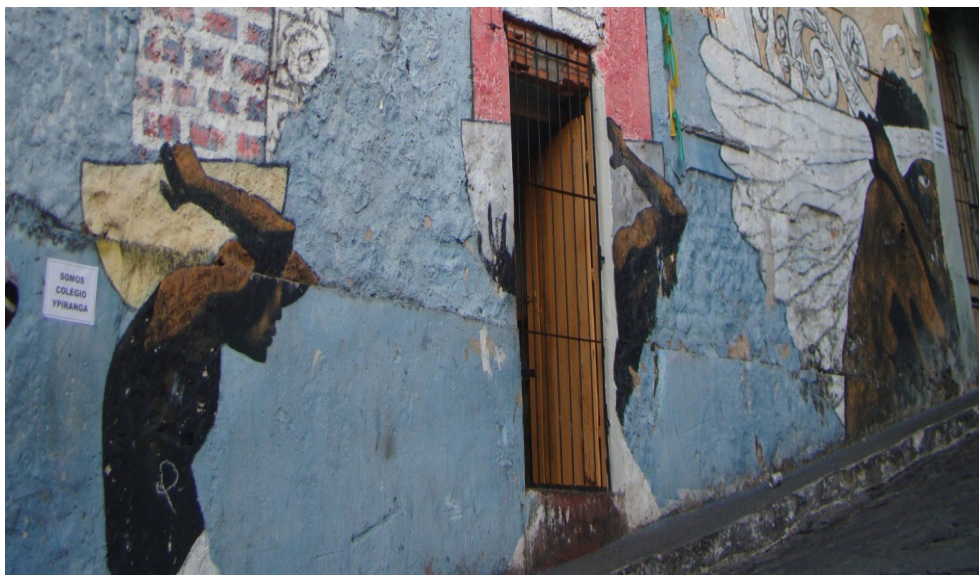


Fotógrafa: Isabela Reis (2020). Grafite: Raffu.

O grafite, representado na Figura 1, foi intitulado por nós de *Sobe Preguiça*, tendo em vista que está relacionado à história de origem do nome da comunidade. Produzido pelo grafiteiro francês Raffu, no ano de 2016, em um mutirão de celebração do terceiro ano de fundação do Centro Cultural que Ladeira é essa?. O evento foi organizado pelos membros do centro e executado pelo coletivo de grafiteiros MUSAS, em especial pela pessoa de Júlio Costa, grande colaborador da comunidade. O registro foi feito no mês de abril do ano de 2018, pela própria pesquisadora, que considera este grafite como o mais representativo da comunidade.

Iniciaremos a análise a partir, obviamente, do que mais nos chamou atenção, os sujeitos do discurso. Ao primeiro olhar, destacamos o sujeito histórico e temporal, representado pela imagem dos homens negros. Esses homens se encontram na mesma posição corpórea, sem camisa, com a mesma ação de subir a ladeira, carregando fardos, e, ao decorrer da inclinação, o seu tamanho vai, proporcionalmente, aumentando como podemos ver neste ângulo registrado na Figura 2, o que pode projetar a posição histórica na qual o sujeito se encontra.

Figura 2 – Fotografia da imagem dos homens negros



Fotógrafa: Isabela Reis (2020). Grafite Raffu.

Considerando o contexto histórico e toponímico, já descritos, verificamos que a representação do negro como sujeito explorado perdura, mesmo 130 anos após o fim da escravidão. O sujeito materializado é invisibilizado, simbolizado principalmente pelo encobrimento parcial da face e pela falta de identificação. Um sujeito discursivo explorado e objetificado que integra a história e apresenta marcas de temporalidade, e, trazem o passado como condição para se compreender o presente.

A presença do simulacro nas condições de materialização do discurso remete a um campo de significação do homem negro como trabalhador, proporcionando, assim, um deslizamento de efeitos de sentido em que o mesmo e o Outro se encontram, para revelar um ambiente de desigualdade, de exploração, que se (re)significa ao longo do tempo, mantendo-se sempre em funcionamento.

Figura 3 – Fotografia da imagem do Negro/Pilastra



Fotógrafa: Isabela Reis (2020).

Podemos verificar, no recorte da Figura 3, duas possibilidades de efeitos de sentido: a primeira, através do interdiscurso, retomando o negro na situação de explorado. Em paralelo, com o acionamento da memória social, a contestação sobre a participação ativa dos negros para a construção do país. Na imagem, ele é a base e sustenta a pilastra da estrutura da casa/social.

Na Figura 3, temos a imagem do homem negro de corpo curvado, que remete a um corpo que faz esforço físico, um corpo de alguém que não está numa posição de conforto, sobrecarregado. Esse corpo carrega em suas costas o pilar fundamental para a edificação da nação, constituindo-se, portanto, na base sobre a qual, se sustenta toda a estrutural social.

Figura 4 – Fotografia da imagem da janela



Fotógrafa: Isabela Reis (2020).

Na Figura 4, a qual consta imagem ampliada da janela contida no grafite *Sobe Preguiça*, percebemos a composição do passado e do presente que dialogam e se complementam mutualmente. Através da arte de grafitar, foi possível que a estrutura da janela fosse recriada com auxílio da tinta *spray*.

Essa janela com traços que retomam, na memória discursiva, antigas janelas, utilizadas nos casarões, das famílias de classe social abastarda, contrasta com os moradores atuais da ladeira.

O enunciado evidencia marcas do discurso simbólico urbano e sobre a relevância da conservação do patrimônio arquitetônico, especialmente para que esse não seja destruído, não só do ponto de vista físico, mas histórico e cultural, materializando, assim, um discurso de preservação e conservação.

Interdiscursivamente, a janela fechada estabelece uma conexão com um passado constituído do esplendor e da riqueza, que está obstruído, representando pelo bege que simboliza melancolia, talvez, por tentar acessá-lo. O branco pode representar a pureza e a verdade desse passado. A cor rosa relaciona-se à sua fragilidade, pintado na estrutura das paredes que estão em processo de deterioração.

No painel documentado na Figura 4, observa-se a predominância do azul, esta cor, associada ao branco da janela, produz uma sensação de frescor e higiene. Tais sensações são opostas à realidade daqueles que sobem e descem a ladeira, enfrentando a inclinação e abandono. Importante destacar ainda que ademais das cores presentes no grafite, a janela refere-se a uma moradia de determinada classe social que contrasta com os casarões atuais da comunidade.

Podemos perceber a presença do simulacro do negro, reproduzido a partir de um discurso colonizador, constituindo para o negro um efeito negativo e marginal no imaginário social do Outro. A foto registra a relação interdiscursiva que, através da memória social, faz emergir e reproduzir sentidos, a partir da relação e do paralelismo entre o espaço arquitetônico e o corpo negro.

Considerações finais

Compreendemos o grafite como objeto simbólico que produz sentido, pois, ao recorrer à memória discursiva, para interagir e interpretá-lo, fomenta-se a permanência ou é reformulação de novos discursos. Desse modo, os grafites são utilizados como contradiscurso ou “discurso de (re)existência” – termo que foi utilizado para classificar a ação de resistência com a própria existência.

O grafite é um registro do cotidiano e da cultura local. Sua leitura fornece elementos para uma análise contemporânea, que o conceba como objeto simbólico, produtor de sentido, com características conceptuais e estéticas próprias.

Como enunciado, o grafite aponta questões sobre o contexto sócio-histórico-ideológico no qual foi produzido, utilizando-se da linguagem artística para dizer, ganhando novas significações a partir de cada leitura empreendida. Desse modo, o grafite opera a memória social como um contradiscurso, que rompe o silenciamento e a relação do público e do privado, de forma subversiva. Materializa-se como prática contra-hegemônica dos lugares de produções dos dizeres. Por conseguinte, o material aqui analisado apontou para as condições de produção, dos dizeres nele contidos, revelando a realidade social da comunidade da Ladeira da Preguiça, bem como a posição dos sujeitos dos dizeres, ante a problemática social na que estão submetidos.

Dessa forma, destaca-se a relevância do grafite para comunidade, não só como instrumento que dá voz e garante o lugar de fala, mas, como um registro escrito das produções linguísticas desse grupo social marginalizado. Logo inferimos que, a arte de rua torna-se um palanque, para denunciar as mazelas a que estão submetidos, ao mesmo tempo em que serve como instrumento de retomada da memória coletiva. Por essa razão, o grafite pode ser considerado linguagem de uma memória social.

Davallon (1999) defende que objetos culturais, sendo as imagens exemplo destes, são operadores de memória social, que trabalham no sentido de entrecruzar memórias coletivas e história. É nessa perspectiva que acreditamos que o grafite contribui para estruturação de uma memória social e para o funcionamento da ideologia, já que “aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção, de significação”. (DAVALON, 1999, p. 28)

O grafite como objeto cultural possibilita, além do embate ideológico, uma inversão da memória social, ou seja, faz movimentar a memória relacionada a discursos anteriores. Essa memória tem como função assegurar a permanência de uma determinada representação, relacionada ao funcionamento de discursos hegemônicos dominantes, como por exemplo: racista e classista.

Os discursos materializados pelo grafite estão inseridos em um processo de constituição dos sujeitos e de suas manifestações, simbolizando o/no espaço urbano, atuando também na formação de uma memória discursiva, através da linguagem utilizada para mediar a relação de (re)existência e (re)significação do sujeito com o mundo.

Referências

- ACHARD, P.; DAVALLON, J. DURAND, J.-C. A imagem, uma arte de memória?. In: ACHARD, P. DAVALLON, J. DURAND, J.-C. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 23-32.
- CARBONI, F.; MAESTRI, M. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classe*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? . In: ACHARD, P.; NUNES, J. H.; ORLANDI, E. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 23-32.
- DORIA, L. E. *História de Salvador nos nomes das suas ruas*. Salvador: Edufba, 2006.
- FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: http://www.sergiofreire.pro.br/ad/FERNANDES_ADRI.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.
- GOMES, M. M. *O sobe e desce soteropolitano: estudos toponímicos de ladeiras*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.
- LADEIRA da Preguiça. Intérprete: Elis Regina. Compositor: Gilberto Gil. In: PURE Brazil II – Bossa 4 Two (CD 2). Intérprete: Elis Regina e outros. [S. l.]: Universal Music, 2005. faixa 14 (4 min).
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimento*. 12. ed. São Paulo: Ed. Pontes, 2015.
- ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- PAES, M. N. M. Os sentidos que arquivam no espaço urbano da cidade de Salvador (BA). In: SOBRAL, G. T.; SANTANA NETO, J. (org.). *Salvador em Discurso: estudo discursivo*. Feira de Santana: EdUEFS, 2013. p. 11-23.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- PFEIFFER, C. Castellanos. Cidade e Sujeito Escolarizado. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001. p. 29-33
- REIS, I. A. *O grafite como discurso de (re)existência na Ladeira da Preguiça*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

SANTOS, M. K. B. ; SOBRAL, G. N. T. História, silenciamentos e sentidos no Centro Histórico da cidade do Salvador. *In*: SOBRAL, G. T.; SANTANA NETO, J. (org.). *Salvador em discurso: estudo discursivo*. Feira de Santana: EdUEFS, 2013. p. 67-86.

Discurso, memória, cheiros, cores e sons na feira livre de Tucano, Bahia¹

Raíne Simões Macedo
Gilberto Nazareno Telles Sobral

Introdução

A cidade tem sido objeto de estudo de muitos campos do conhecimento. Cada um, à sua maneira e com seus objetivos, tenta conceituá-la, explicá-la, interpretá-la. No caso da Análise Materialista de Discurso (AD), a cidade não só é concebida do ponto de vista empírico e quantitativo, como também em sua dimensão, propriedade, grandeza. Numa perspectiva discursiva, o espaço citadino é muito mais que um conjunto de habitantes numa área geográfica delimitada, com uma quantidade de casas, comércios, indústrias, práticas culturais, dentre outros aspectos; é um sítio de significação, simbólico, com sua própria materialidade que (re)constrói sentidos; é onde os gestos de interpretação específicos ganham forma por meio do embate entre político e simbólico para constituir a ordem do discurso urbano. (ORLANDI, 1999) Esse confronto se materializa na linguagem, a qual tem a ideologia e a história em sua materialidade, e assim como todo discurso é ideológico, todo sujeito também o é. (PÊCHEUX, 2014)

Ao tratar da ordem, a AD não se refere à organização empírica, uma vez que tantas ciências já o fazem. Consideramos, sim, que a arquitetura, as manifestações culturais, os prédios, as cores, os grafites, as pichações as estátuas, os cidadãos, os discursos sobre a cidade e tudo que a constitui, que a signifique, seja com o intuito de resistir ou de transformar. No entanto, o

1 Este texto apresenta resultados parciais da dissertação de mestrado intitulada *O que é que Tucano tem? - sentidos, sujeitos e memória discursiva sob a perspectiva da análise materialista de discurso*, defendida por Raíne Simões Macedo, sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral, no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), no ano de 2020.

objetivo é mais amplo, é pensar como se constituem e circulam os sentidos na/da cidade pelo discurso a partir de processos históricos determinados, para que e para quem significam. (ORLANDI, 2004) Por causa dessas noções, elegemos a AD como principal base teórica desta pesquisa para analisarmos como a cidade de Tucano é significada no vídeo *Feira livre* (2014) do canal “Bora?”, no YouTube.

Situada no sertão baiano e emancipada em 21 de março de 1837, Tucano dispõe, atualmente, de uma população estimada em 52.540 habitantes, residentes, em sua maioria, na zona rural. (IBGE, 2017) Sua economia se desenvolve, principalmente, por meio da agricultura, da pecuária, do artesanato e do turismo, em especial, nos distritos de Caldas do Jorro e de Jorrinho – famosos por conta de suas águas quentes – e de Tracupá – com a produção e a exportação de artesanato em couro. Graças ao trabalho histórico de Rubens Rocha (1939-2017), publicado em 1987, podemos conhecer um pouco mais sobre os primeiros habitantes, os nomes, as manifestações culturais e os modos de sobrevivência na época da fundação dessa cidade. Desde então, Tucano tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento como da arquitetura, do turismo, da educação, da linguística, da história e de outras.

Um exemplo da notoriedade que a cidade tem ganhado é justamente a criação do canal “Bora?”, no YouTube, em 2014, por três jovens tucanenses² que desenvolveram um “movimento jovem-cultural, responsável pela produção audiovisual, fotográfica e literária na cidade”. (TUCANO..., 2017) Atualmente, o canal tem 20 vídeos dispostos em cinco *playlists* com eixos temáticos (“Terra”, “Povo”, “Feira”, “Festa” e “Históricos”). De modo geral, o canal tem o tema central, “O que é que Tucano tem?”, o qual aparece na vinheta de todas as produções audiovisuais. Relatos orais de diversos moradores e estudiosos da cidade, documentos oficiais e histórias dão corpo aos vídeos que não obedeceram a uma ordem cronológica dos fatos, mas se comprometeram em apresentar “Que segredos esconde um pedaço de chão de nome Tucano? Que veredas a percorrer? Ói que estão chamando de lá de entre as pedras! Bora? É aqui!”³ conforme consta na descrição do próprio canal. Essa característica dos vídeos justifica ainda mais a seleção da teoria para analisá-los, pois, para a AD, a história está dispersa.

2 Jovens indicados pelas iniciais: A.M.S.N.; C.A.D. e M.C.C.F.

3 Ver: https://www.youtube.com/channel/UC_Gb2c1dMFhcRCJr6GsiXew.

Diante das materialidades discursivas, chegamos às seguintes questões: quais efeitos de sentidos são produzidos sobre Tucano (BA) nos vídeos do canal “Bora?”? Como a memória discursiva e a heterogeneidade discursiva se põem em funcionamento para significar a cidade? Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar, com base na AD filiada a Pêcheux, de que maneira os discursos materializados nos vídeos do canal “Bora?” se movimentam para significar a cidade de Tucano. Como objetivos específicos, temos: explicitar como a AD concebe as noções de discurso urbano, sujeito e memória discursiva; visitar, tanto o contexto sócio-histórico abordado nos vídeos do canal “Bora?”, quanto o contexto de produção dos mesmos; demarcar, nos vídeos, os lugares sociais discursivos de ocorrências dos dizeres sobre Tucano e identificar como as diferentes perspectivas dos discursos se encontram para constituir sentidos sobre a cidade, por meio da memória discursiva.

Ressaltamos que a análise não tem por finalidade descobrir o(s) sentido(s) verdadeiro(s) sobre a história de Tucano nem mesmo desvendar a real identidade da cidade ou se ela aparece, até porque a sua identidade não pode ser vista como algo estático, mas como um conjunto de faces sobre a mesma. Trabalhar pelo viés da AD, que se debruça sobre os efeitos e os deslizamentos de sentidos, se atentando ao silenciamento, à ideologia, à historicidade, ao discurso, não nos permite apontar o que é ou não a verdade. O alvo não é determinar um discurso sobre Tucano, mas compreender como os heterogêneos discursos atravessam a cidade constituindo-a. Por isso, o percurso e o resultado desta análise não são únicos, são apenas mais uma possibilidade de leitura. O discurso tem dessas coisas, cada analista, a partir das questões que lhe suscitam, mobiliza conceitos e formulações que outro analista não o faria. (ORLANDI, 2003)

Estudar a cidade é compreender a história do lugar e os sentidos que se fazem sobre ele, considerando suas bases histórico-discursivas e a memória social de um povo, consideradas com tenacidade nos objetivos desta análise.

Para atingir os referidos objetivos, fomos do percurso da superficialização para a de-superficialização, ou seja, da superfície linguística (texto) para o discurso, do objeto discursivo (formações discursivas) para o processo discursivo (formação ideológica e memória discursiva). (ORLANDI, 2003)

Construções discursivas da cidade de Tucano no vídeo *Feira Livre*

Sábado é o dia da semana que pode ser um dos mais esperados pelos tucanenses, o dia em que muitos se encontram, o dia das cores, do diversificado, dos cheiros, o dia oficial da feira livre. A seguir, analisamos o discurso e a memória discursiva no vídeo *Feira livre*, publicado em 30 de março de 2014, pelo canal no YouTube “Bora?”. A produção audiovisual mostra a diversidade de cores e sabores, das histórias e dos modos de vender que constituem o comércio de rua, apresentando não só registros visuais da feira, mas narrativas, resgate histórico e cultural da memória de um povo que, independentemente do tempo em que estão nessa jornada – alguns, há 4 anos, outros, há 48 –, tem muita história pra contar. Vale ressaltar que, ao trabalhar com a produção e circulação desses sentidos, estamos resgatando condições ideológicas e históricas que engendram esse discurso sobre a feira livre de Tucano. Isso constitui a memória desse discurso, os ditos, não ditos e já ditos, os esquecimentos e a repetição que fundamentam a identidade fragmentada da cidade e de seus moradores. (ORLANDI, 2004)

Figura 17 – Capa do vídeo *Feira livre*



Fonte: adaptada de *Feira Livre* (2014).

Muitos estudiosos do discurso e de outras áreas do conhecimento científico têm pesquisado sobre as feiras livres das cidades. Borges (2009, p. 2), em suas pesquisas, defende que, ao vender produtos na feira livre, vende-se também um jeito de viver, histórias, culturas, valores. Basicamente, as feiras livres são

Feiras de diversos povos, advindos de regiões diferentes, unidos pelo mesmo objetivo de comercializar seus gados/produtos. Muitas feiras, muitas culturas, muitas memórias. [...] As pessoas ficam mais próximas, acolhem-se, umas para falar, outras para ouvir, umas para vender, outras para comprar. Para vender, o feirante canta, grita, fantasia-se. É uma verdadeira encenação: gestos, gritos (que parecem lembrar os aboiros), expressões e relatos de vida que vão do esforço para produzir o que tenta vender, até dificuldades que vivencia, a fim de convencer o comprador.

O vídeo apresenta exatamente essas cenas como a essência do que se chama de feira livre e essa seleção de imagens e enunciados que os produtores fizeram estão intrinsecamente ligadas a formações ideológicas, neste caso, formações ideológicas regionalistas que constituem um imaginário de Tucano como lugar de encontro, de acolhimento, mas também do diverso – várias histórias, várias crenças, vários estilos de vida, várias culturas de cidades próximas, vários produtos etc. A história da feira livre se liga à história da formação da cidade e de seus períodos de grande pobreza, de acordo com o que declara o primeiro entrevistado no vídeo: “*Tucano era de uma pobreza de fazer pena, de cortar coração, hoje Tucano tá rico*”. (Entrevistado 1) Isso se dá pelo fato de Tucano ter passado por momentos críticos como a epidemia da febre amarela, em 1868, tendo que transferir o local da feira, e os períodos de seca, dentre os quais, em 1931, a cidade teve de ser supressa. (ROCHA, 2016) Pela idade do referido entrevistado, um senhor idoso, podemos concluir que ele, se não viveu, alcançou essas histórias contadas pelos seus pais e avós. Falar da feira livre, portanto, é resgatar essa memória de extrema pobreza financeira, de falta de assistência médica e de boas condições de moradia. Notemos que não é necessário que o entrevistado mencione a história da formação da cidade, no entanto, ao revisitarmos as condições de produção, não só do vídeo, mas também o próprio contexto da origem da feira em Tucano, conseguimos analisar essa memória no discurso que faz parte da história de tantos outros municípios Nordeste adentro.

São narrativas como essa que vão constituindo as identidades sociais do povo tucanense, pois, segundo Moita Lopes (2002, p. 64), esse processo

de construção identitária é fragmentado e mediado pelo discurso, o qual se configura como uma forma de agir sobre o lugar que vivemos, assim, as narrativas contadas pelos ambulantes são “instrumentos que usamos para fazer sentido do mundo a nossa volta e, portanto, de quem somos neste mundo”. Podemos analisar isso quando, na sequência do vídeo, outro entrevistado, ao falar da feira, conta suas histórias de infância: “*Eu era menino aqui, quando eu era menino aqui era uma festa, a feira, a feira livre de Tucano. Tinha gente de todo lugar, né, pra cá, principalmente, por causa do feijão, do milho, né, a indústria do couro [...]*”. (Entrevistado 2)

Notamos que a identidade da cidade está sendo construída por meio dessas narrativas, sentidos que a constituem como um ponto de encontro entre “gente de todo lugar” com muitos tipos de produtos regionais, advindos da agricultura, do artesanato, ou seja, dos frutos do trabalho majoritariamente manual do povo do sertão. Esses produtos, ao serem vendidos/comprados, promovem também um jeito de se viver, a memória do povo sertanejo; ir à feira, defendê-la, rememorar-la com afeto é prática discursiva que constitui sentidos sobre os feirantes, os consumidores e a própria Tucano, que ainda persiste em apoiar suas feiras mesmo em meio ao desenvolvimento comercial capitalista que tenta sufocar os vendedores ambulantes. Fica evidente a interpelação por uma formação ideológica regionalista que constitui um discurso sobre a cidade, no qual se enfatiza práticas discursivas como algo particular de Tucano. Sabemos que as feiras livres geralmente apresentam as mesmas características – são diversas, acolhem feirantes de outras cidades etc. –, no entanto, no vídeo, embora não se mencione que somente a feira tucanense é assim, o fio discursivo produz sentidos de “aqui” a feira é diferente – “aqui era uma festa”. O sentido de pertencimento e identificação de um povo a uma prática discursiva que é a feira livre de Tucano.

Observamos também a avaliação que o segundo entrevistado faz da feira não só concluindo que ela era uma festa, mas que o encontro era de pessoas de todo lugar e não somente tucanenses: “*era uma festa, a feira, a feira livre de Tucano. Tinha gente de todo lugar*”. (Entrevistado 2) Acerca dessa avaliação, Moita Lopes (2002, p. 67) defende que nas narrativas avaliam-se também “a) ‘como o mundo deve ser’; e b) ‘o tipo de pessoas que o falante e os interlocutores são’”. No ato de rememorar a feira livre dos tempos passados como uma festa, num tom de nostalgia, como se ela já não fosse mais, discursiviza-se como ela era e como ainda deveria ser. Mas, não só isso, a forma como esse sujeito a vê o constitui como alguém que valoriza a feira, algo que para muitos pode

ser somente mais um dia comum na rotina da cidade, ou seja, o indivíduo é interpelado pela formação ideológica regionalista, se inscrevendo numa formação discursiva que preza pela história e cultura da cidade, que defende a feira como algo inerente a Tucano. Em outras palavras, observamos que essas posições discursivas são assumidas a partir de formações discursivas que positivam a cidade a partir de sua feira livre.

Noutro momento, o mesmo entrevistado continua a narrar a feira sempre com ênfase no passado, como já vimos, a feira era “uma festa”, agora vemos que também “era uma das maiores feiras da região”:

A feira tomava esse espaço aqui da praça, em frente à Igreja Matriz, que era aquela ala de farinha... e aquela outra que é a sete de setembro, então tinha aquele movimento. Era uma das maiores feiras da região. Eu até trabalhei, assim, tinha um carrinho pra pegar mercadoria, a gente não tinha dinheiro. Com o colega meu, a gente pegava um saco de feijão, um rolo de fumo, uma coisa, e cobrava naquela época, não sei se era mil réis ou... ou cruzeiro. (Entrevistado 2, grifo nosso)

Quando lemos essas narrativas, podemos inferir que vai além de uma apresentação do que é e de como é a feira tucanense, a relevância da feira para a cidade parece estar embutida no discurso do vídeo. Essa inferência pode ser bem mais defendida quando revisitamos o contexto de circulação do vídeo quando ele foi publicado. Muitas mudanças ocorreram ao longo do tempo, não só no local da feira e seus feirantes, mas também nos dias e na forma como esse evento foi sendo enxergado pela sociedade. Recente ao momento da publicação do vídeo no canal, estava-se discutindo com fervor na cidade sobre a mudança do dia oficial da feira. Para alguns, tal possibilidade desvalorizava a memória cultural da cidade, para outros era só uma questão de ponto de vista e de modernização do comércio local.

Diante dessas condições de produção do discurso materializado no vídeo que agora analisamos, podemos compreender melhor como se constituem esses sentidos, principalmente, nas falas do Entrevistado 2. Noutra fonte, um *site* local, o historiador e tucanense, Rubens Rocha, defende que, pelo fato de a feira livre ser a cultura de Tucano, ela deveria ser conservada no dia de sábado, conforme a tradição:

A feira livre realizada aos sábados sempre foi tida como uma das mais movimentadas da região mesmo em fases de seca, a ela afluindo não só produtos da zona rural bem como comerciantes de outras regiões e turistas que vem

a Caldas do Jorro esse paraíso das águas quentes trazendo na sua bagagem como uma das atrações turísticas, a visita a feira livre aos sábados (geralmente eles chegam às sextas). Muitos argumentam, Caldas do Jorro tem a sua feira livre aos domingos, sim, mas a de Tucano é tradição, merece ser preservada. A feira é um lugar com cheiros, cores e sons que nos remetem ao nosso passado e, talvez, à nossa infância. Quando menino, era divertido olharmos a feira livre aos sábados, praças cheias de caminhões num verdadeiro vai e vem de pessoas, automóveis, engarrafando o já complicado trânsito de Tucano. [...] Observando de fora a feira parece um verdadeiro teatro, onde protagonistas (feirantes) participam ativamente. [...] A feira livre de Tucano aos sábados é cultura, preservá-la é uma tarefa de todos.⁴ (ROCHA, 2013)

Diante dessas informações históricas, notamos que, na sequência discursiva em que a feira livre é discursivizada como uma festa apenas no tempo passado, temos uma formação discursiva de resistência. Observamos a natureza constitutiva do discurso como esse lugar de conflito, de luta entre os sentidos da feira como algo ultrapassado – do ponto de vista comercial – e desorganizado, pois provocava engarrafamento – “engarrafando o já complicado trânsito de Tucano” – e como forma de “cultura”, uma “festa”, uma “tradição”, como “antiquíssima”, além de ser um “cartão postal” e uma “atração turística”, conforme vemos a seguir: “Hoje se discute em mudar a feira livre de sábado pra sexta ou outro dia da semana. Eu sou contra, eu fui contra. *É um cartão postal, a feira livre de Tucano e é uma atração, é mais uma atração turística, a feira livre de Tucano*”. (Entrevistado 2, grifo nosso)

Nessa sequência discursiva, especificamente na parte em negrito, não só analisamos mais uma vez a avaliação de como a feira é, mas também o posicionamento do sujeito falante a respeito da mudança do dia oficial da feira. Esse posicionamento é assumido por meio da interpelação ideológica da tradição e do regionalismo em contraposição a formações ideológicas do capitalismo. Assim, a identidade vai se constituindo apontando para a memória desse passado em contraste com o presente, no que tange às práticas discursivas sobre a feira, possibilitando-nos uma releitura desse dia na cidade que pode estar ameaçado pelas modernizações do comércio local e as tentativas de transformar a mistura de produtos e povos em algo mais “organizado”, padronizado. Isso é perceptível quando, noutro momento, ao falar que a feira é cultura, o mesmo entrevistado diz que ela é diversa, “Tinha gente de todo lugar”. Isso indica não só a mistura de produtos: chapéus de palha, bolsas de couro, doces, remédios naturais, frutas, legumes, galinhas e ovos,

4 Ver: <http://www.bodeassado.com.br/colunista.php?id=148>.

carneiros, especiarias, roupas, tecidos, refeições etc., de vários povoados da cidade e municípios vizinhos, mas conseqüentemente, a mistura de povos, de outras histórias, outros sotaques, outras linguagens, outras identidades, outros modos de vender e de pechinchar, outros modos de viver, de plantar, de colher, outras receitas, outras culturas.

O fato de a feira, atualmente, não somente acontecer aos sábados, mas todos os dias da semana, acaba perdendo seu *status* de espetáculo, de atração, pois, o bonito da feira é essa mistura e encontro de gentes, num só dia e num só lugar. Vejamos na seguinte seqüência discursiva:

Antigamente, quando eu comecei, todo mundo só colocava no sábado e de quinze, treze anos pra cá, tem todos os dias na feira, tem gente que bota todo dia. Então, a pessoa que comprou quinta-feira não vai comprar hoje, no caso, né?. Pessoas que veio dos povoados ontem e encontrou tudo aí na feira, levou alguma coisa, já não vem hoje. Mudou muito, porque quando eu mesmo coloquei, era assim um espetáculo, todo mundo só fazia dia de sábado. (Entrevistado 3, grifo nosso)

O sábado era o dia do encontro, pois todos só tinham esse dia para ir às ruas e consumir os produtos, conversar, se encontrar, se conhecer. Depois da mudança, o espetáculo já não é o mesmo. Notamos que nessas seqüências discursivas a feira é discursivizada assim, plural e multifacetada, como algo positivo e intrínseco a ela, é sua essência, é um diferencial da feira livre em relação ao comércio nas lojas, nos prédios e *shoppings*, conforme vemos no anúncio de um carro de som que vende todo tipo de remédio natural, utilizando a oralidade como principal meio de comunicação, há a proximidade de pessoas e de histórias, pois, ali, o consumidor pode encostar para negociar, pechinchar, dividir uma experiência com um remédio natural, um chá que fez e deu certo, ali, todos os saberes são bem-vindos, diferente das farmácias e dos mercados. Vejamos um trecho da gravação da propaganda do carro de som:

[...] Menino que a mãe bota feijão e não come, dá carne e não quer, quando a mãe dá as costas de dentro de casa, ele vai na vasilha do açúcar e come o açúcar todinho puro. [...]

Nós temos remédio de verme [inaudível], tem o elixir de catuaba que é bom pra fraqueza de nervos. Nós temos sabonete de aroeira, temos o óleo canforado... Quero mostrar assim por alto, olhe, esse daí é roxo, é do Creguenhem, já esse é do Pernambuco, cada um de um tipo, sabe? Alforje, olhe, do brejo do Tracupá. (Entrevistado 4)

Tudo natural?. (Entrevistador)

É, só não é natural o veneno do rato, né, que é pra matar eles, os danado.
(Entrevistado 5)

Figura 18 – Carro de som – vídeo *Feira livre*



Fonte: adaptada de *Feira Livre* (2014).

É o discurso da heterogeneidade cultural e de identidades, através dessas narrativas, resistindo ao tempo e às mudanças comerciais, “nessa encruzilhada de feiras, plural, multifacetada, de muitas identidades, os modos de vender são praticados, ora como memória, ora como esquecimento”. (BORGES, 2009, p. 8-9) Com o som alto, contando histórias numa linguagem popular, falando os sintomas, as possíveis causas e o remédio como a solução, os feirantes que vendem esses remédios naturais, com seus saberes marginalizados não só pela ciência, mas por alguns grupos sociais, tentam chamar a atenção do consumidor que por ali passa. Não só se vende remédios, mas histórias, saberes e culturas, conforme Borges e Reis (2015, p. 16-17) salientam, esse saber é um “saber das pessoas, que se diferencia do saber das ciências, objeto das pesquisas, provoca olhar para os saberes construídos nas feiras, nas calçadas, nas passagens, nos becos de uma cidade [...]”. Ali, na mistura de sons dos transeuntes e do próprio carro de som, os indivíduos que vendem esses remédios naturais são interpelados em sujeitos por formações ideológicas

religiosas e naturalistas acerca do que se discursiviza como solução imediata para determinado problema de saúde. Na feira, nessa prática discursiva, temos mais uma vez o que é característico do discurso, não só a memória acionada continuamente ali, mas o embate entre saberes que não são legitimados pela ciência e os saberes chamados científicos que estão logo ali do lado da feira, nas farmácias. Assim, vão se constituindo formações discursivas sertanejas, religiosas e regionalistas que dão valor às crenças, rezas e chás naturais em resistência às drogarias.

A luta de sentidos é concomitante à de classes, de um lado, aqueles que ainda se apresentam com pertencimento à cultura sertaneja e seu modo de vender, de outro, aqueles que preferem uma feira mais padronizada, modernizada. Borges (2009, p. 4) defende que se trata de uma luta entre esquecimentos e memória,

[...] as narrativas que revelam um modo de vender a 'cultura' [...] e que registra, ao mesmo tempo, um modo de esquecer uma cidade mais sertaneja e um modo de lembrar de uma comunidade que vem se transformando ao longo do tempo, por ter vindo dessa origem plural, das feiras livres.

Mesmo esse embate entre esquecimento e lembrança do que foi e do que é a feira livre de Tucano, o discurso e sua memória se constituem em sua ordem própria, permitindo uma análise de sentidos construídos histórica e ideologicamente acerca dos que recebem os feirantes de todo lugar com alegria e satisfação e desses feirantes que, há 4 ou 48 anos, estão ali vendendo seu modo de viver, um modo diferenciado, do homem sertanejo que ainda planta e colhe com suas próprias mãos, que cria a galinha para vendê-la no próximo sábado, que é artesão; das mulheres que reproduzem as receita de longos anos na feitura dos doces, almoços, lanches típicos da região; com seus gestos, sons, fantasias, repentes, propagandas, negociações, pechinchas. Nessa seara discursiva, a identidade da cidade de Tucano é analisada dentro deste embate natural e intrínseco à linguagem, segundo Sobral (2017), de discursos de resistência ou de transformação de suas manifestações, uma delas, a feira livre.

Concluindo

Certamente, as questões de identidade de qualquer cidade e, neste caso, de Tucano, são envolvidas por tamanha complexidade que uma proposta de

leitura de um vídeo não dá conta, mas como a finalidade desta pesquisa não é definir qual a verdadeira identidade cidadina, nem mesmo dizer qual discurso sobre Tucano é o correto, acreditamos que o recorte não serviu para dar um ponto final, mas como uma amostra, uma possível leitura e interpretação da cidade por meio de alguns vídeos da materialidade selecionada do canal “Bora?”.

Analisar como a identidade de uma cidade é constituída discursivamente é começar a considerar essa identidade como heterogênea e instável. Mesmo numa dada época, podemos ter diversas perspectivas sobre um mesmo lugar e povo, e tudo isso dependerá do sujeito discursivo, do contexto sócio-histórico, das ideologias. Todo discurso tem memória e analisá-la é percorrer do dito ao já-dito e também o não dito e esquecido. Tudo isso compõe a memória discursiva, dentro de uma ordem do discurso urbano que nos permite observar Tucano como lugar de coletividade, mas também de individualidades, de dispersão, de padronização, ou seja, de relações que deslocam sentidos e atravessam a cidade dando a ela diversas faces.

Neste trabalho, nos debruçamos sobre a história de Tucano, buscando nos arquivos os fatos que contribuíram para sua formação não como mais uma informação, mas como parte constitutiva do discurso citadino, atrelando-a à análise para compreender as amplas e restritas condições de produção do discurso.

A identidade de um lugar não é estática nem homogênea, assim como o discurso que a materializa e nos permite analisá-la. Essa mistura não só de cores, mas de sabores, cheiros e povos também foram analisados no vídeo *Feira livre* (2014), no qual pudemos observar as formações ideológicas regionalistas formando um imaginário de Tucano como lugar de encontro de várias formas de viver, de produtos, de frutos, de histórias, de crenças, dentre outros. Mais uma vez, temos o discurso da resistência materializado na produção audiovisual, pois, diante das modernizações capitalistas, a feira livre tem sido ameaçada. Toda a mistura de vozes, de cidades, de barracas, pode ser interpretada ideologicamente como desordem por uns e como beleza, diversão, festa, por outros.

Como defendemos anteriormente, trata-se de um embate entre esquecimento e lembrança. Não se trata de um defeito de linguagem, de uma contradição que atrapalha o fio discursivo, mas de oposições necessárias para a constituição do próprio discurso e de sua memória.

Enfim, pensar a cidade, seja através de sua estrutura física ou pela forma como os seus habitantes ocupam um determinado espaço, é uma maneira de

compreender como se dão as relações sociais num determinado momento sócio-histórico.

Referências

BORGES, C. L. C. Narrativas de vendedores em Feira de Santana: entre a memória e o esquecimento das feiras-livres. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 2., 2009, Feira de Santana. *Anais [...]*. Feira de Santana: [s. n.], 2009. 1 CD- ROM.

BORGES, C. L. C.; REIS, A. Linguagem e Corpo: discursividades nas feiras livres ambulantes. *Revista Redisco*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, p. 15-21, 2015.

FAZENDA Kaikai. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Bora?. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o6lZ5i1QXsA>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FEIRA livre. . [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Bora?. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cF41xeNn5wQ>. Acesso em: 18 jul. 2017.

IBGE. *Tucano, Bahia, Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=293190>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MACEDO, R. S. *O que Tucano tem? – sentidos, sujeitos e memória discursiva sob a perspectiva da análise materialista de discurso*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagem) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

MOITA LOPES, L. C. *Identidades fragmentadas*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. N/O limiar da cidade. *RUA*, Campinas, p. 7-19, 1999. Número especial. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014.

ROCHA, R. *História de Tucano: 150 anos de emancipação política*. Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1987.

ROCHA, R. *Tucano de ontem*. Tucano: Tibiriçá, 2016.

SOBRAL, G. N. T. O espaço urbano e a produção de sentidos. *Caderno de Estudos do Discurso e do Corpo*, Vitória da Conquista, v. 12, p. 9-30, 2017.

TUCANO: Projeto “Bora?” estará presente nas comemorações dos 180 anos da cidade. *A Voz do Campo*, [s. l.], 2017. Disponível em: <http://www.avozdocampo.com/cidades/tucano/tucano-projeto-bora-estara-presente-nas-comemoracoes-dos-180-anos-da-cidade/> Acesso em: 5 jun. 2018.

Os fitotopônimos de natureza física da zona rural de Alagoinhas: acidentes humanos¹

Edileuza Moura Candido da Silva
Celina Márcia de Souza Abbade

Introdução

A Toponímia, como ramo da Onomástica, integra as Ciências do Léxico, área aplicada da Linguística, que investiga e descreve o léxico-toponímico, responsável pelo resgate sócio-histórico-cultural das denominações dos nomes próprios de lugares de um núcleo humano. Envolve o reconhecimento dos estratos dialetais que estruturam, no território, o modo de expressar o vocabulário, e, a partir desse reconhecimento etnolinguístico, estuda os padrões motivadores da Onomástica, enquanto ramo dos estudos lexicais que estuda os nomes próprios em geral.

Dessa forma, especificamente, os nomes denominam espécies da vegetação elevadas à categoria de nomes próprios, designados e utilizados pelo homem na identificação do espaço; fenômeno este que expressa a presença de nomes relacionados à vegetação, os “fitotopônimos”.

Nesse aspecto, segundo Dick (1990a, p. 146), “a vegetação é parte integrante de um conjunto natural em que relevo, constituição do solo, acidentes hidrográficos, regimes climáticos, compõem um verdadeiro biosistema imprescindível ao homem e à qualidade de vida que nele pretenda instalar ou pelo menos usufruir”.

1 Este texto apresenta resultados parciais da dissertação de mestrado intitulada *A Toponímia rural na construção cultural e histórica de Alagoinhas: acidentes humanos*, defendida por Edileuza Moura Candido da Silva, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Celina Márcia de Souza Abbade, no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), no ano de 2020.

É importante considerar que, no âmbito da toponímia brasileira, os fitotopônimos são considerados referências para a compreensão do espaço, da identidade, da memória que apresenta sempre um designativo para uma dada realidade sócio-histórica, motivado quanto ao seu uso.

Assim, Dick (1990a, p. 195-196) aponta situações concernentes às características da vegetação na toponímia brasileira:

A função motivadora da vegetação na toponímia estão [...] caracterizadas, não apenas na variedade dos fatores determinantes [...], como, também, no processo distributivo dos nomes em áreas específicas de referência, de acordo com o elemento predominante. De maior valia para o estudo científico se torna, assim, o topônimo, quando a espécie por ele lembrada se encontrar em conjunção à área geográfica de sua ocorrência e, mais ainda, quando se tratar de um tipo florístico já extinto.

Dessa forma, ao analisar a influência da vegetação na relação toponímica, a provável correspondência entre as áreas fitotopônicas e fitogeográficas instigam os estudiosos da toponímia, assim como estudantes e pesquisadores de diferentes áreas de estudos, como geógrafos, historiadores, antropólogos dentre outros, a buscarem justificativas para tais ocorrências. Este estudo de natureza toponímica demonstra a importância da função motivadora da vegetação pela grande diversidade apresentada nos nomes em áreas geográficas de sua ocorrência.

Aspectos fitogeográficos da zona rural

O estado da Bahia é geograficamente dividido em 27 Territórios de Identidade.² Aqui trataremos do Território de Identidade 18 – Litoral Norte e Agreste Baiano, município de Alagoinhas (BA), referente ao *corpus* da nossa pesquisa, no qual estão situados 22 municípios.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, a área territorial desse município correspondia à 707,558 Km². De acordo com o senso de 2010, Alagoinhas possuía 141.949 habitantes, nos quais 142.042 são residentes da zona urbana e 17.907 da zona rural. Em 2019, sua população estava estimada em 151.596 habitantes. É através da formação do referido território que se procurará compreender as motivações toponímicas

2 Conforme o Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, tomando como base a especificidade de cada região e considerando questões relativas a sentimentos de pertencimento.

propulsoras da denominação das áreas rurais, uma vez que o núcleo urbano foi resultado de uma consequência das relações sociais e históricas.

Envolvendo características comuns que mantêm uma relação identitária com as diversidades etnolinguísticas, econômicas e geográficas, observou-se, no decorrer da pesquisa, que essa forma de segmentação do território baiano foi considerada mais conveniente com a relação língua e cultura da zona rural de Alagoinhas.

Uma valorosa contribuição aos estudos da flora brasileira é destacada por Leite (2000, p. 19), ao afirmar que cada região fitoecológica reproduz suas “formas de vida nos ambientes semelhantes, o que permite uma adaptação a um sistema universal”. Ao categorizar em regiões fitoecológicas, compreende-se que existe “uma hierarquia que expressa nominalmente a estrutura da vegetação, clima a que está exposta a fisionomia e o relevo do ambiente”. (LEITE, 2000, p. 19)

Conforme descrição da região pesquisada, pode-se entender, por meio da análise dos topônimos dos municípios abordados anteriormente, que o uso de fitotopônimos na nominação dos acidentes geográficos decorrem da abundância e da diversidade da flora em que o denominador tenha sido motivado pela importância e existência dessas plantas ou vegetais na localidade onde se encontrava o objeto de denominação.

A partir da descrição da região pesquisada e, por meio da análise dos topônimos dos municípios abordados anteriormente, podemos compreender que o uso de fitotopônimos na nominação dos acidentes geográficos decorre da abundância e da diversidade da flora. Assim, o denominador é motivado pela importância e existência dessas plantas ou vegetais.

Antes de apresentar os nomes das comunidades rurais desse município, destacando os fitotopônimos de natureza física, faz-se necessário fazer um recorte histórico sobre a formação dessa cidade, pois é preciso entender que relações sociais foram construídas ao longo do tempo em seu contexto. Tal forma de análise reitera o valor documental dos topônimos, já que é através das vivências sociais que se atribui valor semântico aos nomes de lugares.

Isso posto, acredita-se que o lugar guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da vida, passível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. É por meio da história da formação da região onde se localiza o município de Alagoinhas que se entenderá melhor as motivações toponímicas impulsionadoras da denominação dos acidentes

geográficos humanos rurais, pois a formação do núcleo urbano deu-se a partir da consequência dessas relações sociais.

Assim, foi por volta de 1777, que o jesuíta João Augusto Machado chegou ao Brasil, através de uma ordem católica belga, designado a servir em Catuiçara – antigo Bom Jardim, hoje Teodoro Sampaio, município baiano – e se fixou numa área de sítio agradável, terras de tabuleiros, onde procurou construir um espaço de sobrevivência e sociabilidade. E as primeiras pessoas que chegaram para habitar a região instalaram-se na parte alta, deparando-se frequentemente com diversas pequenas lagoas d’água, ou seja, “as lagoinhas”, como chamavam. Dessa maneira, a cidade de Alagoinhas foi assim nominada pela aglutinação do artigo “as” + lagoinhas, e, por síncope, Alagoinhas.

A história do povoado de Santo Antônio das Lagoinhas teve início enquanto ainda era ponto de passagem e descanso de gado nas estradas das boiadas, ora fazendo parte da capitania de Sergipe, ora da Bahia. Esse povoado pertencia à Vila de Inhambupe. O jesuíta fundador permaneceu por cerca de vinte anos dedicando suas atividades sacerdotais ao povoamento, sendo substituído, em 1816, pelo Padre José Rodrigues Pontes que elevou o lugar à categoria de freguesia, mantendo o nome de Santo Antônio das Lagoinhas. Através da Resolução Provincial, em 1832, a freguesia passou à categoria de vila, sendo desmembrada de Inhambupe. E, em 2 de julho de 1853, foi instalado o município de Alagoinhas.

A Bahia foi formando vários povoados, muitos deles tendo como origem populacional os grupos indígenas que aqui constituíram suas aldeias, e famílias portuguesas originadas de variadas regiões, atraídas pela fertilidade do solo, pela grande quantidade de vegetação e da boa qualidade da água, como aconteceu com o município de Alagoinhas, que servia de local de passagem para o movimento das Bandeiras. Quanto à presença da influência da etnia africana, justifica-se pelo grande contingente de negros traficados para o estado da Bahia nos fins do século XIX. Mas não podemos esquecer de que esse grupo ainda é considerado um dos principais elementos na formação do povo e da cultura brasileira.

O estudo toponímico dessa região busca apresentar contribuições linguístico-culturais na formação do povo do referido município, o qual se formou a partir de etnias diversificadas compostas por estratos populacionais diversos, como os ameríndios, distribuídos em vários troncos e famílias, bem como portugueses e africanos. Os povos nativos, habitantes de onde hoje é a vasta área do território baiano, tendo sido quase dizimados devido

aos conflitos e revoltas que os europeus aqui produziram, além das doenças que lhes transmitiram, continuaram a exercer influência na toponímia local. Para Sampaio (1987, p. 8), “o indígena fazia uso globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente e, [...] não apenas dos descritivos puros, mas também dos descritivos associativos”. Tal constatação certamente justifica a escolha de elementos da fauna e da flora escolhidos pelos indígenas para nominar os acidentes físicos e humanos da região.

Perspectiva teórica

A língua pode ser compreendida como um componente que interage entre o indivíduo e a sociedade, um elemento revelador da visão de mundo de cada comunidade. Essa é uma das razões pelas quais, ao se conhecer a língua de um determinado grupo ou etnia, é importante observar sua história, seus costumes e o espaço social a que pertence.

Saussure (2006, p. 7) concebeu a Linguística como “ciência que se constitui em termos de fatos da língua” e reconheceu a língua como seu objeto. Nesse sentido, uma das principais tarefas da Linguística é a de definir os conceitos de língua e linguagem. Em termos gerais, compreendemos que a língua reflete a visão de seus falantes através de seu acervo lexical, o conjunto de palavras acumuladas pela língua no decorrer da sua história, na qual se materializam experiências vividas por determinado grupo linguístico-cultural, uma vez que “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através das idades”. (BIDERMAN, 2001, p. 179)

Conforme Abbade (2006, p. 213), “estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico”.

Assim, compreende-se que o acervo lexical de um grupo reflete o modo de visualizar a realidade e a forma de organização dos membros que os rodeiam, como, por exemplo, ao nominar pessoas e lugares, o homem estabelece relações consigo e com o outro, pois é por meio do topônimo que encontramos o real significado que lhe foi atribuído. Seabra (2006, p. 1953) corrobora as ideias das autoras supracitadas, afirmando que “o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais

representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo”.

Dessa forma, pode-se constatar que o léxico de uma língua acumula informações culturais e históricas essenciais de uma dada sociedade, encontrando, nesse contexto, o léxico toponímico.

Apontando ainda esse aspecto histórico-cultural do topônimo, é de grande importância ressaltar a posição de Dick (1990a, p. 19) acerca desta questão:

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face a complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais.

Dick (1990b, p. 18) ainda retrata as características fundamentais do signo no que se refere à motivação: “a intenção do denominador na escolha de um nome para nomear o acidente e, também, a origem semântica da denominação, isto é, evidencia o seu significado, seja ele transparente ou mesmo opaco, e termina influenciando na formalização das taxonomias dos nomes de lugares”. Nessa acepção, o topônimo pode ser compreendido como um signo linguístico detentor de características próprias, capaz de apresentar a realidade de uma pretendida região, mostrando características sociais e ambientais, mesmo quando já se faz extinta a motivação toponímica ocorrida no ato denominativo.

Segundo Dick (1990a), o topônimo é o vínculo existente entre o objeto denominado e o denominador, pois é a partir desse produto gerado que será possível recuperar as motivações lexicais influenciadoras do homem no ato da nomeação, já que suas percepções ficaram registradas nos elementos linguísticos que constituem o topônimo. Partindo desse pressuposto, Dick (1990a) formulou um quadro taxonômico que apresenta classificações possíveis de enquadrar os topônimos brasileiros, baseando-se em motivações físicas – aspectos geográficos – e motivações antropoculturais – referentes à cultura, meio social ou aspectos psíquicos.

Por essa razão, é possível compreender que o nome de um lugar não possui apenas a função de organizar o espaço geográfico, pois em cada nomeação há registro da história e da identidade de um povo. Sendo assim, os topônimos, originalmente extraídos de uma língua viva, são enunciados linguísticos que

passam pelo crivo do denominador que os seleciona e interpreta, segundo seus conceitos, valores, intenções, códigos e usos representativos de seu grupo.

Conforme descrição da região pesquisada, pode-se entender, por meio da análise dos topônimos dos municípios abordados anteriormente que o uso de fitotopônimos na nomenclatura dos acidentes geográficos decorre da abundância e da diversidade da flora, em que o denominador tenha sido motivado pela importância e existência dessas plantas ou vegetais na localidade onde se encontrava o objeto de denominação.

Metodologia

Como modelo de sistematização, Dick (1990a) propôs a utilização de fichas lexicográfico-toponímicas para apresentação dos resultados do estudo toponímico. Esse modelo auxiliou nas informações precisas e sistemáticas acerca das lexias aqui analisadas e considerou os fatores que fundamentam o estudo linguístico.

A análise dos dados focalizou aspectos prioritários da análise toponímica: o topônimo; a taxonomia; o acidente; a língua de origem; a estrutura morfológica dos designativos; a questão da motivação toponímica, considerando, além dos aspectos linguísticos, informações históricas, geográficas, sociais e etnolinguísticas, assim como os contextos orais e escritos e as fontes.

Observa-se a seguir o modelo de ficha utilizada para realização desta pesquisa, baseado no proposto por Dick (1990a), mas com algumas adaptações necessárias para entendimento das demandas do estudo em questão.

Quadro 1 – Modelo de ficha lexicográfica-toponímica

TOPÔNIMO	TAXONOMIA
ACIDENTE	
ORIGEM	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA	
HISTÓRICO	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS	
CONTEXTOS DE OCORRÊNCIAS ESCRITAS E ORAIS	
FONTE	

Fonte: adaptado de Abbade (2016).

De acordo com os elementos que constituem a ficha, apresentam-se as seguintes definições para os mesmos: “topônimo”: refere-se à identificação dos acidentes humanos da zona rural do município de Alagoinhas (BA), Território 18; “taxonomia”: refere-se à classificação taxonômica, seguindo o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990a; 1992), para um trabalho toponímico; “acidente”: classifica-se em humano – relacionado aos lugares construídos pelo homem – e físico – relacionado à parte geográfica da região –; “origem”: indica a procedência dos topônimos, classificando-os como de origem portuguesa, indígena, africana ou híbrida; “estrutura morfológica”: indica a composição morfológica dos topônimos, classificando-os em: elemento específico simples, elemento específico simples híbrido, elemento específico composto e elemento específico composto híbrido; “histórico”: indicam-se aqui as alterações sofridas pelo topônimo, ao longo do tempo, tomando por base as informações presentes na obra estudada e em dados do IBGE, arquivos públicos e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE); “informações enciclopédicas”: são apresentadas informações acerca da história e de outros aspectos do topônimo presentes na obra estudada e em notas ao final do campo, de outras fontes pesquisadas, especialmente aquelas que justificam a classificação toponímica indicada; “contextos de ocorrências escritas e orais”: este item foi anexado à tabela para justificar alguns dados da pesquisa que não foram encontrados nas informações enciclopédicas acerca da história e de outros aspectos dos topônimos dos povoados em questão; e “fonte”: informa as referências onde foram feitas as pesquisas das informações elencadas nas fichas e dispostas no campo informações enciclopédicas.

Os designativos foram classificados segundo o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990a; 1992) para a realidade toponímica brasileira, considerando as seguintes categorias: “categoria de natureza antropocultural”, relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais e a “categoria de natureza física”, relacionadas ao ambiente físico. Os topônimos coletados apresentam um conjunto estruturado de informações sobre cada topônimo estudado.

Nesta pesquisa, nos deteremos aos topônimos de natureza física de índole vegetal: os fitotopônimos.

Os topônimos de natureza física

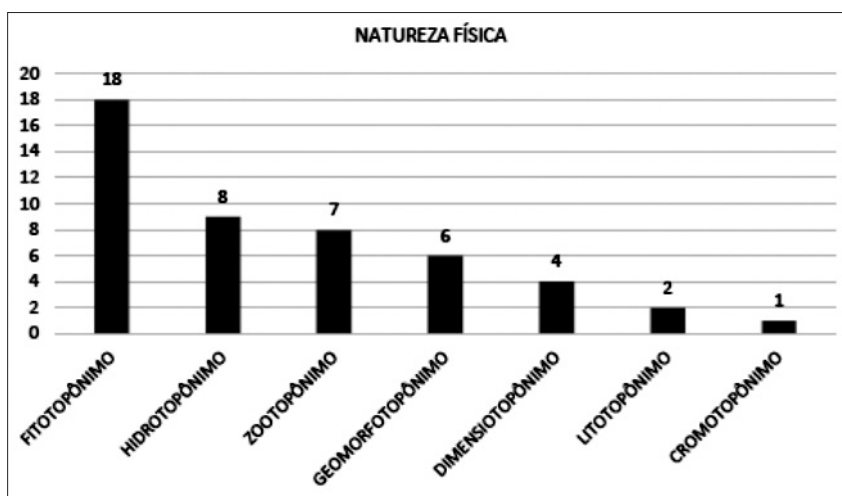
A natureza toponímica divide os topônimos de acordo com sua motivação que pode ser de duas naturezas. Se o caráter motivador estiver relacionado a um elemento humano – cultura, história, pessoas ilustres etc. –, teremos um topônimo de natureza antropocultural. No entanto, se o caráter motivador for um aspecto físico, teremos um de natureza física.

Quanto à natureza dos topônimos no *corpus* em questão, é possível verificar a predominância de topônimos de natureza física (46), o que representa um percentual de 66% em relação aos de natureza antropocultural (24), marcando 34% do total dos 70 topônimos estudados.

Compreende-se, com base nesse resultado, que os vários elementos naturais como a fauna, a flora, acidentes hidrográficos a constituição do solo, os recursos minerais, foram motivações mais marcantes do que aquelas relacionadas a aspectos históricos, culturais e sociais na nomenclatura dos distritos, povoados, e comunidades quilombolas da zona rural do município de Alagoinhas.

Das taxonomias registradas de natureza física, foram catalogados 18 Fitotopônimos (Espinho, Gameleira, Limoeiro, Mangueira, Burí, Cambuí, Capoeira, Guaburaba, Jenipapo, Narandiba, Patioba, Sucupira, Tucum, Calu, Cangula, Cajazeiras, Pindobal de Baixo e Pindobal de Cima); nove Hidrotopônimos (Espuma, Jorro, Lamarão, Olhos D'água, Riacho da Guia, Riacho do Mel, Sauipe e Tororó); oito Zootopônimos (Papagaio, Formigão, Uruba, Quizambú, Camboatá de Baixo, Camboatá de Cima, Jacaré de Dentro e Macaquinho); cinco Dimensiotopônimos (Alto, Baixão, Quilômetro 18, Quilômetro 19 e Topo); três Geomorfotopônimos (Ladeira Grande e Serra do Ouro); dois Litotopônimos (Pedra de Baixo, Pedra de Cima e Tombador); e um Cromotopônimo (Rio Branco). Quanto às taxonomias Astrotopônimo, Cardinotopônimo, Meteorotopônimo e Morfotopônimo, não foram registradas no *corpus* estudado. O quadro a seguir apresenta numericamente esses topônimos:

Figura 1 – Identificação numérica dos topônimos de natureza física



Fonte: adaptada de Silva (2020).

Dos topônimos classificados como sendo de natureza física, identificou-se o predomínio de 18 fitotopônimos, evidenciando a importância da vegetação como parte integrante de um conjunto natural que se insere no bioma da Mata Atlântica, o qual foi amplamente explorado e devastado pelos colonizadores europeus. Esses colonizadores exerceram fortes influências sobre a formação dessas comunidades rurais, ao inserirem-se em áreas ainda não exploradas, garantindo a utilização dos meios naturais para sua sobrevivência neste local. Os 18 fitotopônimos encontrados serão apresentados a seguir, a partir dos dados levantados nas fichas lexicográfico-toponímicas contendo: origem, etimologia quando possível, definição e informações enciclopédicas ou baseadas em relatos da população mais velha nascida e criada nos locais pesquisados, e localização.

Os fitotopônimos de natureza física na zona rural de alagoinhas

BURÍ (comunidade quilombola): Origem indígena. Do tupi *mbu'ri* “espécie de palmeira” var. bori, buri. (NAVARRO, 2013) A motivação toponímica do povoado se deve a grande presença de uma palmeira de nome Burí. O local se destaca enquanto fornecedor dos produtos à base de mandioca, como farinhas e beijos, assim como óleos de buri e coco. Localizado entre os limites

do município de Alagoinhas e Aramari, próximo ao povoado Jacaré de Dentro e a comunidade Catuzinho, banhado pelo Rio Catu.

CAJAZEIRAS (povoado): Hibridismo (indígena + portuguesa). Do tupi *akaïa* “frondosa árvore anacardiácea, cujo fruto, o cajá, é muito apreciado, sobretudo para o preparo de doces” (NAVARRO, 2013) + lat. eira. Povoado que surgiu a partir da antiga Fazenda Cajazeiras, cortado pelo Rio Pitanga, localizado próximo às Fazendas Coqueiro, São João, Palestina e o povoado de Ladeira Grande. A motivação toponímica se deve à grande quantidade de planta nativa, cujo fruto é o cajá. O povoado também produz hortaliças e leguminosas.

CALU (povoado): Origem africana. Do banto - *calulu* ou kik./kimb. *kalulu/kalalu*, var. de *calulu*, *cariru* “caruru-de-quiabo, caruru-de-folhas”. (CASTRO, 2001) Povoado que se localiza às margens da BA 504, banhado pelo Riacho da Calu e próximo aos povoados Milagres e Papagaio.

CAMBUÍ (povoado): Origem indígena. Do tupi *kambu’i* “nome comum a árvores da família das mirtáceas”. (NAVARRO, 2013) Sua motivação toponímica se deve à grande quantidade da árvore Cambuí na localidade. A planta tem características bem específicas e se adapta com facilidade aquele tipo de solo. Banhado pelo Córrego Pindobal e pelo Riacho Cambuí, que se localiza próximo ao povoado Fazenda Vitória e Pindobal de Baixo.

CANGULA (comunidade): De provável origem africana, mas de étimo indeterminado. Em documento entregue à fundação Palmares para certificação da comunidade, os moradores relatam que o nome tem origem na grande presença de um espinho conhecido como “cangula”. Ao procurar conhecer melhor o significado de Cangula, algumas pessoas da comunidade explicaram que a ocupação do território aconteceu quando os seus antepassados, que eram escravos fugitivos da fazenda Oiteiro, instalaram-se naquele espaço, que tinha ao seu redor uma quantidade de planta espinhosa “cangula”. Atualmente, essa planta encontra-se fazendo parte dos elementos em extinção, embora ainda se encontre em áreas distintas. A comunidade se localiza próxima à Comunidade do Oiteiro e à sede do distrito de Boa União, tendo como vizinhos as Fazendas União e Araguari.

CAPOEIRA (povoado): Origem indígena. Do tupi *caá* “mato, mata, floresta” + *oera* “que foi, logo, mata que existiu”. (SOUZA, 1961) O povoado se localiza entre as Fazendas Travessão e Fortaleza e próximo ao Sítio Oiteiro Redondo, sendo cortado pelo Riacho Limoeiro e Córrego da Preguiça.

ESPINHO (povoado): Origem portuguesa. Do lat. *spinus.us* “espinho”. (HOUAISS e VILLAR, 2009) O povoado era a Antiga Fazenda Espinho, localizado próximo à Estação de Lameiro (Petrobras) e o povoado Tororó. Segundo, Robertinho, morador local, o nome se deve à grande quantidade da planta “Juá”, que era muito usada na fabricação de especiarias alimentícias, quanto aos troncos, a madeira era usada para fazer cercas com arame farpado (Sr. Robertinho – cantor, presidente da Associação e nativo, herdando a história do local de seus pais e avós, hoje (2019), com 68 anos de vida). É um lugar diferenciado por se instalar uma estação da Petrobras, empresa de referência para a cidade de Alagoinhas e redondeza.

GAMELEIRA (povoado): Origem portuguesa. Do lat. *gamela* + *-eira* “designação comum a diversas árvores família das moráceas, esp. do gênero, *ficus*, com a madeira usada para confecção de gamelas e de objetos domésticos”. (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2007, grifo dos autores) “*Dizem que o nome é assim porque tinha árvores frondosas que eram cortadas para fazer coisas para casa, como vasilhas para nós usarmos e vasilha para botar comida para os bichos, essas árvores também usava na construção das casas de morar e de farinha*”. (D. L. R. B., moradora local, 63 anos, 2019) O povoado se localiza entre as Fazendas Travessão e Fortaleza, fazendo divisa com o povoado de Capoeira e sendo cortado pelo Riacho Limoeiro e Córrego Vermelho.

GUABIRABA (povoado): Origem indígena. Do tupi *gûabiraba* “nome aplicado a várias mirtáceas do gênero *campomanesia*, árvores copadas e muito altas, com folhas pequenas e flores avermelhadas”. (NAVARRO, 2013) Segundo habitante local (D. M. C. N., 68 anos, 2019), recebe esse nome porque sempre teve muita árvore carregada com essas frutinhas amarelas e flores vermelhas. O povoado surgiu a partir da antiga Fazenda Guabiraba, localiza-se próximo à Estação de Lameiro (Petrobras) e o povoado de Camboatá de Baixo. Faz parte do distrito de Boa União.

JENIPAPO (povoado): Origem indígena. Do tupi *iani’paua, îanypaba*, “fruto das extremidades que dá suco”. (SAMPAIO, 1987) O nome se deve, segundo morador local (Sr. M. R., 62 anos, 2019), à grande quantidade da árvore que dá o jenipapo. O local ficou mais conhecido porque os homens que trabalhavam na Petrobras descansavam na sombra das árvores e depois começaram a comprar as terras do povo. Banhado pelas águas do Rio Subauma, localiza-se às margens da BR 110, e, fica próximo à sede do distrito de Riacho da Guia, tendo como vizinhos o Sítio Subaúma, e a Igreja Senhor do Bonfim.

LIMOEIRO (povoado): Origem portuguesa. Do lat. med. *limon-onis*, deriv. do árabe. *liminum*, forma divergente de lima. (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2007) “*Dizem que era conhecido como o local de maior e melhor plantação de limão. Há muitos anos, na Fazenda Limoeiro, se plantava muito limão, meus familiares plantavam de todo tipo: Rosa, Taiti, Peixe e outros tipos que eu não alcancei*”. (D. N.T, moradora local, 66 anos, 2019) O povoado é banhado pelas águas do Riachos da Calu, Riacho do Limeiro, e os Córregos da Preguiça e Periquitinho, localiza-se próximo aos povoados da Calu e Capoeira.

MANGUEIRA (povoado): Origem portuguesa. Do lat. De *manga* “fruto” + eira. Do malaiala mangã. derivado *dotamul mǎnkāy* de *mǎn* “mangueira” + *kay* “fruto”. (CUNHA, 2013) Sua motivação toponímica é devido à grande quantidade de mangueiras no local. A população vive da agricultura familiar, como a produção de manga. O povoado se localiza às margens da BR 101, e fica próximo às Fazendas: Poço, Mangueira, Sauípe e Sítio da Pedra. É um povoado do distrito de Riacho da Guia.

NARANDIBA (povoado): Origem indígena. Do neotupi *naran-dyba* “o sítio das laranjas, o laranjal”. O voc. *naran* é uma adaptação da palavra portuguesa laranja ao tupi. (SAMPAIO, 1987) O povoado se localiza às margens da BR 110 e faz parte do distrito de Boa União. É um dos povoados do distrito reconhecido pela terra fértil, se destacando como produtor de laranja, além de possuir uma boa localização.

PATIOBA (povoado): Origem indígena. Do tupi *patyoba* de *pati* “folhudo”. Variedade de palmeira do gênero *Syagrus*, com folhas largas. “Dá palmitos pequenos, mas muito gostosos”. (NAVARRO, 2013) É banhado pelos Riachos Santo Antônio e Tombador e se localiza próximo às Fazendas Bibi, Boa Sorte e Sobrado, fazendo parte do distrito de Riacho da Guia.

PINDOBAL DE BAIXO (povoado): Origem híbrida (indígena + portuguesa). Aglomerado de Pindobas em determinada área. Do tupi *pindoba* “nome comum a diversas palmeiras do gênero *Attalea compacta*” (NAVARRO, 2013) + lat. *bassus*, “depressão de terreno”. (CUNHA, 2013) “*Nesse lugar tinha muitos pés de palmeira que dava uma fruta pequena de nome pindoba, parecia até um eucalipto fechado de tanta árvore que tinha. A pindoba é docinha, ainda tem algumas por aqui, mas hoje ninguém nem fala nesse assunto*”. (L. M. R., moradora local, 55 anos, 2019) O povoado localiza-se próximo ao limite entre os municípios de Alagoinhas e Teodoro Sampaio, banhado pelo Riacho Cambuí, Córrego Pindobal e Rio Una, fazendo parte do distrito de Boa União.

PINDOBAL DE CIMA (povoado): Origem híbrida (indígena + portuguesa). Aglomerado de Pindobas em determinada área. Do tupi *pindoba* “nome comum a diversas palmeiras do gênero *Attalea compacta*” (NAVARRO, 2013) + lat. *cyma*, deriv. do gr. *kyma*. (CUNHA, 2013) “A terra é uma só, o que diferencia é a localização, uma fica mais em cima “Pindobal de cima”, no alto com uma vista privilegiada, e a outra fica na baixada “*Pindobal de Baixo*’, no brejo com terrenos bem castigado pelas chuvas”. (Sr. L. C., morador local, 62 anos, 2019) O povoado localiza-se entre a Fazenda União e Fazenda Alto do Santo Antônio. O córrego Pindobal separa o povoado da Fazenda União enquanto o Rio Una o separa da Fazenda Alto do Santo Antônio. (SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS DO ESTADO DA BAHIA; IBGE; FUNASA, 2018)

SUCUPIRA (povoado): Origem indígena. Do tupi *sebypira* “designação comum a três árvores da família das leguminosas (*Bowdichia virgilioides* Kunth., *Diplotropis racemosa* (Hoehne) Amshoff e *Diplotropis brasiliensis* (Tul.) Benth.)”. Banhado pelos Riachos da Guia e Santo Antônio e se localiza próximo aos povoados KM 19 e Jenipapo, fazendo parte do distrito de Riacho da Guia.

TUCUM (povoado): Origem indígena. Do tupi *tuk’y* “nome comum a várias espécies de palmeiras dos gêneros *Astrocaryum* e *Bactris*”, utilizada pelos índios na fabricação de arcos e flechas e das cordas dos arcos. (NAVARRO, 2013) “*Lugar de mata fechada, com palmeiras altas que as folhas serviam para prensar a massa da mandioca nas casas de farinha, cobrir os telhados das casas e muitas outras coisas, meus pais que nasceram aqui diziam que a mata era tão fechada, chegava a ser escura*”. (D. M. R. S., moradora local, 68 anos, 2019)

O povoado se localiza entre os povoados Fazenda Vitória e Camboatá de Baixo e próximo à Estação Camboatá (Petrobrás) e à Capela São Roque. Faz parte do distrito de Boa União.

Considerações finais

A Toponímia constitui-se como um veículo condutor de fundamental importância para o conhecimento de aspectos históricos e socioculturais da nossa realidade.

A presente discussão acerca dos topônimos referentes aos fitotopônimos, tem por objetivo apresentar a relevância da vegetação no *corpus* estudado a

partir da nomação do espaço, uma vez que nominar o lugar conquistado simboliza posse, concretizando poder sobre o mesmo e, principalmente, afirmando seu modo de viver e sua história social.

Assim, para Claval (2001, p. 189), “[...] o batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”.

É necessário se ter um olhar diferenciado sobre a Toponímia, no sentido de compreender que é uma área que engloba outras áreas, outras epistemologias que se complementam e é possível a compreensão dos topos e das diversas narrativas que eles comportam, principalmente quando se trata de denominativos que não tiveram suas histórias registradas por motivos diversos. Nesse sentido, os topônimos são estandartes dos povos que tiveram suas memórias apagadas.

Com este estudo, foi possível vir à tona a memória de dadas trajetórias que só estavam salvaguardadas na lembrança dos mais velhos, conforme relatos da oralidade e escrita.

Considerando a análise dos dados apresentados, concerne afirmar que o papel da vegetação como fonte motivadora de designativos na toponímia de uma região ocupa lugar de destaque. Assim, o lugar de evidência dos fitotopônimos registrados na toponímia da Bahia e, especificamente, no Território de Identidade 18, município de Alagoinhas, confirma a importância da vegetação na vida do homem.

Os resultados alcançados com esta pesquisa atestam que a utilização em grande quantidade de nomes de plantas características de uma região na nomeação de acidentes físicos e humanos “na maioria das vezes é motivada pela abundância da espécie na localidade e/ou até mesmo pela presença significativa de alguma em particular que sirva de ponto de referência para a identificação da localidade”. (ISQUERDO, 1997, p. 38)

De certo modo, tal constatação se dá, porque essas espécies exercem influências notórias na vida cotidiana das pessoas habitantes de tais localidades, sejam na produção de bens de consumo, na construção de suas moradias, ou, até mesmo, utilizando-as enquanto alimento.

Portanto, reconhecer a essencial importância das plantas na vida do homem acaba se tornando “motivo” de nomeação dos acidentes geográficos, e isso se faz notório na identificação dos nomes dos acidentes humanos da zona rural do município de Alagoinhas.

Referências

- ABBADE, C. M. S. ATOBAH: Proposta de Elaboração do Atlas Toponímico da Bahia. *Caletroscópio*, Ouro Preto, v. 4, p. 576-588, 2016. Número especial. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/caletroscoPIO/article/view/3681>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- ABBADE, C. M. S. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, M. C. R.; QUEIROZ, R. C. R.; SANTOS, R. B. (org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 213-225.
- BARROS, S. *Vultos e feitos do município de alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística (teoria lexical e linguística computacional)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CASTRO, Y. P. *Falares africanos na Bahia*. Um vocabulário afro-brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Topbooks, 2001.
- CLAVAL, P. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.
- DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1990b. (Coletânea de Estudos).
- DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 1992. (Coletânea de Estudos).
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- IBGE. *Alagoinhas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/alagoinhas/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- ISQUERDO, A. N. A toponímia como signo de representação de uma realidade. Fronteiras. *Revista História UFMS*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2. p. 27-46, 1997.
- LEITE, M. R. P. *Relações entre a onça-pintada, onça-parda e moradores locais em três unidades de conservação da floresta atlântica do estado do Paraná, Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000. Disponível em: http://www.duke.edu/web/ctc/staff/tese_Renata.PDF. Acesso em 9 ago. 2020.

- NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígenalássica do Brasil*. Prefácio de Ariano Suassuma. São Paulo: Global, 2013.
- SAMPAIO, T. *O Tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- SAUSURRE, F. *Curso de linguística geral*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEABRA, M. C. T. C. Referência e onomástica. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.
- SILVA, E. M. C. S. *A toponímia rural na construção cultural e histórica de Alagoinhas: acidentes humanos*. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.
- SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS DO ESTADO DA BAHIA; IBGE; FUNASA. *Mapa político-rodoviário-turístico*. Alagoinhas: [s. n.], 2018.
- SOUZA, B. J. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. v. 19.

Léxico africano em território mineiro: um recorte

Vander Lúcio de Souza
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Introdução

É inegável a contribuição dos povos de origem africana na língua portuguesa do Brasil, mas, mesmo com essa constatação, somente a partir do final do século XIX é que se iniciaram as primeiras pesquisas de campo dedicadas a esse tema, quando Raimundo Nina Rodrigues, pioneiro nos estudos da cultura negra no país, mostra sua importância para a compreensão da formação racial brasileira e, também, de sua sociedade. No século seguinte, na década de 1930, esse tema passa a despertar maior interesse com a publicação das obras de: i) Nina Rodrigues, intitulada *Os africanos no Brasil* (1945); ii) Renato Mendonça (1933) com *A influência africana no português do Brasil* (1973); iii) Jacques Raimundo (1933) com *O elemento afro-negro na língua portuguesa* (1933); dentre outras.

Contemporaneamente, muitos outros estudiosos têm seu mérito reconhecido, desenvolvendo pesquisas nessa área, merecendo ter seus livros citados. Pioneira em pesquisas de campo realizadas sobre línguas africanas no Brasil e em África, Yeda Pessoa de Castro, etnolinguista com reconhecimento internacional, tem contribuído muito para a valorização dos estudos africanos em nossas universidades. Destacamos, dentre suas obras, o livro *Falares africanos na Bahia, um vocabulário afro-brasileiro*, lançado em 2001, reeditado em 2005.

Destacamos, também, o estudo de Alkmim e Petter (2008) intitulado *Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje*. Nesse estudo, as autoras analisaram o vocabulário apresentado por Pessoa de Castro (2005) e, investigando o reconhecimento desse repertório em várias regiões do Brasil, chegaram a um número de 56 lexias que seriam comuns ao universo dos informantes entrevistados. Para se chegar a esse número, foram excluídas aquelas lexias

referentes às linguagens de santo e linguagens do povo-de-santo e ainda termos referentes a regionalismos evidentes, religião, música, comidas típicas e palavras chulas.

Em se tratando das contribuições linguísticas do negro em Minas Gerais, é de reconhecido valor os estudos desenvolvidos por Sônia Queiroz, em destaque sua pesquisa realizada em Tabatinga, comunidade de Bom Despacho, que resultou na publicação da obra *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga* (1998).

Nossa proposta

Buscando contribuir com as investigações linguístico-culturais referentes à formação do português do Brasil, propomos analisar parte do vocabulário apresentado por Pessoa de Castro (2005) reconhecido como africanismos na língua portuguesa falada na Bahia. Para este estudo, fizemos um recorte que correspondeu a 123 unidades léxicas dentre as 3.517 apresentadas por essa etnolinguista. Seleccionamos: 1) aquelas unidades que são utilizadas pelas pessoas de uma maneira geral, presentes em vários estados brasileiros; 2) aquelas que haviam sido coletadas em pesquisas de campo, sendo objetos de estudo em teses e dissertações, vinculadas ao Projeto Léxicos Regionais¹ da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

Depois dessa seleção, realizamos:

I) divisão das unidades léxicas encontradas em Pessoa de Castro (2005) em dois blocos: a) as de uso mais geral e/ou mais conhecidas; b) as de uso mais restrito e/ou menos conhecidas;

II) averiguação da presença dessas unidades em dicionários dos séculos XVIII e XIX: *Vocabulário Portuguez e Latino* do P. Raphael Bluteau (1712-1728); *Diccionario da Língua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva (1813). Com a consulta a essas obras, verificamos não só a ocorrência, mas, também a marcação diatópica apontada e a permanência ou não da aceção hoje conhecida;

III) consulta a dicionários etimológicos;

IV) verificação do vocabulário de origem africana encontrado em dados discutidos em dissertações e teses, vinculadas ao Projeto Léxicos Regionais, procurando constatar se eram comuns, também, à obra de Pessoa de Castro (2005).

1 Projeto coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Cândida Trindade Costa de Seabra da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Apresentação dos dados

Em sua obra *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*, Pessoa de Castro (2005) apresenta 3.517 vocábulos, embora reconheça que nem todos são verdadeiros africanismos, como ela própria afirma:

O vocabulário a seguir não é um repertório tão-somente de “africanismos”. Convém lembrar que, nele, estão incluídas certas palavras e expressões que, embora não sendo de origem africana, fazem parte do cotidiano do povo-de-santo e de suas práticas litúrgicas (Cf. *abrir-caminho*, *caboc(l)lo*, *descarrego*, *firma*,) ou, então, são peculiares ao falar baiano de todas as classes ou por elas conhecidas (Cf. *despacho*, *missa-pedida*, *califom*). (PESSOA DE CASTRO, 2005, p. 131, grifos do autor)

Em seu estudo, a autora trabalhou com o vocabulário de dois grupos ou famílias linguísticas africanas: banto e kwa, além de acrescentar lexias de Formação Brasileira (FB). Portanto, as influências de línguas oeste-africanas, porventura existentes na Bahia, não foram tratadas no trabalho da pesquisadora.

A fim de sistematizar seu estudo, Pessoa de Castro (2005) fez uma divisão dos vocábulos em cinco grupos: língua-de-santo ou linguagem religiosa afro-brasileira; povo-de-santo ou comunidade religiosa afro-brasileira; linguagem popular regional brasileira; falar corrente, regional e familiar da Bahia; e português do Brasil.

Procurando contribuir com o tema, trabalhamos com aqueles vocábulos que são de conhecimento de falantes do estado de Minas Gerais. Acreditamos que, com esse recorte, podemos oferecer mais informações. Depois de ter selecionado as 123 unidades léxicas, conforme já mencionado, procuramos dividi-las em dois blocos:

A) lexias de uso mais geral e/ou mais conhecidas em vários estados brasileiros: “abadá”, “acarajé”, “andu”, “angu”, “babau”, “bafafá”, “bagunça”, “bambi”, “bambambã”, “banguela”, “beleléu”, “berimbau”, “bitelo”, “bobó”, “brucutu”, “bunda”, “caçamba”, “cachaça”, “cachimbo”, “caçula”, “cacunda”, “cafundó”, “cafuné”, “cafuzo”, “calango”, “calombo”, “camundongo”, “candomblé”, “canga”, “cangalha”, “capanga”, “capenga”, “carimbo”, “catimba”, “catinga”, “caxumba”, “chimpanzé”, “cochilar”, “corcunda”, “cucuia”, “dengo”, “encabular”, “forró”, “fubá”, “fungar”, “fuxico”, “fuzuê”, “gangorra”, “garpá”, “jagunço”, “jiló”, “jingar”, “lelé”, “lengalenga”, “macaca”, “macaco”, “maconha”, “macumba”, “maracutaia”, “marimbondo”, “maxixe”, “miçanga”, “minhoca”, “mocotó”, “molambo”, “moleque”, “moqueca”, “muamba”,

“muquirana”, “muxiba”, “quenga”, “quiabo”, “quilombo”, “quindim”, “quitute”, “sacana”, “sambar”, “senzala”, “songamonga”, “sunga”, “tanga”, “tipoiá”, “titica”, “toba”, “tribufu”, “tutu”, “umbanda”, “urucubaca”, “vatapá”, “xingar”, “xodó”, “xoxota”, “zanga”, “zanzar”, “ziquizira”, “zonzo”, “zumbi” e “zunzum”.

B) lexias de uso mais restrito e/ou menos conhecidas: “balangandã”, “bololô”, “cabaço”, “cacimba”, “cafofo”, “cotó”, “cuíca”, “encafifar”, “fiofó”, “futricar”, “fuzarca”, “indaca”, “inhaca”, “jabá”, “mandinga”, “manjuba”, “meganha”, “monjolo”, “moringa”, “mucama”, “murundu”, “muvuca”, “quitanda” e “xibiu”.

Dentre as lexias de uso mais geral, inseridas no campo léxico de “comida e bebida”, destacamos: “acarajé”, “andu”, “angu”, “bobó”, “cachaça”, “fubá”, “garapa”, “jiló”, “maxixe”, “mocotó”, “moqueca”, “quiabo”, “quindim” e “quitute”. Embora típicas da culinária baiana, essas lexias não se restringem ao estado da Bahia, com exceção de “vatapá”.

No segundo grupo, classificado como mais restrito, aparece o vocábulo “jabá” que é bastante usual no norte de Minas, conforme entrevistas realizadas por Souza (2008; 2014), e em outros estados do Nordeste. O vocábulo “quitanda”, por sua vez, é usual no meio rural, constando inclusive em *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral (1920) e nas pesquisas do Projeto Léxicos Regionais.

No domínio da música e religião, temos também vocábulos que, embora façam parte da tradição cultural da Bahia, hoje são de domínio de falantes de outras regiões do Brasil. São eles: “berimbau”, “candomblé”, “umbanda” e “cuíca”.

Além dos campos lexicais referidos anteriormente, merece, também, destaque o grupo de vocábulos composto pelas palavras reconhecidas como “chulas”, as quais fazem parte do cotidiano de parcela da população, em situações de uso mais restrito. Podemos citar: “cabaço”, “fiofó”, “manjuba”, “quenga”, “toba”, “xibiu” e “xoxota”. O vocábulo “bunda”, que em muitos contextos é mais usual que “nádegas”, também poderia figurar neste grupo.

Um grupo de vocábulos que nos chama a atenção está relacionado ao léxico rural. Constatamos que 27 vocábulos, dentre aqueles apresentados em nossa lista, constam em *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral, sendo que 23 são indicados como brasileirismos por Pessoa de Castro (2005). Ressaltamos ainda que desses 27 vocábulos apenas 14 figuram na lista levantada por Alkmim e Petter (2008). Tais números podem indicar que os demais itens

lexicais também podem ser produtivos em outras regiões do nosso país. Eis, a seguir, os vocábulos encontrados em *O dialeto caipira*: “angu”, “banguela”, “babau”, “biboca”, “cachaça”, “caçula”, “cacunda”, “cafundó”, “calombo”, “capanga”, “capenga”, “catinga”, “cotó”, “gangorra”, “garapa”, “mandinga”, “mocotó”, “moleque”, “monjolo”, “mucama”, “murundu”, “muxiba”, “quilombo”, “quitanda”, “quitute”, “senzala” e “titica”.

Análise histórica

Ao apresentar o seu vocabulário afro-brasileiro na Bahia, Pessoa de Castro (2005) insere entre parênteses, logo após a entrada, algumas abreviaturas referentes à origem - (banto, kwa, e formação brasileira) e a marca diatópica Bahia, português do Brasil língua portuguesa em geral). Tendo em vista que alguns vocábulos de nossa lista são do português do Brasil e de uso geral da língua portuguesa, decidimos verificar se alguns desses itens lexicais constavam nos dicionários do P. Raphael Bluteau (1728), de Antonio de Moraes Silva (1813), duas das mais importantes referências da lexicografia portuguesa, que documentam vasto vocabulário nos séculos XVIII e XIX. Feitas as buscas no dicionário do P. Bluteau, 15 vocábulos que constam da nossa lista foram encontrados. A seguir, apresentamos esses vocábulos, sendo que para alguns foi inserida, entre parênteses, a forma como foi grafada originalmente, a saber: “berimbau” (berimbau), “cachaça”, “cachimbo”, “cacimba”, “canga”, “cangalha”, “catinga”, “corcunda” (carcunda), “garapa”, “macaco”, “mandinga”, “marimbondo” (maribonda), “minhoca”, “miçanga” (missanga), “moleque” e “moqueca” (moquenca).

Em relação à marca diatópica desses vocábulos, verificamos que alguns foram apontados pelo autor como “termo do Brasil” ou que nomeia alguma realidade do nosso país, segundo ele mesmo afirma. A seguir, apresentamos os vocábulos encontrados, acompanhados da definição de Bluteau (1728):

“*Cacimbas* (Termo do Brasil) Assim chamão humas covas, que como pequenos poços abrem junto do mar, para tirarem água doce, que como tão vizinha da salgada, fica ainda demasiadamente salobra, e apenas de serviço para o uso mais ordinário”. (BLUTEAU, 1728, p. 27)

- “*Garapa* Garapa ou cachaça (Termo do Brasil). He uma espécie de vinho das borras do açúcar, a que chamão os negros melaço. He bebida de negros”. (BLUTEAU, 1728, p. 30)

- “*Maribonda* Espécie de vespa do Brasil. Os naturaes lhe chamão cupueruçu”. (BLUTEAU, 1728, p. 331)
- *Moleque Veyo*-nos esta palavra do Brasil, e vai tanto, como pequeno escravo negro.

Quanto à definição dessas entradas lexicais, verificamos que a lexia “cachaça” ainda não carregava o sentido atual, tal como encontramos no *Aurélio séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999). No dicionário de Bluteau, o termo referia-se à “parte do pescoço posterior à garganta”. O mesmo acontece com “mandinga” que apresenta o sentido atual de “feitiço” ou “feitiçaria” e apenas há a indicação naquele dicionário de tratar-se de um país da África, país este onde havia inúmeros feiticeiros.

Outros dois vocábulos que também apresentam uma variação de sentido são “moleque” e “moqueca”. No dicionário de Bluteau, o primeiro vocábulo refere-se a “pequeno escravo negro”, sendo que hoje o sentido foi ampliado para “qualquer menino de pouca idade”, segundo Ferreira (1999). O vocábulo “moqueca” que hoje está relacionado a um “guisado geralmente de peixes ou mariscos” também apresentava uma pequena alteração em sua constituição, pois era relacionado a um “guisado que se faz com carne de vaca, vinagre e outros”.

Tomando agora por fonte o dicionário de Antonio de Moraes Silva (1813), verificamos uma maior ocorrência daqueles vocábulos listados por nós, o que já presumimos pelo fato dessa última obra ser uma continuidade do trabalho de Bluteau e por ter sido editada quase um século depois, ou seja, em um espaço de tempo em que muitas novas palavras foram incorporadas à língua portuguesa. Eis, portanto, os vocábulos encontrados: “andu”, “berimbau” (birimbau), “cachaça”, “cachimbo”, “cacimba”, “cafuné”, “canga”, “cangalha”, “catinga”, “corcunda” (carcunda), “cotó” (coto), “fungar”, “garapa”, “macaco”, “mandinga”, “marimbondo” (maribondo), “minhoca”, “moleque”, “moqueca” (moquenca), “mucama”, “quilombo”, “senzala”, “tanga” e “zanga”.

Tal qual verificamos no dicionário do século XVIII, no dicionário de Antonio de Moraes Silva, também encontramos lexias apontadas como de origem do Brasil ou que nomeia fatos, ações ou realidades do nosso país. São elas: “andu”, “cachaça”, “cafuné”, “garapa”, “marimbondo”, “mucama”, “quilombo” e “senzala”.

Em relação aos aspectos semânticos desses vocábulos, verificamos que, ainda nesse segundo dicionário, as lexias “moleque” e “moqueca” estão relacionadas a “pretinho, negro pequeno” e “guisado de carne de vaca”, respectivamente. Por outro lado, os vocábulos “cachaça” e “mandinga” já traziam a acepção atual verificada em Ferreira (1999), o que implica em dizermos que houve uma mudança ou ampliação semântica no decorrer do período compreendido entre a publicação das obras de Bluteau e Moraes.

Um aspecto linguístico encontrado no dicionário de Antonio de Moraes que nos chama a atenção refere-se a uma marcação de uso em que as lexias “zanga” e “cafuné” são apontadas como termo chulo. Tomando a definição de “chulo” desse mesmo autor, encontramos o seguinte texto: “chulo, adj. De que se usa na conversação familiar, gracejando, zombando, ou fallando fresco”. Esta acepção difere em parte daquela encontrada em Ferreira (1999), para o qual temos a seguinte definição: “grosseiro, baixo, rude”. Diante disso, os vocábulos “zanga” e “cafuné”, em nosso entender, não se inserem no mesmo nível dos vocábulos por nós listados como chulos. Em uma leitura mais desatenta, poderíamos presumir que a marca de uso “chulo” por parte de Silva (1813) poderia ter uma motivação preconceituosa, por se tratar de um vocábulo de origem africana, o que não é verdade. Portanto, o que se conclui, é que a marcação de uso para as duas lexias apontadas pelo autor segue a linha de pensamento da época. Após a consulta dos 123 vocábulos nos dicionários de Bluteau e Moraes, decidimos verificar a sua datação no dicionário etimológico de Antônio Geraldo da Cunha (1986). A resposta que obtivemos em nossa consulta é que, embora alguns vocábulos tenham registro de uso na língua portuguesa antes da publicação dos dicionários de Bluteau e Moraes, alguns não estão inseridos nas duas obras. Vários são os motivos que podem ter contribuído para essa ausência, dentre eles, podemos citar a baixa produtividade do vocábulo na fala das pessoas no Brasil, a base das obras serem da língua portuguesa de Portugal – principalmente a de Bluteau – o real desconhecimento da lexia por parte do autor, a datação do vocábulo ter sido retirada de fontes de registros na África e ainda não incorporadas na fala de usuários no Brasil, restrições ideológicas, entre outros. Entre os vocábulos que apresentam datação até a publicação do dicionário de Bluteau (1728) e que não está inserido em sua obra citamos: “cochilar”, “fubá”, “quilombo”, “senzala”, “tipoia” e “xingar”. Para o dicionário de Antonio de Moraes, verificamos as seguintes ausências: “cochilar”, “fubá”, “jiló”, “maxixe”, “quiabo” e “tipoia”.

A fim de facilitar a análise linguística e dar maior clareza, apresentamos os vocábulos com sua datação divididos por século – vale lembrar que nem todos os vocábulos da nossa lista apresentaram datação. Para aqueles vocábulos cuja datação apresenta apenas a indicação do século, nós os inserimos no espaço apropriado. A seguir, o quadro:

Quadro 1 – Vocabulário ao longo dos séculos

Século XVI	Berimbau, garapa, macaco, minhoca, quilombo, tipoia (1584)
Século XVII	Cacimba (1675), cochilar, fubá (1681), senzala, xingar
Século XVIII	Cachaça (1711), cachimbo (1711), corcunda, jiló (1730), maxixe (1730), moleque (1731), quiabo (1730)
Século XIX	Acarajé (1899), angu (1844), bobó (1899), bunda (1871), caçula, cafundó (1899), cafuné (1813), cafuzo (1881), calombo (1881), camundongo (1899), candomblé (1899), canga (1813), cangalha (1813), capenga (1899), carimbo (1844), catinga (1813), caxumba (1899), chimpanzé (1899), cotó (1844), denço (1873), fungar (1813), jagunço, lengalenga (1873), marimbondo (1813), molambo (1848), moqueca (1844), muamba (1890), muxiba (1899), quenga (1844), quindim, quitute (1890), songamonga (1881), tanga (1813), tutu (1899), vatapá (1899), zanga (1844), zanzar (1899), zonzo (1899)
Século XX	Bagunça, banguela, caçamba, calango, cuíca, encabular, forró, fuzuê, maconha, macumba, miçanga, muquirana, sacana, sambar, sunga, umbanda, urucubaca, xodó

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir desse quadro, a primeira observação que fazemos é que os vocábulos “marimbondo” e “moqueca”, embora sejam datados por Cunha como 1813 e 1844, respectivamente, já constavam no dicionário do P. Bluteau, conforme mencionamos anteriormente.

Uma segunda observação, tomando como referência a tabela mostrada, é em relação à coluna relativa ao século XIX, em que se posiciona a maior parte dos vocábulos. A ocorrência de um grande número de lexias naquele século se explica, por um lado, pelo fato de que a partir do século XVIII o número de escravos africanos introduzidos no Brasil aumenta de forma expressiva – aproximadamente 2,5 milhões de escravos – e, no século XIX, estima-se uma importação de aproximadamente 1,5 milhão de africanos, levando a um contingente de 75% de negros e mestiços no país conforme o senso oficial de 1823. (PESSOA DE CASTRO, 2005) Essa superioridade numérica sem dúvida trouxe grande reflexo na língua portuguesa falada no Brasil, especialmente no léxico. Por outro lado, o dicionário de Antonio de Moraes, que havia adquirido grande prestígio e passado por várias reedições ainda naquele século,

trazia parte do vocabulário usual dessa parcela da população e de outras que incorporaram essas palavras em sua fala.

Uma última observação a partir da tabela apresentada é que a coluna relativa ao século XX também apresenta um bom número de lexias (18), sendo que boa parte delas é bastante produtiva no nosso cotidiano como “banguça”, “banguela”, “caçamba”, “calango”, “fórró”, “maconha”, “macumba”, “sambar”, “umbanda” e “xodó”.

Vocábulos africanos nas Minas Gerais

A fim de corroborar, em parte, nossa afirmação inicial de que os 123 vocábulos selecionados da obra de Pessoa de Castro (2005) são usuais no estado de Minas Gerais, apresentamos, a seguir, seis pesquisas – dissertações e teses – do Projeto Léxicos Regionais UFMG. Eis os trabalhos: Souza (2008; 2014), Ribeiro (2010), Freitas (2012), Cordeiro (2013), e Miranda (2013). É possível que nessas pesquisas encontremos vocábulos de origem africana não apenas do grupo banto ou kwa, conforme corte adotado por Pessoa de Castro (2005) em sua obra, mas de grupos africanos diversos. Todavia, a presença de vocábulos comuns aos 123 selecionados, dão mostras da presença da língua africana em Minas Gerais. A seguir, as pesquisas citadas.

A partir da dissertação de mestrado de Souza (2008), em que foram entrevistados moradores do município de Águas Vermelhas, no norte de Minas Gerais, encontramos os seguintes vocábulos de origem africana: “andu”, “caçaça”, “cacimba”, “capanga”, “cacunda” e “pilão”. Desses, apenas o último não consta na lista extraída por nós da obra de Pessoa de Castro (2005). Todavia, trata-se de um item lexical bastante comum, não apenas em nosso estado, mas em várias regiões do Brasil. Ferreira (1999) toma o vocábulo como um brasileirismo de origem africana.

Em sua tese de doutorado, Souza (2014) ainda trabalhando com a região norte de Minas Gerais, amplia a área pesquisada, abarcando, desta vez, nove municípios da microrregião de Salinas. Após análise, listamos os seguintes vocábulos de origem africana: “andu”, “azabumba”, “cachimbar”, “cacimba”, “cacunda”, “calundum”, “capanga” (bolsa), “capanga” (indivíduo), “curiango”, “encachimbar”, “monjolo”, “maxixe”, “mulambo”, “muringuinha”, “murundum”. Dos 15 vocábulos presentes na tese do autor, dez estão incluídos dentre os 123 da lista selecionada. Cabe ressaltarmos que os cinco não presentes na lista, a saber: “azabumba”, “cachimbar”, “calundun”,

“curiango” e “encacimbar”, deve-se ao fato de ser uma variação ou formação a partir de vocábulos africanos. Podem ainda ser vocábulos pertencentes à obra de Pessoa de Castro (2005), mas que não figura em nossa lista como é o caso de “curiango”.

A respeito da pesquisa de Ribeiro (2010), na qual a autora trabalha com a região de Passos, no sul de Minas Gerais, encontramos os seguintes vocábulos de origem africana: “angu”, “banguê”, “cacunda”, “catinga”, “fubá”, “monjolo”, “quitanda”. Dos sete vocábulos listados, apenas “banguê” não figura na nossa seleção. Cabe ressaltar que esse vocábulo se refere a uma espécie de cama tosca para transporte de doentes ou cadáveres, sendo também de origem banta.

A pesquisa de Freitas (2012), por sua vez, explora a região da Serra do Cipó, na mesorregião central de Minas Gerais. A partir da análise do trabalho da pesquisadora, identificamos os seguintes vocábulos de origem africana: “andu”, “cachaça”, “cacumbu”, “cacunda”, “cambada”, “candombe”, “capanga”, “carangonço”, “catinga”, “cuchichó” e “curiango”. Dos 11 vocábulos numerados, cinco estão presentes em nossa lista. O vocábulo “cacumbu”, que se refere ao machado ou a enxada já velhos ou desgastados, é de origem do quimbundo, pertencente ao grupo banto. O vocábulo “cambada”, por sua vez, deriva de *camba*, que se refere a um grupo etnolinguístico do Quênia, sendo de origem banta. O vocábulo “candombe”, que na pesquisa de Freitas refere-se a uma dança de origem africana, tem origem no quimbundo, segundo Ferreira (1999). O vocábulo “carangonço”, também fora da nossa lista, mas presente na obra de Pessoa de Castro (2005), refere-se a uma espécie de artrópode semelhante ao escorpião, sendo também de origem do grupo banto. O mesmo ocorre com os vocábulos “cuchichó”, que se refere a uma casinha rústica e “curiango”, relacionada a uma espécie de ave, ambos presentes na obra de Pessoa de Castro (2005). Conclui-se, portanto, que apesar de apenas cinco vocábulos constarem de nossa lista, dez vocábulos estão presentes na obra de Pessoa de Castro (2005).

Em relação à pesquisa de Cordeiro (2013), que abarca a região de Minas Novas, também na região norte de Minas Gerais, verificamos os seguintes vocábulos de origem africana: “andu”, “banguê”, “cacimba”, “cacunda”, “marimba”, “monjolo”, “muringa”, “mutamba”, “quiçamba”. Desses, cinco constam em nossa lista. Quanto ao vocábulo “banguê”, já comentamos. O vocábulo “marimba”, que na pesquisa refere-se a um tipo de abóbora, traz uma acepção diferente do étimo original de origem do quimbundo, que remete

a um tambor tocado pelo povo. O vocábulo “mutamba” o qual diz respeito a uma espécie de árvore, também é de origem do quimbundo. Por último, o vocábulo “quiçamba”, do quimbundo, que se refere a um cesto de taquara. Portanto, dos nove vocábulos encontrados pela pesquisadora, todos são de etimologias do grupo banto, apesar do vocábulo “marimba” não se referir ao étimo original.

Por fim, ao analisarmos o vocabulário apresentado na dissertação de Miranda (2013), na qual o autor trabalha com habitantes do município de Sabinópolis, na mesorregião do Rio Doce, verificamos a presença de sete vocábulos de origem africana, quais sejam: “cacimba”, “cacunda”, “carangonço”, “catinga”, “caxinguelê”, “monjolo” e “quitanda”. Desses, cinco estão relacionados em nossa lista e os outros dois, “carangonço” e “caxinguelê”, também incluídos na obra de Pessoa de Castro (2005).

A partir dos seis trabalhos apresentados, verificamos que foram encontrados 30 itens lexicais de origem africana, alguns comuns entre as seis pesquisas. Desses, 16 são comuns à lista selecionada por nós e extraída de Pessoa de Castro (2005). Ressalta-se ainda que, dentre aqueles que não constam em nossa lista, outros 12 são de origem banta e estão incluídos na obra de Pessoa de Castro (2005). Embora ainda apresente um número reduzido de vocábulos em relação aos 123 selecionados, dado o fato de que as pesquisas não foram direcionadas ao tema, esses trabalhos mostram a influência da língua africana em território mineiro.

Além dos trabalhos citados, não podemos deixar de mencionar a obra *Pé preto no barro branco: a língua dos negros de Tabatinga*, de Sônia Queiroz (1998), que nos oferece um grande testemunho da influência da língua africana em Minas Gerais, mais especificamente no município de Bom Despacho.

Considerações finais

A partir dos dados obtidos, verificamos que a quase totalidade dos vocábulos por nós listados e que estavam incluídos nos dicionários consultados, continua apresentando o mesmo sentido e a mesma forma desde a sua entrada na língua portuguesa. Isso mostra a força e a influência que a cultura e a tradição dos povos de origem africana ocupam no âmbito da cultura geral brasileira. Os dados ainda nos mostram que alguns vocábulos desde há muito tempo passaram a fazer parte do linguajar das pessoas do meio rural, como mostra Amadeu Amaral em *O dialeto caipira* (1976), aparecem, também, na

linguagem popular, com um grande número de variantes para as lexis de origem notadamente portuguesa e, também, de palavras marcadas como “termo chulo” como vimos neste artigo. Em suma, podemos concluir que as línguas de origem africana – no caso banto e kwa – foram e continuam sendo de fundamental importância na formação do léxico português em nosso país e que as tradições culturais dos povos de origem africana no Brasil, sobretudo do estado da Bahia, estão ocupando cada vez mais espaço na cultura e tradição brasileiras.

Referências

- ALKMIM, T.; PETTER, M. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 179-203.
- AMARAL, A. *O Dialeto Caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- BLUTEAU, P. R. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.
- CORDEIRO, M. J. *Estudo linguístico no Vale do Jequitinhonha: o léxico de Minas Novas*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, A. B. H.; FERREIRA, M. B.; ANJOS, M. dos. *Aurélio Séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREITAS, C. J. *Café com quebra-torto: um estudo léxico-cultural da Serra do Cipó/MG*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- LAYTANO, D. *Os africanismos no dialeto gaúcho*. 2. ed. Porto Alegre: Oficina Livraria do Globo, 1936.
- MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1934.
- MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

- MIRANDA, W. M. R. *O estudo da fraseologia do léxico rural de Sabinópolis/MG*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- QUEIROZ, S. *Pé preto no barro branco*. A língua dos negros de Tabatinga. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- RAIMUNDO, J. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.
- RIBEIRO, G. A. *O vocabulário rural de Passos/MG: um estudo linguístico nos Sertões do Jacuhy*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1945 (Brasiliense, Série 5, v. 9).
- SILVA, A. M. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SOUZA, V. L. *Caminho do boi, caminho do homem: o léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SOUZA, V. L. *Nas cacimbas do Rio Pardo: um estudo léxico-cultural*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

Linguagens e cruzamentos: a publicidade a automóveis numa viagem entre épocas¹

Sara Antunes
José Teixeira

Quando a publicidade se cruza com a metáfora

Podemos não notar, mas as nossas vidas, na atualidade, não seriam as mesmas sem a publicidade. Respirámo-la a qualquer momento, em (quase) todos os lados a que vamos ou em que estamos. Já em trabalhos anteriores (como tantos outros que refletem sobre esta temática) sublinhámos a importância vital que a publicidade tem para permitir o nosso atual modo de viver:

Será exagero dizer que é a publicidade que suporta a nossa forma de viver, a democracia, a *internet*, a forma como trabalhamos? Não podemos, praticamente, trabalhar informação sem o *Google*; cada vez mais gente, para comunicar, depende do *Facebook*, *WhatsApp*, *Skype*; para programar as viagens e viajar não o fazemos sem o *Google Maps*; para o entretenimento atual, não é possível dispensar o *Youtube*, o futebol, os jogos olímpicos. Quem suporta tudo isto que, para nós, é aparentemente gratuito? A publicidade... (TEIXEIRA 2019b, p. 247, grifos do autor)

Dada esta dimensão abarcante que a publicidade possui, não será de estranhar que ela possua, cada vez mais, uma vertente comunicativa que a dota de um poder de apelo, criatividade e sedução que as tradicionais formas de comunicação não possuíam. Não é tão elitista como a literatura, tomada tradicionalmente como protótipo da arte da comunicação verbal de uma

¹ Este texto, embora bastante reformulado, resulta de um trabalho de dissertação de Mestrado feito na Universidade do Minho, Portugal, em 2020, de Sara Raquel Saraiva Antunes, com o título “*A metáfora na publicidade. Uma viagem entre épocas.*”

comunidade, mas possui uma força de sedução que a torna imprescindível nas nossas sociedades em que globalização e informação quase que aparecem como sinónimas.

Ora, se para as ciências cognitivas (no domínio da linguagem) não há comunicação sem processo metafórico, inevitavelmente a publicidade irá fazer deste processo uma das suas bases nos seus processos de apelo e sedução comunicativa.

Pensamos ser dispensável, nas limitações deste texto, fazer toda a revisão da literatura sobre a revolução cognitiva relativamente ao fenómeno metafórico relativamente aos mais de vinte e três séculos de debate sobre a metáfora na perspectiva da retórica clássica. Lembramos, apenas, esse facto que já anteriormente sintetizamos. (TEIXEIRA, 2011):

Quadro 1 – Diferentes perspectivas da Metáfora

Metáfora na retórica tradicional	Metáfora na perspectiva cognitiva
Figura, ornamento da linguagem	Mecanismo normal do conhecimento
Aparece exclusivamente na linguagem verbal	Aparece em todas as formas de expressão: linguagem verbal, imagens, situações, filmes, artes...
Metáfora está na expressão	Metáfora está na identificação cognitiva: a mesma metáfora concetual aparece em várias expressões

Fonte: adaptado de Teixeira (2011, p. 5).

E uma das tendências mais recentes que a visão cognitiva da metáfora acarretou foi a de não confinar o estudo deste processo sem o ligar ao da metonímia:

Mas a metonímia não é apenas um instrumento referencial. Também tem a função de transmitir entendimento. Por exemplo, no caso da metonímia, A PARTE PELO TODO, há muitas partes que podem representar o todo. A parte que escolhermos determinará em que aspeto do todo nos estamos a focar. Quando dizemos que precisamos de algumas boas cabeças no projeto, estamos a usar ‘cabeças boas’ para nos referirmos a ‘pessoas inteligentes’. A questão não é apenas usar uma parte (cabeça) para representar um todo (pessoa), mas sim escolher uma característica particular da pessoa, a saber, a inteligência, que está associada à cabeça.² (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 36, tradução nossa)

2 Texto original: “But metonymy is not merely a referential device. It also serves the function of providing understanding. For example, in the case of the metonymy THE PART FOR THE WHOLE there are many parts that can stand for the whole. Which part we pick out determines which aspect of the

Ora, a publicidade é estruturalmente metonímica nos seus processos: apresenta o produto que quer promover e vender (A) ligado a uma qualquer entidade que seja fortemente apelativa (B) para o consumidor de modo a que cognitivamente este associa A a B e compre A achando que adquire B, porque o seu sistema cognitivo associa A a B. É o clássico processo metonímico, A POR B. Este funcionamento leva a que a metonímia seja, para além da metáfora, fortemente utilizada na publicidade, dando ênfase a um qualquer atributo que se pretende destacar do produto apresentado.

Quando as metáforas de palavras se cruzam com as metáforas de imagens

Para a tradição retórica, a metáfora implicava o uso de palavras, era um fenómeno da linguagem verbal. A visão cognitiva, distinguindo metáfora concetual das respetivas expressões metafóricas abriu o estudo da metáfora a campos até aí estranhos, como o da comunicação pictórica.

Assim, Charles Forceville (em 1996) publica *Pictorial Metaphor in Advertising*, onde se debruça sobre a metáfora pictórica, implementando o estudo das metáforas pictóricas presentes em publicidade. Segundo a sua perspetiva sobre a metáfora pictórica, para que uma representação pictórica seja considerada metafórica é necessário que uma leitura “literal” ou convencional da representação pictórica não esgote o seu significado, ou que demonstre claramente que uma irregularidade presente no mesmo é intencional. É necessário que, presentes na imagem, se encontrem dois termos distintos, um objeto primário e um outro objeto secundário, os quais não devem ser reversíveis e que permitam a transferência de características presentes no objeto secundário para o objeto primário. Para que esta transferência seja plenamente entendida, é necessário ter em conta o contexto presente que permite determinar qual é o objeto primário e secundário, de forma a que a interpretação da metáfora seja feita corretamente. O contexto pode ser parcialmente texto-interno ou texto-externo, ou seja, estar contido na própria metáfora, por exemplo na imagem, ou no conhecimento que o leitor tem sobre o mundo no qual a metáfora se insere. Forceville (1996) acentua

whole we are focusing on. When we say that we need some good heads on the project, we are using ‘good heads’ to refer to ‘intelligent people’. The point is not just to use a part (head) to stand for a whole (person) but rather to pick out a particular characteristic of the person, namely, intelligence, which is associated with the head”.

a importância do contexto em metáforas pictóricas, nomeadamente a parte verbal, e como, por exemplo, os títulos servem de âncora na relação entre a imagem e o seu verdadeiro significado, funcionando, na maioria das vezes, como provedores de contexto.

Ora, é exatamente o que acontece na publicidade. Para além dos títulos, muitos anúncios possuem também um corpo de texto publicitário que contribui para que a interpretação que se pretende, da metáfora presente pictoricamente, seja mais clara e rápida. No entanto, é preciso ter em conta que o contexto não é apenas linguisticamente construído, outros elementos pictóricos presentes na imagem são também usados como uma orientação para a identificação e interpretação pretendida pelo anúncio.

Forceville (1996) divide as metáforas pictóricas conforme a relação entre dois termos, pictóricos e/ou verbais, presentes num mesmo contexto. No primeiro género metafórico, está presente apenas um termo pictórico, logo o segundo termo deve ser evidentemente sugerido pelo contexto em que se insere. Dessa forma, espera-se que o elemento pictórico presente seja o “intruso”, ou seja, um elemento estranho para o contexto, e o que permite a existência da metáfora pictórica.

O segundo género metafórico possui presentes ambos os elementos como pictóricos, portanto a produção cognitiva do novo conceito metafórico resultante da mescla parcial dos elementos figurados, é suficiente e não necessita do apoio de um contexto verbal. O mesmo acontece nas metáforas pictóricas por semelhança, em que a presença de ambos os termos, frequentemente ilustrados lado a lado, ou mesmo em sobreposição, na sua totalidade, evidencia o conceito metafórico que se pretende salientar.

No último género metafórico, encontram-se presentes um termo pictórico e um termo linguístico, portanto se o contexto pictórico for retirado, a interpretação não é afetada, no entanto, retirando o termo verbal, deixa de existir metáfora. Neste caso, existem duas possibilidades, o alvo estar representado pictoricamente e a fonte verbalmente, ou vice-versa.

Relativamente às análises que apresentamos, tendo em atenção o formato dos anúncios que foram escolhidos para o presente estudo, é necessário ressaltar que a entidade física onde se encontram, jornais e revistas, é também fornecedora de contexto, aliando o facto de que os anúncios impressos se encontram propositadamente colocados em determinadas páginas, criando um padrão expectável para o leitor. No que diz respeito à presença das marcas dos produtos nos anúncios, e quanto ao seu papel na interpretação metafórica

dos mesmos, estas devem ser entendidas, mais uma vez, como fornecedoras de contexto, que nos permitem identificar qual deve ser entendido como objeto primário e secundário.

Relativamente à metonímia visual ou pictórica, a mesma não foi alvo de estudo por parte de Forceville (1996), no entanto é necessário ressaltar a sua existência e importância para a análise dos anúncios do nosso *corpus*. A metonímia, a nível pictórico, não está dividida em diferentes subtipos, atuando da mesma forma que atua verbalmente. Ambos os objetos, primário e secundário, devem pertencer a um mesmo domínio conceptual, como é classicamente sabido. No entanto, um deles pode ser representado pictoricamente. A segunda entidade metonímia presente, por sua vez, pode estar representada também pictoricamente, verbalmente ou não estar presente, uma vez que pode ser entendida através do contexto em que se insere.

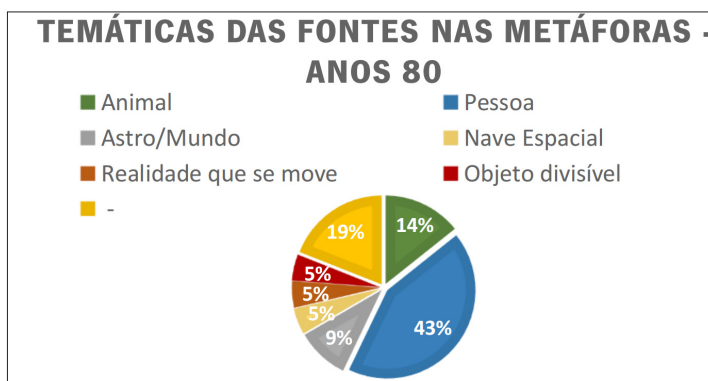
Recolha dos dados para o corpus em análise

Para a recolha de dados, ou seja, dos anúncios publicitários, foram consultados jornais, mais especificamente, as edições diárias do *Jornal de Notícias*, na Biblioteca Pública de Braga, assim como da revista semanal *Notícias Magazine*. Para a recolha dos anúncios dos anos 1980, foram selecionados anúncios entre o ano de 1985 a 1995, do trimestre outubro – dezembro, sendo que a partir de 1990, alguns dos anúncios foram retirados da *Revista JN* que acompanhava o jornal. Para a recolha dos anúncios mais atuais, foram selecionados anúncios entre o ano de 2010 a 2017, do mesmo trimestre. Estes anúncios foram recolhidos da revista *Notícias Magazine*, uma vez que a presença de anúncios nos jornais era escassa, ou praticamente nula. A recolha dos anúncios foi efetuada com a utilização de uma máquina fotográfica.

Viagens e cruzamentos da publicidade automóvel entre épocas: alguns dados para análise

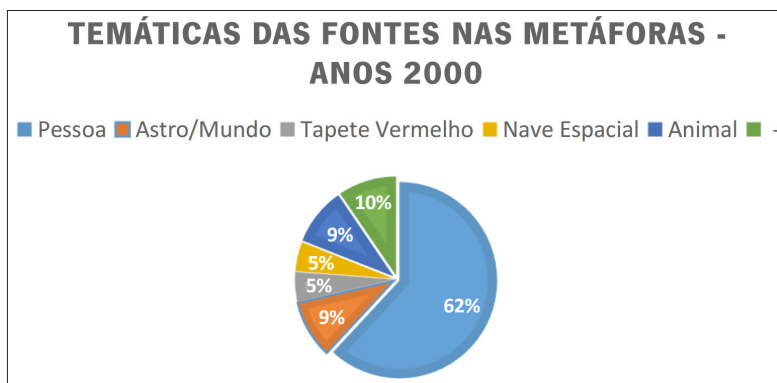
Tomando como ponto de partida os temas-fonte abordados pelos anúncios, através das metáforas e metonímias, encontramos os resultados relativamente à metáfora que as Figuras 1 e 2 retratam.³

Figura 1 – Percentagens relativas das temáticas das metáforas anos 1980



Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 2 – Percentagens relativas das temáticas das metáforas anos 2000



Fonte: elaborada pelos autores

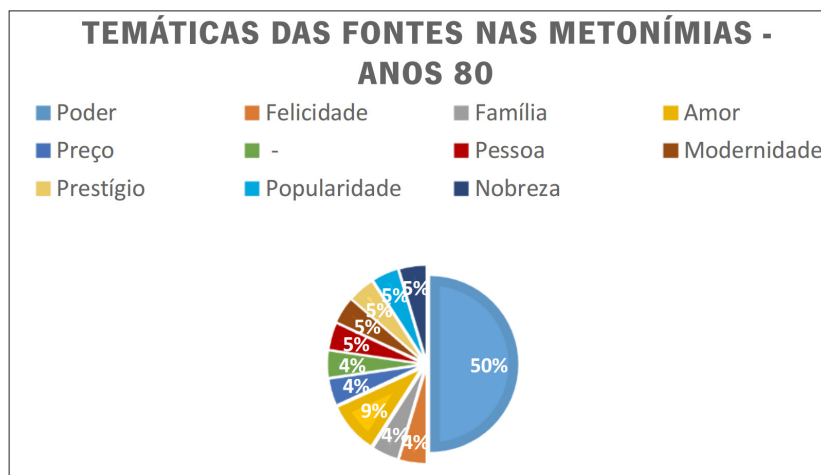
3 Em anexo, no fim deste texto, apresentam-se os anúncios bem assim como a listagem das metáforas e metonímias elencadas.

É possível verificar que 43% das metáforas utilizadas nos anos 1980 são AUTOMÓVEL é PESSOA, 19% dos anúncios não tem qualquer metáfora presente e que, em 14%, as metáforas são AUTOMÓVEL é ANIMAL. O gráfico conta ainda com outras temáticas abordadas em menor percentagem e por isso menos relevantes para ver tendências gerais.

Na Figura 2, relativo aos anos mais próximos, é possível observar que mais de metade, 62% das metáforas utilizadas, são também AUTOMÓVEL é PESSOA. Seguem-se percentualmente novamente os anúncios sem qualquer metáfora presente e, por fim, dois grupos menores onde se encontram com 9% AUTOMÓVEL é ANIMAL e AUTOMÓVEL é ASTRO/MUNDO.

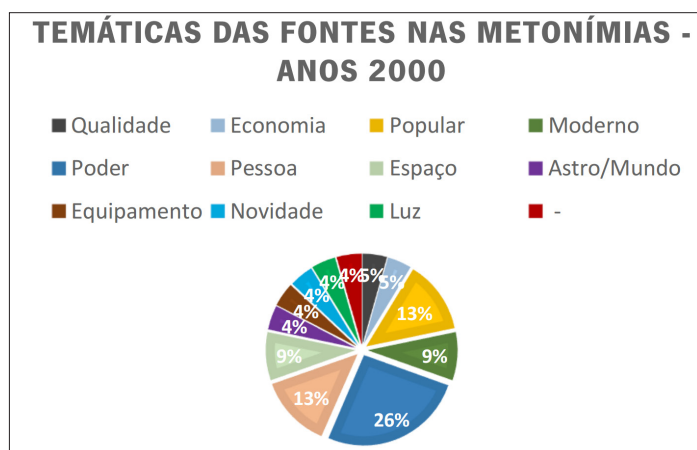
Comparando os resultados mais representativos, podemos concluir que em ambas as épocas, a metáfora mais utilizada nos anúncios publicitários foi AUTOMÓVEL é PESSOA. E não será por acaso. Ver o automóvel como um de nós, como um complemento da própria pessoa ou um membro da mesma família é extraordinariamente apelativo emocional e cognitivamente e a publicidade não o quer deixar de fazer. Se estivermos atentos aos anúncios sobre automóveis esta será talvez a metáfora acionada mais preferida pela publicidade como que nos empurrando para que concluamos: “o automóvel é mais do que um objeto, é (quase, por isso metáfora) uma pessoa como tu”.

Figura 3 – Percentagens relativas das temáticas das metonímias anos 1980



Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 4 – Percentagens relativas das temáticas das metonímias anos 2000



Fonte: elaborada pelos autores.

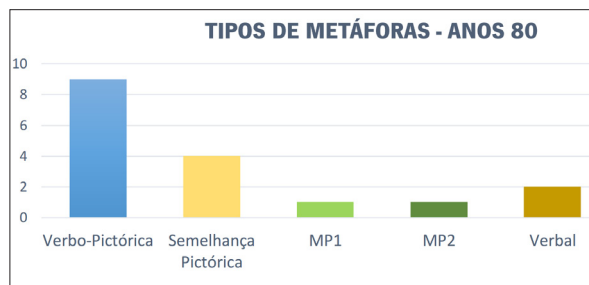
Mas talvez o mais interessante relativamente às temáticas abordadas seja a utilização metonímica nos anúncios. É possível observar, na Figura 3, que 50% das metonímias presentes estão relacionadas com PODER, enquanto os restantes temas aparecem comparativamente em minoria e com peso equivalente entre eles. Na Figura 4, anúncios mais atuais, é possível observar também grande utilização de metonímias relacionadas com PODER. No entanto, deparamo-nos com uma queda acentuada da utilização desta metonímia nos anos 2000. Encontramos, agora, com 13% metonímias relacionadas com PESSOA e POPULAR, seguidas novamente por temáticas minoritárias sendo de assinalar que algumas delas se referem a novas dimensões que não eram abordadas nos anúncios dos anos 1980.

Apesar do menor peso da utilização de metonímias relacionadas com PODER, é possível observar que em ambas as épocas esta temática metonimicamente associada à publicidade automóvel é dominante nos anúncios analisados. Não será também por acaso. Se nos anos 1980 o automóvel denotava essencialmente o estatuto social de poder económico (era uma minoria que tinha automóvel nos anos 1980), hoje em dia isso já não acontece. Qualquer pessoa pode ter um automóvel⁴ e por isso é interessante como a publicidade deixou de associar na essência o automóvel ao poder mas mais a outras

4 Comparativamente a décadas anteriores em que ter automóvel era um sinal de prestígio, em Portugal, hoje em dia, praticamente todas as pessoas podem ter um automóvel, sobretudo comprado em segunda mão.

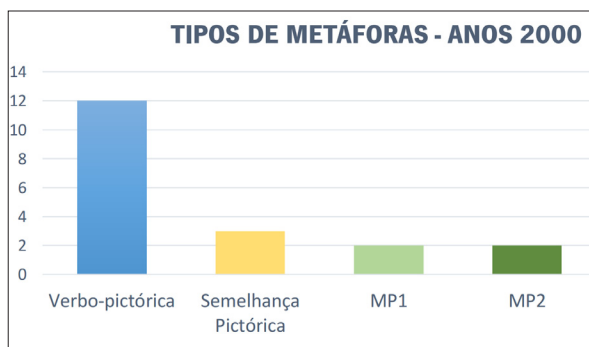
sensações mais diversificadas e mais ligados a um estilo de vida evocando qualidade, liberdade, novidade, espaço, alegria.

Figura 5 –Tipos de metáforas – anos 1980



Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 6 –Tipos de metáforas – anos 2000



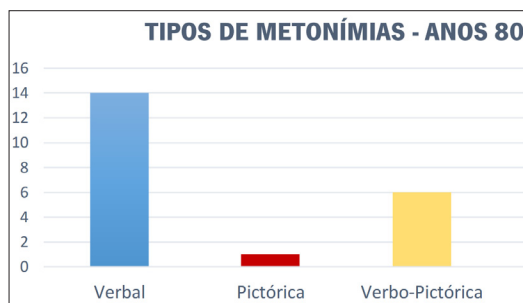
Fonte: elaborada pelos autores

Observando os resultados, é possível verificar o esperado: as metáforas verbo-pictóricas foram as preferidas neste tipo de publicidade impressa nos anúncios dos anos 1980. Seguem-se os anúncios com as metáforas de semelhança pictórica, e em minoria, tendo sido utilizadas apenas uma vez cada, nos anúncios analisados, as MP1 (metáforas com um termo pictórico presente) e as MP2 (metáforas com dois termos pictóricos presentes). As metáforas puramente verbais registraram apenas duas utilizações.

Na Figura 6, relativo aos anos mais próximos, observamos que as metáforas verbo-pictóricas se encontram também em maioria, seguidas também pelas metáforas de semelhança pictórica. Relativamente aos restantes tipos de metáforas, continuam a ser raramente utilizados e deixam de estar presentes

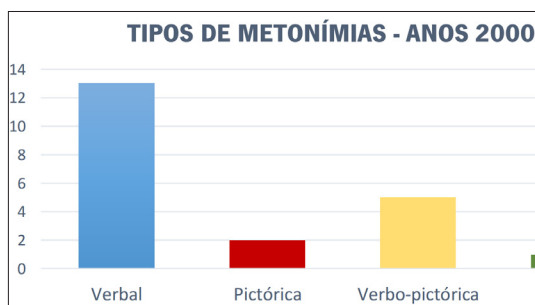
as metáforas verbais, o que não surpreende tendo em conta as facilidades e potencialidades da imagem na comunicação a partir do início deste século XXI.

Figura 7 –Tipos de metonímia – anos 1980



Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 8 –Tipos de metonímia – anos 2000



Fonte: Elaborada pelos autores

As Figuras 7 e 8 evidenciam a preferência pelo uso da dimensão verbal dentro da metonímia tanto nos anúncios dos anos 1980, como nos anúncios dos anos 2000. Depois as metonímias verbo-pictóricas, seguidas, minoritariamente, pelas metonímias pictóricas. Isto comprova como cognitivamente é mais fácil construir a metáfora pictórica do que a metonímia pictórica. A metonímia é muito mais verbal e para ser acionada pictoricamente necessita fortemente de uma dimensão verbal que indique as dimensões metonímicas que se querem fazer ressaltar.

Estes apontamentos de análise que apresentámos permitem concluir que, ao contrário do que se poderia prever, os temas utilizados pelas metáforas e metonímias coincidem parcialmente, principalmente no campo da metáfora, mas o mesmo não acontece nas metonímias, uma vez que encontramos um

grande peso na dimensão metonímica PODER e no aparecimento e desaparecimento de outras dimensões entre as duas épocas, o que demonstra a relação entre a comunicação publicitária e as representações sociais e vivências da época em que a publicidade funciona. Nomeadamente nas nossas análises, denota-se que as novas dimensões sociais que aparecem indicam o avanço da tecnologia e a maior presença e visibilidade da mulher na sociedade atual.

Como há pouco se referiu, a dimensão pictórica não é idêntica no funcionamento metafórico e metonímico. Se as metáforas, nestes anúncios, são maioritariamente verbo-pictóricas, as metonímias são (praticamente) puramente verbais.

Mas talvez o mais interessante na relação entre o fenómeno metafórico e metonímico foi verificar uma interdependência, na grande maioria dos anúncios, de metáforas e metonímias, servindo o propósito de se complementarem mutuamente. Esta verificação direciona-nos para os estudos que defendem a metáfora e a metonímia como sendo dois fenómenos interligados e contíguos, construindo-se o conceito de metaftonímia. (BARCELONA, 2000; GOOSSENS, 1990) As análises por nós efetuadas demonstram, na prática, como metáfora e metonímia se interpenetram, sendo, muitas vezes, difícil de dizer se estamos perante uma vertente metonímica da metáfora ou uma metaforização acionada metonimicamente. E pensamos mesmo que o fenómeno da sinestesia intersecciona o da metaftonímia havendo um contínuo de construção cognitiva entre metonímia, metáfora e sinestesia (TEIXEIRA 2019a; TEIXEIRA (2021):

[...] o significado das palavras e das frases é um *cluster* organizado em rede, mantendo as cores, dentro dessa rede, relações motivadas com a dimensão semântico-cognitiva. Essas relações motivadas passam pela combinação de fenómenos linguístico-cognitivos como a metonímia, a metáfora e a sinestesia enquanto instrumentos de organização dos *clusters* semânticos que a língua organiza, combinação essa que terá que ser vista como essencialmente gradativa em continuum e não como tradicionalmente é apresentada, como se metonímia, metáfora e sinestesia fossem sempre fenómenos discretos. Ou seja, metáfora, metonímia e sinestesia compõem, frequentemente, um todo (que designamos por 'sintonímia') no processamento linguístico-cognitivo, sobretudo quando as cores assumem valorações no significado das palavras e das frases. (TEIXEIRA, 2019a, p. 559-560, grifo do autor)

Mudam-se as épocas, mudam-se algumas vontades

Se quiséssemos evidenciar, dentro do *corpus* observado, os aspetos mais relevantes, destacaríamos a metáfora AUTOMÓVEL É PESSOA e as metonímias relacionadas com PODER.

AUTOMÓVEL É PESSOA: por que razão os anúncios de automóveis preferenciam esta metáfora em particular? Considerando que, normalmente, cada anúncio analisado contou com a presença de mais do que uma metáfora ou metonímia diferentes, utilizados de forma a salientar determinadas características dos automóveis, serve o propósito de levar o leitor a rever-se no automóvel como um alter-ego, uma estratégia que, como foi possível verificar, não se alterou ao longo dos anos. O mesmo acontece relativamente às metonímias relacionadas com poder, aparecendo esta temática, no entanto, maioritariamente utilizada nos anúncios dos anos 1980. Não será por acaso, mas pela importância desta dimensão associada ao automóvel em décadas anteriores, já que, apesar de nos anos 2000 prevalecerem as associações a poder nas metonímias usadas, não têm a mesma dimensão e importância dos anúncios dos anos 1980.

Relativamente ao que motiva a escolha e as diferenças desta temática é importante ter em atenção o público-alvo a quem se dirigiam os anúncios dos anos 1980. É necessário lembrar que a época em questão é imediatamente posterior à ditadura do Estado Novo⁵ que terminou poucos anos antes, 1974. Nessa época, só determinados grupos sociais tinham a possibilidade de adquirir um automóvel, por isso o automóvel implicava poder, sobretudo económico. Nos dias de hoje, no entanto, o automóvel é acessível a praticamente todas as camadas sociais e, por esse motivo, deixou de ser sinónimo de poder e é cada vez mais visto como associado a liberdade, prazer, criatividade, vertente prática e utilitária e dimensões similares.

O valor do espaço passa a estar mais visível nos anúncios da atualidade, uma vez que damos mais valor ao espaço em que vivemos: agora as casas são mais pequenas, as cidades são mais concentradas e sem o espaço que a vida tradicional, mais rural, oferecia ao indivíduo. As pessoas necessitam, agora, mais do seu espaço pessoal e os anúncios mostram que essa dimensão

5 Designa-se por “Estado Novo” o regime político de carácter totalitário que vigorou em Portugal desde a aprovação da Constituição de 1933 até à revolução ocorrida em 25 de Abril de 1974 e que instaurou o moderno regime democrático.

é explorada pela publicidade dos automóveis. Assim como esta dimensão, espaço, outras aparecem agora mais visíveis, como a dimensão económica. Tendo em atenção o intervalo de tempo deste grupo de anúncios analisados, dos anos 2000, entre 2010 e 2017, percebemos que a crise financeira que afetou Portugal entre 2010 e 2014 levou a que os anúncios passassem a dar mais importância à dimensão da economia. Ainda um outro tema que ganha relevância nos anúncios mais atuais é a dimensão de individualidade de cada pessoa, acentuando a individualização dos automóveis, numa sociedade frequentemente de coisas todas iguais onde se perde a identidade individual. Assim, o automóvel deixa de significar principalmente poder e passa a ter um significado mais abarcante, de forma a corresponder melhor à sociedade em que se insere, uma sociedade mais sofisticada mas também, por vezes, de indivíduos massificados, sem identidade própria. A diminuição da importância do apelo a poder nos anúncios atuais, um valor tradicionalmente associado à masculinidade, reflete também a mudança de valores sociais entre as duas épocas (de forma indireta), uma vez que no espaço temporal do século XXI a que estes anúncios dizem respeito (2010-2016) a mulher passa a ter um papel mais presente e atuante na sociedade atual e, por isso, passa também a ter maior importância perante a publicidade e, conseqüentemente, os anúncios publicitários reduzem a utilização e exaltação de valores masculinos como o de poder, que deixa de ser visto como uma dimensão associada à masculinidade como o era no século passado.

Não será de admirar, portanto, que o *corpus* analisado mostre a adaptação e apropriação que a comunicação publicitária faz das representações sociais mais em destaque. A publicidade não faz a onda, aprende a fazer *surf* nas ondas que atravessam, em cada momento, a sociedade em que quer comunicar.

Referências

ANTUNES, S. *A metáfora na publicidade: uma viagem entre épocas*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências das Linguagens) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, 2020.

BARCELONA, A. (ed.). *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: a cognitive perspective*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2000.

FORCEVILLE, C. *Pictorial metaphor in advertising*. London: Routledge, 1996.

GOOSSENS, L. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. *Cognitive Linguistics*, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 323-340, 1990.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto: Empresa do Jornal de Notícias, 1888-. 1985-1995.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 2003.

NOTÍCIAS MAGAZINE. [S.l.: s. n.], 1976-.1985-1995.

REVISTA JN. [S.l.: s. n.], [19--]. 2010-2017.

TEIXEIRA, J. As cores dos provérbios na língua portuguesa: de Portugal ao Brasil e de Angola a Timor. In: DOBOWIAK, P.; RZEPKA, A.; WOLNY, A. *Studia Iberystyczne*. Kraków: [s. n.], 2019a. p. 537-561. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/63156>. Acesso em: 5 fev. 2021.

TEIXEIRA, J. Cores, significado linguístico e cognição: das imagens mentais e sinestesia à “sintonímia”. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021. No prelo.

TEIXEIRA, J. Os publicitários são mesmo uns exagerados?: a metáfora e a metonímia na publicidade. In: CONGRESO INTERNACIONAL SEEPLU DIFUNDIR LA LUSOFONIA, 2., 2011, Extremadura. *Actas [...]*. Extremadura: Universidad de Extremadura, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/14087>. Acesso em: 5 fev. 2021.

TEIXEIRA, J. Publicidade e storytelling: a força de uma metáfora numa linguagem de poder. In: MARQUES, M. A.; SOUSA, S. G. (org.). *Linguagens de poder*. Minho: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2019b. p. 247-263. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/62455>. Acesso em: 5 fev. 2021.

Anexo A – Listagem das principais metáforas e metonímias no corpus apresentado

Anúncio nº	Metáforas	Metonímias
1, 2, 3	AUTOMÓVEL É PESSOA FRENTE DO CARRO É ROSTO FARÓIS SÃO OLHOS RADIADOR É NARIZ PÁRA-CHOQUES É BOCA AUTOMÓVEL É MEMBRO DE UMA FAMÍLIA CARROS DA MESMA MARCA (Mercedes) SÃO FAMÍLIA FRENTE DE CARRO É ROSTO	SUCESSO POR AUTOMÓVEL SUCESSO POR PODER, LEADER POR AUTOMÓVEL LEADER POR PODER FAMÍLIA POR AUTOMÓVEIS Nobre Família implica poder
4	AUTOMÓVEL É MUNDO NOVO AUTOMÓVEL É PLANETA	MUNDO NOVO POR PODER Automóvel é Planeta, possuir um planeta implica poder
5	CLASSE É REALIDADE QUE SE MOVE	VOLANTE POR AUTOMÓVEL PALAVRAS “CLASSE”; “CARRO EXCLUSIVO”; PURO SANGUE”; “CLASSE DOMINANTE”; “MARCA DO PRESTÍGIO”; “INULTRAPASSÁVEL” POR PODER (palavras presentes no corpo do texto)
6		ESTAÇÕES DO ANO POR FAMÍLIA CLÁSSICO POR AUTOMÓVEL CLASSICISMO POR SOFISTICAÇÃO, POR PRESTÍGIO
7	AUTOMÓVEL É JOVEM DO “CLAN” AUTOMÓVEL É PESSOA	JOVEM POR FELICIDADE
8	AUTOMÓVEL É FOGUETÃO/ NAVE ESPACIAL	ESPAÇO POR CONFORTO: CONFORTO POR PODER, PRESTÍGIO; NAVE ESPACIAL POR MODERNIDADE
9	SENSAÇÃO DE PODER É OBJETO DIVISÍVEL	AUTOMÓVEL POR PODER (título “dívida com a família a sensação do poder”)
10		AUTOMÓVEL POR PODER (título “experimente a sensação do poder”)
11	AUTOMÓVEL É PESSOA QUE PRÁTICA SURF	“NA CRISTA DA ONDA” POR AUTOMÓVEL POPULAR, EXPRESSÃO POPULAR POR POPULARIDADE Popularidade implica poder

12, 13	AUTOMÓVEL É PESSOA AUTOMÓVEL É AMOR AUTOMÓVEL É FILHO (implícito, sugerido inconscientemente) AUTOMÓVEL É ANIMAL DE ESTIMAÇÃO AUTOMÓVEL É AMOR	AMOR DA VIDA POR AUTOMÓVEL
14	AUTOMÓVEL É PESSOA AUTOMÓVEL É PESSOA NOBRE	SANGUE AZUL POR NOBREZA Nobreza implica poder
15	AUTOMÓVEL É ANIMAL AUTOMÓVEL É LEÃO PREÇO É ANIMAL MANSO	MANSO POR PEQUENO
16	AUTOMÓVEL É PESSOA/SER- VIVO (que observa) AUTOMÓVEL É ENTIDADE DOMINADORA, DE CARÁTER FORTE, MAS CALMA AO MESMO TEMPO	AUTOMÓVEL POR SENSAÇÃO SUPERIOR SENSAÇÃO SUPERIOR POR PODER AUTOMÓVEL POR DONO ORION POR AUTOMÓVEL
17		AUTOMÓVEL POR QUALIDADE DE ESCOLHA PODER DE DECISÃO POR PODER DE NEGÓCIO (título Mercedes-Benz o seu poder de decisão revela-se na qualidade da escolha) AUTOMÓVEL POR PODER SELETIVIDADE POR PODER, EXCLUSIVIDADE, PRESTÍGIO
18		CASA APALAÇADA, VESTIDO POR PODER AUTOMÓVEL POR PODER AUTOMÓVEL POR PRESTÍGIO
19	AUTOMÓVEL É COMPANHEIRO DE JOGOS DE CONDUÇÃO PARA MULHER (título) AUTOMÓVEL É PESSOA TECNOLOGIA É PESSOA (frase “o charme discreto da tecnologia) CONDUZIR É JOGAR	
20	AUTOMÓVEL É MODELO AUTOMÓVEL É PESSOA	“UM LUGAR DE DESTAQUE” POR POPULARIDADE (“um lugar de destaque onde quer que esteja”) “GRANDE ESTILO” POR MODERNO (“mantenha-se sempre em grande estilo”) SEAT IBIZÁ POR AUTOMÓVEL Popularidade implica poder
21	AUTOMÓVEL É MUNDO/ PLANETA	ESPAÇO SIDERAL POR ESPAÇO DO AUTOMÓVEL

22	AUTOMÓVEL É PESSOA PNEUS SÃO BRAÇOS E PERNAS AUTOMÓVEL É PESSOA DIVERTIDA	EXPRESSÃO POPULAR “É DE CAIR DE QUATRO” POR POPULAR
23		FAMÍLIA POR ESPAÇO (ao mostrar família indica metonimicamente que o automóvel é espaçoso)
24	AUTOMÓVEL É PESSOA AMADA	AMOR POR PESSOA
25	“DIAS ÚTEIS” E “FINS DE SEMANA” SÃO PESSOA SEMANA É FAMÍLIA	“DIAS ÚTEIS” POR PESSOAS “FINS DE SEMANA” POR PARTES DA FAMÍLIA
26	AUTOMÓVEL É PESSOA	AUTOMÓVEL POR PODER “The power of presence” PRESENÇA POR PESSOA
27	CÂMARA TRASEIRA SÃO OLHOS AUTOMÓVEL É PESSOA AMADA	
28	PREÇO É PESSOA COMPETITIVA (“um preço tão competitivo como os seus desempenhos”), AUTOMÓVEL É PESSOA COMPETITIVA	MOTOR POR AUTOMÓVEL ECONOMIA POR PESSOA (frase “um novo motor para a economia”)
29	AUTOMÓVEL É MULHER AUTOMÓVEL É PESSOA BAIXOS CONSUMOS, PERFORMANCE DOS MOTORES, ESPAÇO INTERIOR, EQUIPAMENTO PREMIUM, PREÇO É MULHER, PESSOA	EXPRESSÃO POPULAR “É TODA BOA” POR MULHER POR AUTOMÓVEL DE QUALIDADE KIA CEE’D SPORTSWAGEN POR AUTOMÓVEL
30	AUTOMÓVEL É NAVE ESPACIAL (a partir do automóvel é possível ver o mundo)	AUTOMÓVEL POR MUNDO O mundo no automóvel implica poder NAVE ESPACIAL POR MODERNIDADE
31	MANCHA DE TINTA É TAPETE VERMELHO	DESIGN POR PODER Automóvel implica poder MARCAS DE PNEUS POR AUTOMÓVEL DESPORTIVO
32	AUTOMÓVEL É CRIANÇA PAI É DONO AUTOMÓVEL É PESSOA	BABADO POR ORGULHOSO EQUIPAMENTO POR AUTOMÓVEL
33	AUTOMÓVEL É PESSOA (QUE INFORMA, REVELA) FARÓIS SÃO OLHOS	FARÓIS POR ASSINATURA LUMINOSA ASSINATURA LUMINOSA POR PESSOA BRILHANTE FARÓIS POR LUZ

34, 35	AUTOMÓVEL É ANIMAL SELVAGEM AUTOMÓVEL É ANIMAL URBANO AUTOMÓVEL É PESSOA (vocação, espírito, carater)	ANIMAL SELVAGEM POR PODER / liberdade ESSÊNCIA/ESPÍRITO SELVAGEM POR PODER
36	AUTOMÓVEL � PLANETA	EXPLORADORES POR DONOS DE AUTOMÓVEL “O QUE ESTÁ POR DESCOBRIR” POR AUTOMÓVEL
37		AUTOMÓVEL POR PODER
38	AUTOMÓVEL � JOGADOR DE FUTEBOL AUTOMÓVEL � PESSOA	JOGADOR DE FUTEBOL POR POPULARIDADE, PODER

Fonte: elaborado pelos autores com base no periódicos – *Jornal de Notícias (JN)*, *Revista do Jornal de Notícias (RJN)* e *Notícias Magazine (NM)*.

Anexo B – Anúncios JN (*Jornal de Notícias*), *Revista do Jornal de Notícias* (R JN; NM=*Notícias Magazine*)



A 1 - JN 2  quinzena, 12/10/1986 p. 11



A 2 - JN 2  quinzena 12/10/1986 p. 13



A 3 – JN 2º quinzena, 22/10/1987 p. 15



A 4 – JN 1º quinzena 12/12/1986, p. 5



A 5 – JN 1º quinzena 03/10/1987, p. 3



A 6 – JN 2º quinzena 24/11/1987, p. 12



A 7 – JN 1º quinzena 13/10/1988, p. 21



A 8 – JN 2º quinzena 19/10/1988 p. 21



A 9 – JN 1º quinzena 23/11/1988 p. 17



A 10 – JN 1º quinzena 07/12/1988 p. 27



A 11 – JN 2º quinzena 19/10/1989, p. 15



A 12 – JN 1º quinzena 02/11/1989, p. 19



A 13 – JN 1º quinzena , 09/11/1989, p. 15



A 14 – JN 2º quinzena 24/11/1989, p. 15



A 15 – JN 1º quinzena, 02/10/1990 p. 25



A 16 – JN 1º quinzena, R JN nº 48, 11/11/1990 p. 28-29



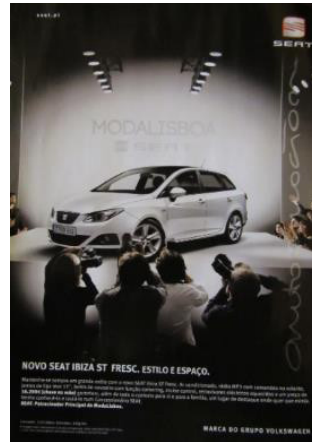
A 17 – JN 1º quinzena, R JN nº 48, 11/11/1990 p. 36-37



A 18 – JN 2º quinzena, R JN nº 49, 18/11/1990 p. 54



A 19 – JN 2º quinzena, R JN nº 50,
25/11/1990 p. 4-5



A 20 – NM, nº 958, 03/10/2010 p. 2



A 21 – NM, nº 960, 17/10/2010 p. 25



A 22 – NM, nº 961, 24/10/2010 p. 123



A 27 – NMnº 1016, 13/11/2011 p. 82



A 28 – NMnº 1068, 11/11/2012 p. 72-73



A 29 – NMnº 1069, 18/11/2012 p. 63



A 30 – NMnº 1115, 06/10/2013 p. 24-25



A 31 – NMnº 1117, 20/10/2013 p. 9



A 32 – NMnº 1069, 19/10/2014 p. 6-7



A 33 – NMnº 1174, 23/11/2014 p. 24-25



A 34 – NMnº 1219, 04/10/2015 p. 13



A 35 – NMnº 1274, 23/10/2016 p. 19



A 36 – NMnº 1220, 11/10/2015 p. 22-23



A 37 – NMnº 1271, 02/10/2016 p. 2



A 38 – NMnº 1277, 13/11/2016 p. 9

Fonte: adaptado de *Jornal de Notícias* (JN), *Revista do Jornal de Notícias* (RJN) e *Noticias Magazine* (NM).

A conceptualização metafórica de variação linguística na BNCC do ensino médio¹

Edna da Paixão Pereira
Elisângela Santana dos Santos

Algumas palavras iniciais

As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas, na passagem do século XX para o XXI, proporcionaram mudanças no Brasil e no mundo em diferentes áreas, incluindo a Educação. Esse novo cenário vem se refletindo em políticas educacionais públicas voltadas para o ensino de língua portuguesa no tocante, sobretudo, à elaboração de leis e documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que o estudo das variedades linguísticas aparece como uma das competências a serem enfocadas na área de Linguagens, com vistas a atender às exigências do mundo contemporâneo e à sua pluralidade. Isso, também, pode ser percebido, em alguns cursos de licenciatura em Letras, os quais, após redimensionamento curricular, fizeram a inserção de um ou mais componentes voltados para a discussão da diversidade linguística, em suas matrizes curriculares, com o propósito de apresentar diretrizes para o ensino do vernáculo de forma mais plural e inclusiva. Tal evidência pode ser constatada, ainda, nos materiais didáticos que chegam às escolas da educação básica, a partir do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), cujos editais propõem, como um dos critérios de seleção de coleções de língua portuguesa e de obras literárias,

1 Neste texto, são apresentados resultados parciais da pesquisa de mestrado intitulada *Categorização e conceptualização de variação linguística na Base Nacional Comum Curricular do ensino médio*, defendida em 2020, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por Edna da Paixão Pereira e orientada por Elisângela Santana dos Santos.

entre outras coisas, a valorização e o respeito à diversidade, em consonância com o que preconiza a BNCC. (BRASIL, 2018)

Considerando a importância dada a essas questões no documento aqui estudado, mais especificamente, na seção de Linguagens, códigos e suas tecnologias, tivemos por metas, neste texto, primeiro destacar as lexias e expressões linguísticas que remetem à noção de variação linguística na BNCC, com intuito de discorrer sobre suas possíveis conceptualizações metafóricas, para, em seguida, comparar os resultados encontrados com aquilo que defendem os estudiosos da Sociolinguística, a fim de detectar possíveis convergências ou divergências. Para tanto, foi feita uma pesquisa descritivo-interpretativa, bibliográfica e exploratória, de natureza qualitativa, a fim de confirmar ou refutar a hipótese de que, na BNCC destinada aos alunos e professores do ensino médio, poderíamos encontrar conceptualizações de variação linguística que evidenciaríamos percepções relevantes sobre o tema ou, em outro extremo, discussões bem superficiais. As etapas metodológicas percorridas para alcançar os nossos objetivos foram as seguintes: leitura da BNCC na íntegra; seleção e coleta dos trechos, em que há metáforas conceptuais acionadas por expressões metafóricas envolvendo variação, variedade, variante, diversidade linguística, e identificação das metáforas conceptuais concernentes a esses conteúdos.

Tendo em vista tais considerações, vale salientar que, embora não tenha sido nosso propósito fazer uma discussão ou teorização sobre variação linguística segundo as abordagens de teóricos da Sociolinguística, destacamos algumas colocações de especialistas dessa área, a fim de compararmos os resultados encontrados com as conceptualizações identificadas na seção de Linguagens, códigos e suas tecnologias da BNCC.

Para embasar o nosso enfoque, foram adotados os princípios e postulados da Linguística Cognitiva, em especial, da Semântica Cognitiva, da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados e da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC). Nessas linhas de investigação, o significado é estudado e entendido como conceptualização, ou seja, resultante da compreensão e percepção do mundo à nossa volta, uma vez que, nessa perspectiva, a cognição é situada e corporificada. Utilizamos como aporte teórico os textos de Silva (2010; 2018), Lakoff e Johnson (2002), Almeida (2018), Faraco (2008), Bagno (2007a; 2007b), Almeida e Santos (2019), entre outros.

O texto está dividido em três seções que se somam à introdução e às considerações finais. Na primeira seção, apresentamos uma breve explanação sobre a Linguística Cognitiva, sobre os Modelos Cognitivos Idealizados

e a TMC. Na segunda seção, fornecemos informações sobre a BNCC, e, na terceira, antes das considerações finais, discutimos as conceptualizações de variação linguística no referido documento, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva, em cotejo com o que alguns teóricos asseveram sobre a variação linguística e seus desdobramentos.

Breves considerações sobre Linguística Cognitiva, Modelo Cognitivo Idealizado e Teoria da Metáfora Conceptual

A Linguística Cognitiva surge no final da segunda metade do século XX, na Califórnia, e, a partir de então, começa a ganhar repercussão internacional. Sendo consagrado como campo de conhecimento, em 1980, esse modelo teórico assume que a linguagem é parte integrante da cognição, fundamentando-se em processos cognitivos, sociointeracionistas e culturais, a fim de melhor compreendermos como a linguagem contribui para o conhecimento do mundo. Embora, inicialmente, não tenha tido grande repercussão, a nova vertente estabeleceu-se no cenário internacional e consolidou-se no meio intelectual, como uma teoria centrada no estudo da construção do significado, até então, relegado a um segundo plano pelas teorias formalistas da linguagem que a antecederam.

Segundo Almeida e Santos (2019), a abordagem cognitivista ultrapassa as fronteiras estabelecidas pela Linguística tradicional e adota um comportamento interdisciplinar, pois, além de descrever os fenômenos linguísticos, também compreende o que está subjacente à sua construção, à sua materialização. Sendo assim, a Linguística Cognitiva postula que a linguagem é parte integrante da cognição e reflete a interação humana com fatores culturais, ideológicos, históricos, políticos e sociais, os quais se manifestam no processo de construção do significado, a partir das nossas experiências sensorio-motoras e socioculturais. Desse modo, conforme defende Almeida (2018), o significado não reflete objetivamente o mundo; por ser perspectivista, revela alternativas de conceptualização. Consequentemente, a linguagem e o pensamento existem na mente humana, mas os significados são elaborados em processos de interação. Em palavras que confluem para essa mesma direção, defende Silva (2018) que o significado é construído a partir do conhecimento de mundo das pessoas, sendo corporizado em decorrência das necessidades, interesses,

experiências dos indivíduos e das culturas. Portanto, conceptualizar envolve fatores relacionados às experiências corpóreas e possui uma dimensão geo-sócio-histórico-cultural. Nessa perspectiva, Silva (2010, p. 47) ressalta que:

Pensamento e linguagem existem em mentes individuais, mas constroem-se na interação social. A conceptualização é, pois, necessariamente interativa: os nossos conceitos, os nossos significados, as nossas ‘realidades’ são produto de mentes individuais em interação entre si e com os nossos contextos físicos, sócio-culturais, políticos, morais etc.

Diante dessa afirmação, entendemos que compreender os fenômenos da linguagem é reconhecer a dinamicidade da língua e a relação do sujeito com o mundo. “A mudança e a variação atrelam-se, assim, ao fato de o ser humano conceptualizar-categorizar novas experiências cotidianas a partir de outras já vividas [...]”. (ALMEIDA; SANTOS, 2019, p. 144) Nesse sentido, modelos cognitivos metafóricos e metonímicos ancoram os sentidos construídos e refletem nossas experiências com o meio em que estamos inseridos.

Cuenca e Hilferty (1999, p. 75, tradução nossa) definem que, “embora Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) sejam constituídos por conhecimento enciclopédico, são apenas representações parciais de tudo o que sabemos sobre a organização do mundo”.² Com os estudos das Ciências Cognitivas, em especial da Linguística Cognitiva, surge a TMC, a partir da qual a metáfora deixa de ser entendida como uma simples figura de linguagem e passa a ser vista como processo cognitivo, em que um conhecimento é entendido em termos de outro. De acordo com essa perspectiva, a metáfora conceptual é apreendida por meio da projeção de determinados elementos de um domínio conceptual, denominado “origem” ou “fonte”, para um outro domínio conceptual, denominado “alvo”. No exemplo TEMPO É DINHEIRO apresentado por Lakoff e Johnson (2002), o domínio-alvo (TEMPO), aquele que queremos definir e melhor conhecer, é conceptualizado em termos do domínio-fonte (DINHEIRO), aquele que nós conhecemos e experienciamos.

Partindo do princípio de que a conceptualização se baseia na experiência, na subjetividade do sujeito e é produto das relações entre a mente, ambiente e vida em sociedade, é possível perceber que os fenômenos da significação não são aleatórios e estão imbricados aos aspectos

2 Texto original: “Es decir, aunque los modelos cognitivos idealizados se componen de conocimiento enciclopédico, solo son representaciones parciales de todo lo que sabemos acerca de la organización del mundo”.

sócio-histórico-político-ideológico-culturais. Por isso, consideramos relevante estudar como a variação linguística é abordada em documentos que visam a nortear o trabalho de professores de língua portuguesa na sociedade atual.

Desde que Lakoff e Johnson (2002) propuseram as bases da TMC, a metáfora e também a metonímia ganharam novas concepções e repercussão, principalmente, na área dos estudos linguísticos. Entretanto, ainda que a metáfora e a metonímia se inter-relacionem e estejam imbricadas em muitos contextos de uso, enfocaremos, neste texto, apenas, a conceptualização metafórica de variação linguística na BNCC.

A BNCC e seus desdobramentos

A BNCC é um documento que tem por objetivo precípuo nortear o que será ensinado nas escolas brasileiras, englobando todas as fases da educação básica, desde a educação infantil até o final do ensino médio, sem desconsiderar as especificidades metodológicas, sociais e regionais de cada uma das etapas educacionais.

A BNCC foi aprovada em duas versões, sendo que a primeira, em 2017, é destinada à educação infantil e ao ensino fundamental, e a segunda, que foi homologada em 2018, refere-se ao ensino médio. Vale ressaltar que a homologação da BNCC para o ensino médio, em 2018, não foi ponto pacífico entre estudiosos e governantes, tendo sofrido sinais de rejeição pela comunidade educacional, uma vez que foi elaborada em um momento de instabilidade política, quando o país atravessava um processo de *impeachment* contra a então presidenta, Dilma Rousseff, em 2016. No entanto, a discussão da BNCC se fazia presente no cenário educacional, desde 2015, e já era prevista na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as quais já prenunciavam um currículo unificado para as escolas do país.

No que se refere à língua portuguesa, a BNCC busca viabilizar aos educandos práticas de linguagens diversificadas, enfocando o contexto em que estão inseridas. As referências que situam o trabalho da variação linguística no ensino-aprendizagem evidenciam, direta ou indiretamente, o caráter heterogêneo das línguas, e a própria denominação linguagens, no plural, permite tais inferências sobre as variedades linguísticas em muitas passagens do documento, como veremos na seção a seguir.

Em síntese, a implementação da BNCC do ensino médio traz consigo o novo ensino médio,³ que visa a uma nova perspectiva de ensino para a população e se apresenta como um desafio a ser implantado no sistema educacional, tendo em vista que o Brasil possui características e especificidades particulares em cada região, por ser vasto e multifacetado. Caberá à gestão escolar, juntamente com seus professores, efetivar o que dispõe o novo documento e conduzir, da melhor forma possível, essa transição, com vistas ao que propõem as suas diretrizes para as diferentes áreas do saber, uma vez que toda e qualquer ação voltada para as instituições escolares e seus atores podem trazer repercussões expressivas, positivas ou negativas, para nossa sociedade.

A variação linguística na BNCC - ensino médio

Na BNCC, encontramos algumas conceptualizações metafóricas de variação linguística que chamaram nossa atenção. Neste artigo, porém, comentaremos, apenas, duas que foram mais recorrentes: VARIAÇÃO LINGUÍSTICA É FENÔMENO e VARIAÇÃO LINGUÍSTICA É JOGO, a partir da qual inferimos o acarretamento VARIEDADE LINGUÍSTICA É PEÇA DE JOGO.

Ao verificarmos a conceptualização metafórica VARIAÇÃO LINGUÍSTICA É FENÔMENO, nos trechos extraídos do referido documento expostos em sequência, é possível perceber que o domínio-alvo (VARIAÇÃO LINGUÍSTICA) está sendo compreendido em termos do domínio-fonte (FENÔMENO), uma vez que foram projetados parcialmente, no domínio-alvo, conhecimentos enciclopédicos sobre os fatos que contribuem para que as línguas mudem a partir de fenômenos naturais, tendo em vista que variação é natural, já que é inerente às línguas em uso, como também acontece com os fenômenos da natureza. Os exemplos (1), (2) e (3), a seguir, ilustram o que estamos afirmando:

(1) [...] ao final do Ensino Médio, os estudantes compreenderem as línguas e seu funcionamento como fenômeno marcado pela heterogeneidade

3 A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma BNCC e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Ver: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> Ver: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>.

e variedade de registros, dialetos, idioletos, estilizações e usos, *respeitando os fenômenos da variação e diversidade linguística*, sem preconceitos. (BRASIL, 2018, p. 494, grifo nosso)

(2) Comparar o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a perceber as diferenças de abordagem e o *fenômeno da variação linguística* e analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola. (BRASIL, 2018, p. 507, grifo nosso)

(3) *Analisar o fenômeno da variação linguística*, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos. (BRASIL, 2018, p. 508, grifo nosso)

Entender a metáfora VARIAÇÃO LINGUÍSTICA É FENÔMENO, na BNCC, tem uma motivação sócio-histórica, visto que, desde o início dos estudos linguísticos, de acordo com Martelotta (2011, p. 19), “podemos dizer que as línguas variam e mudam ao sabor dos fenômenos de natureza sociocultural que caracterizam a vida na sociedade”. Sendo assim, a vontade dos indivíduos em se comunicar por meio da linguagem, buscar expressões ou lexis para designar eventos ou objetos, conceitos ou formas de relação social, revela o caráter natural da variação e da mudança das línguas. “Fenômeno”, ao que parece, é um conceito historicamente experiencial para os seres humanos.

No dicionário de Aulete (2008), “fenômeno” refere-se a acontecimento ou processo que pode ser observado na natureza ou na sociedade. A geografia define “fenômeno” como um acontecimento que ocorre sem intervenção humana. Mas, no caso da linguagem, faculdade inerente aos humanos, os fenômenos linguísticos dependem dos usos que são feitos da língua pelos diferentes grupos sociais. Silva (2000, p. 72) defende que o fenômeno “nunca é algo acabado. Ele está em permanente transformação através das relações estabelecidas”. Fenômenos observados na natureza ou na sociedade podem ser transitórios e mudar de acordo com o tempo e as necessidades dos indivíduos, assim como acontece com a variação linguística, que é suscetível à mudança, conforme pontuam Coelho e demais autores (2019, p. 73): “não é possível conceber a mudança sem que ela reflita um estado de variação, assim como a variação é sempre um gatilho para uma possível mudança”. Baseando-se

nessas noções advindas de várias áreas do conhecimento, chegamos à metáfora conceptual mencionada.

Na área de Linguagens, alguns linguistas, ao mencionarem o tema, também conceptualizam variação linguística como um fenômeno. Bagno (2007a), por exemplo, defende a concepção de variação linguística como sendo um fenômeno capaz de explicar a natureza das línguas humanas, seu funcionamento e, especialmente, os processos de mudança linguística. Faraco (2008) discorre sobre os fenômenos de variação, ainda, marginais e maltratados. Marcuschi (2007) pressupõe que a língua é um fenômeno – heterogêneo, variável, histórico e social – que se manifesta em situação de uso. Cagliari (2007, p. 84) aponta que, “se os alunos aprendem a verdade linguística das variantes, geração após geração, a sociedade mudará seu modo de encarar esse fenômeno e passará a ter um comportamento social mais adequado com relação às diferenças linguísticas”. Neves (2009), por sua parte, ressalta que a variação linguística é uma manifestação evidente da natureza e da essência da linguagem, podendo ser entendida como um processo natural das línguas, e, se é natural, infere-se que a variação linguística é metaforicamente um fenômeno tal como outros que ocorrem na natureza.

Também, na BNCC, encontramos a conceptualização metafórica VARIAÇÃO LINGUÍSTICA É JOGO, uma vez que foram projetados, no domínio-alvo (VARIAÇÃO LINGUÍSTICA), conhecimentos enciclopédicos do domínio-fonte (JOGO). Compreendendo que o ato de jogar é uma atividade milenar, que faz parte da vida em sociedade e tem, por finalidade, a diversão, o entretenimento e/ou a disputa; quem joga está submetido a regras preestabelecidas socialmente, que determinam quem ganha e quem perde. Vejamos o trecho (4) extraído da BNCC:

(4) No Ensino Médio, aprofundam-se também a análise e a reflexão sobre a língua, no que diz respeito à *contraposição entre uma perspectiva prescritiva única, que segue os moldes da abordagem tradicional da gramática, e a perspectiva de descrição de vários usos da língua. Ainda que continue em jogo a aprendizagem da norma-padrão, em função de situações e gêneros que a requeiram, outras variedades devem ter espaço e devem ser legitimadas.* A perspectiva de abordagem do português brasileiro também deve estar presente, assim como a reflexão sobre as razões de sua ainda pouca presença nos materiais didáticos e nas escolas brasileiras. (BRASIL, 2018, p. 504, grifo nosso)

Como podemos observar, nesse excerto transcrito, a variação linguística é conceptualizada como um jogo, em que há perspectivas divergentes de usos

da língua que, implícita e metaforicamente, disputam um espaço entre si. De um lado, está a abordagem tradicional da gramática e, de outro, as diferentes variedades linguísticas que se manifestam no uso. Tal conceptualização metafórica é também apresentada por Fiorin (2015, p. 19), quando lembra que “comunicar não é só transmitir informações [...] não é um ato unilateral, mas é um jogo em que um parceiro da comunicação age sobre o outro”.

Ainda que defenda o ensino da língua padrão, a BNCC destaca a necessidade de estabelecer uma adequação dos diferentes usos linguísticos, o que, em outras palavras, significa reconhecer os processos de variação e mudança pelos quais a língua pode passar, considerando que outras variedades linguísticas, além da culta, devem ter seu espaço respeitado nas aulas de português e, por conseguinte, no cotidiano das pessoas. O trecho “[...] à contraposição entre uma perspectiva prescritiva única, que segue os moldes da abordagem tradicional da gramática, e a perspectiva de descrição de vários usos da língua [...]” (BRASIL, 2018, p. 504) confirma isso e revela, claramente, a dicotomia entre o uso da língua padrão, cujo ensino é assumido pelas gramáticas normativas, e o uso de variedades linguísticas, defendido pelos sociolinguistas.

É nesse duelo entre as variantes culta e não culta ou entre norma padrão e normas populares que se instancia o acarretamento VARIEDADE LINGUÍSTICA É PEÇA DE JOGO, pois o que está em questão, ao que parece, no ato da comunicação, é a escolha da variedade ou linguagem apropriada aos contextos de uso socioculturais. Portanto, conceber a língua com sua variação linguística como um jogo e as variedades linguísticas como peças desse jogo também manifesta-se no texto da área de Linguagens do documento estudado e pode apresentar outros acarretamentos, tais como: a língua é o contêiner que abarca diferentes peças de um jogo; as variedades ou variantes linguísticas são peças desse jogo; os falantes são seus jogadores e o espaço do jogo pode ser entendido como a escola, a casa, a igreja, as festas, a sala de aula, ou qualquer ambiente em que nós, sujeitos conceptualizadores falantes ou escreventes, estamos envolvidos. A partir dessas interações sociais, é possível entender que o tipo de variedade a ser empregada como a mais adequada para o contexto de comunicação não é necessariamente a que a escola impõe, mas aquela que melhor se adequa ao tipo de interação ou jogo em que estamos inseridos.

Ainda que existam embates e discordâncias em torno do estudo da variação linguística dentro e fora da sala de aula, notamos que documentos oficiais, atrelados a políticas públicas voltadas para a educação brasileira,

como PCN, PNLD, BNCC, entre outros, têm avançado no sentido de trazer a variação linguística para o centro das discussões das aulas de português, com vistas a combater o preconceito linguístico que ainda persiste no contexto escolar e, por conseguinte, na sociedade, e a unir duas pontas que, muitas vezes, parecem soltas: a educação básica e a educação superior.

Considerações finais

A partir do estudo realizado, notamos como a variação linguística foi compreendida em termos de diferentes domínios da experiência humana na seção de Linguagens, códigos e suas tecnologias na BNCC destinada ao ensino médio, documento recém-aprovado, que visa nortear o ensino nas escolas públicas e privadas do Brasil.

É importante salientar que as orientações sobre o trabalho com variação linguística nos documentos oficiais, desde os PCNs à BNCC voltados para o ensino médio, têm apresentado avanços significativos no estudo da linguagem, o que pode ser constatado na proposta reflexiva frente ao estudo da língua portuguesa e seus usos. Verificamos que a BNCC, implicitamente, menciona a variação linguística em toda sua extensão e, mesmo que não apareça recorrentemente escrito variação linguística no documento, há muitas passagens do texto em que fica evidente a necessidade de conscientização de estudantes, professores, gestores e da sociedade, de um modo geral, quanto aos múltiplos usos da linguagem e ao respeito à diversidade linguística.

O estudo empreendido no *corpus* deixa claro que questões referentes à língua(gem) e às suas múltiplas possibilidades de uso devem fazer parte dos conteúdos destinados aos estudantes da educação básica e, portanto, que a natureza dinâmica, múltipla e variável da língua portuguesa deve ser contemplada no ambiente escolar.

Foi possível identificar, por meio do estudo realizado na BNCC, do ensino médio, especificadamente na seção de Linguagens, códigos e suas tecnologias, as conceptualizações metafóricas VARIAÇÃO LINGUÍSTICA É FENÔMENO e VARIAÇÃO LINGUÍSTICA É JOGO/VARIEDADE LINGUÍSTICA É PEÇA DE JOGO. Essas metáforas conceptuais ratificam a corporificação e a natureza perspectivista do significado, uma vez que os excertos estudados evidenciam que os sujeitos conceptualizadores escreventes buscaram uma linguagem simples, didática, para melhor entendimento dos sujeitos conceptualizados leitores. Ao partirem de um conhecimento já consolidado, fica mais fácil

compreender a presença das variedades linguísticas na nossa linguagem, o que corrobora os estudos empreendidos pelas correntes que tratam a língua a partir dos seus usos, rechaçando, assim, o mito, tão propalado por Bagno (2007b), de que o brasileiro não sabe falar português.

Nas passagens em que ocorrem as conceptualizações metafóricas de variação linguística no documento estudado, a concepção de língua heterogênea e sensível aos contextos de uso foram recorrentes, demonstrando a necessidade do respeito às variedades da língua dentro e fora do espaço escolar, uma vez que os diferentes falares são construções sociais que, por sua vez, identificam seus sujeitos conceptualizadores falantes ou escreventes.

Em síntese, é oportuno salientar que a BNCC coaduna com os estudos sociolinguísticos, na medida em que propõe um trabalho em que a variação linguística pode ser objeto de discussão nas aulas de língua portuguesa, sendo entendida como algo natural em qualquer língua, tal como um fenômeno, ou ainda como um jogo, em que as suas peças, as variedades de usos, ao mesmo tempo em que coocorrem, podem concorrer entre si.

Referências

ALMEIDA, A. A. D. Para além de palavras, construções de sentidos no ato de ler: complexidade e cognição. In: SILVA, S. B.B.; PEREIRA, J.N. (org.). *Língua portuguesa e literatura no livro didático: desafios e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2018.p. 111-129.

ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. O estudo do significado léxico em semântica sócio-histórico-cognitiva. Macabéa. *Revista eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 2, p. 136-157, 2019.

AULETE DIGITAL. O dicionário da língua portuguesa na internet. [São Paulo], 2008. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007a.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

CAGLIARI, L.C. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Spicione, 2007.

- COELHO, I. L.; GÖSKI, E. M.; SOUZA, C.M. N. *et al. Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2019. (Coleção para conhecer linguística).
- CUENCA, M. J.; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.
- FARACO, C.A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? Que é isso?*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- MARCUSCHI, L.A. *Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARTELOTTA, M.E. (org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2011.
- NEVES, M.H. M. *Que gramática estudar na escola?: norma e uso na língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- PEREIRA, E. P. *Categorização e conceptualização de variação linguística na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, 2020.
- SILVA, A. S. Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade. *Cadernos de Letras da UFF Dossiê: letras e cognição*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 27- 53, 2010.
- SILVA, A. S. Polissemia na mente, na cultura e no discurso para uma abordagem cognitiva mais dinâmica e contextualizada da individuação, relação e mudança de sentidos. In: ALMEIDA, A. A.D.; SANTOS, E. S. (org.). *Linguística Cognitiva: redes de conhecimento d' aquém e d' além – mar*. Salvador: Edufba, 2018. p. 161-181.
- SILVA, V. R. A construção do fenômeno pela (re)construção do pensamento: uma relação de complexidade. In: DESAULNIERS, J. B. R. R. *Fenômeno: uma teia complexa de relações*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2000. p. 69-85.

Usos do “aí” na fala popular soteropolitana: deslizamentos funcionais e gramaticalização¹

Joelma Sena Gomes
Cristina dos Santos Carvalho

Introdução

Estudos que se propõem a explicar a funcionalidade de um item ou uma construção são importantes para entender como as línguas mudam com o decorrer do tempo e, mais especificamente, como itens/construções, com a frequência de uso, adquirem novas funções semântico-pragmáticas para atenderem às necessidades sociocomunicativas dos usuários de uma língua. E é justamente a partir dessas necessidades dos falantes que um item ou construção pode se gramaticalizar. Nesse contexto, gramaticalização representa, em sentido restrito, um processo de mudança linguística, através do qual itens ou construções² lexicais, em determinados contextos linguísticos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. (HOPPER; TRAUGOTT, 2003; MARTELOTTA, 2011)

No português brasileiro, um item que tem sido alvo de gramaticalização é o “aí”. A partir de um uso gramatical, o dêitico locativo, o “aí” vem assumindo diferentes funções – anafórica, catafórica, sequenciadora temporal,

1 Neste texto, são apresentados resultados parciais da pesquisa de mestrado *A gramaticalização do aí no português popular de Salvador*, defendida em 2020, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por Joelma Sena Gomes e orientada por Cristina dos Santos Carvalho. Nessa pesquisa, conciliando-se as abordagens clássica e contemporânea do Funcionalismo norte-americano, analisou-se o “aí” (como item e em construções) a partir de um *corpus* constituído por 16 inquéritos do Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador (PEPP). Ver: Lopes (2009).

2 Nessa definição, construção ainda é entendida como o próprio contexto morfossintático que motiva a gramaticalização e torna-se alvo desse processo. Ou seja, é vista como a fonte e o resultado da gramaticalização. (BISANG, 1998; BYBEE et al., 1994)

consecutiva etc. – que representam casos de gramaticalização.³ O objetivo do presente capítulo é, então, analisar os usos de “aí” no português popular falado em Salvador, pelo viés do Funcionalismo linguístico norte-americano, na abordagem clássica da gramaticalização. (HOPPER, 1987; 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; CASSEB-GALVÃO, 2007) Para esta análise, consideram-se dados empíricos da fala popular soteropolitana descritos por Gomes (2020).

Do ponto de vista metodológico, adotam-se, neste trabalho, pressupostos da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 2008) para análise dos dados. Por associar esses pressupostos aos do Funcionalismo linguístico, tem-se aqui uma pesquisa sociofuncionalista. Nesse sentido, busca-se entender quais são as motivações que levam o “aí” a assumir diferentes funções a depender do contexto de uso. Verifica-se, então, a atuação de alguns parâmetros linguísticos⁴ – foricidade, classe gramatical e tipo de sequência linguística – na gramaticalização do “aí”.

Para a discussão proposta, inicialmente, faz-se uma breve reflexão acerca de pressupostos do Funcionalismo norte-americano, com ênfase na abordagem clássica da gramaticalização. Em seguida, discute-se a multifuncionalidade do “aí” na fala popular soteropolitana. Posteriormente, apresentam-se resultados da análise quantitativa dos dados. Na sequência, correlacionam-se os usos do “aí” a trajetórias de gramaticalização. E, por fim, tecem-se algumas considerações referentes ao item “aí”, seus deslizamentos funcionais e gramaticalização, na fala popular de Salvador.

Enquadre teórico: funcionalismo norte-americano e abordagem da gramaticalização

Assim como qualquer outra abordagem funcionalista, a vertente norte-americana tem como objeto de estudo a língua em situações concretas de uso. Sua função é “explicar as regularidades observadas no uso interativo

3 O “aí” também ocorre, em construções, atrelado a sintagmas nominais – funcionando como clítico –, verbos – integrando marcadores discursivos ou conectores textuais – e expressões cristalizadas. Para maiores informações, conferir Gomes (2020), que descreve essas construções à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso. Nessa perspectiva teórica, construção é definida como pareamento convencional entre forma e função. (MARTELOTTA, 2011; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013)

4 Na dissertação de Gomes (2020), além desses parâmetros linguísticos, foram considerados fatores sociais (sexo, nível de escolaridade e faixa etária).

da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso”. (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015, p. 29) Esse modelo teórico parte, então, do princípio de que existe, na língua, uma forte ligação entre usos e gramática.

Hopper (1987), a partir da proposição da expressão “gramática emergente”, entende que a gramática de uma língua se renova constantemente: “sua estrutura é sempre adiada, sempre em processo, mas nunca chegando, e, portanto, emergente”.⁵ (HOPPER, 1987, p.141, tradução nossa) Segundo o autor, o adjetivo “emergente”⁶ capta o carácter provisório, transitório, fluído da estrutura da língua, sempre negociável na interação real, cujo processo de formação nunca está acabado. Gramática é vista, então, como um organismo maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes e se constrói no discurso. Em outras palavras, adota-se uma concepção de gramática que emerge a partir dos usos que os falantes fazem da língua.

A tendência que se percebe no funcionalismo norte-americano é que ele tem focado nos mecanismos que levam às mudanças dentro de um dado sistema linguístico. Esses mecanismos podem derivar de fatores sociocomunicativos e cognitivos. Entre os processos de mudança investigados pelos funcionalistas e motivados por esses fatores, está a gramaticalização.

Nos termos de Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991, p. 45, tradução nossa), a gramaticalização é definida como um processo em que elementos do léxico migram para elementos gramaticais ou itens gramaticais têm sua gramaticalidade ampliada:

Estamos lidando com a gramaticalização, um processo que pode ser encontrado em todas as línguas conhecidas e que pode envolver qualquer tipo de função gramatical, quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical ou quando uma unidade gramatical assume uma função mais gramatical.⁷

Para Traugott (1988), a gramaticalização faz parte dos estudos sobre as mudanças linguísticas situadas no *continuum* que se estabelece entre unidades independentes – substantivos, adjetivos e verbos – e unidades dependentes

5 Texto original: “Its structure is always deferred, always in a process but never arriving, and therefore emergent”.

6 Hopper (1987) explica que o termo “emergente” foi um empréstimo do antropólogo James Clifford.

7 Texto original: “Where a lexical unit or structure assumes a grammatical function, we are dealing with grammaticalization, a process that can be found in all languages known to us and may involve any kind of grammatical function”.

– tais como clíticos, partículas auxiliares, construções aglutinativas e flexões. Costuma-se dizer, então, que um elemento em processo de gramaticalização perde liberdade sintática ao começar a ser usado em novos contextos, com um *status* gramatical.

Entende-se por item lexical, em consonância com Gonçalves, Lima-Hernandes, e Casseb-Galvão (2007, p. 17), “categorias prototípicas cujas propriedades fazem referência a dados do universo bio-psíquico-social, designando entidades, ações, processos, estados e qualidades”. Já ser gramatical, no entendimento dos mesmos autores, “identifica categorias prototípicas, cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo, por ligarem palavras, orações e partes do texto marcando estratégias interativas na codificação de noções como de tempo, aspecto, modo, modalidade etc”. Vale lembrar que essa distinção serve para identificar algumas propriedades dessas categorias.

Nessa perspectiva, as categorias linguísticas não podem ser tomadas como entidades discretas já que não apresentam um limite rígido entre si, tal como se observa no processo de gramaticalização. Como mencionado em Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007), a concepção mais clássica da gramaticalização defende que palavras de uma categoria lexical plena – nomes, verbos e adjetivos – podem passar a integrar a classe das categorias gramaticais – preposição, advérbios, auxiliares –, o que demonstra que as palavras podem mudar de categoria gramatical.

Nas palavras de Traugott (1995, p. 1), a gramaticalização não remete apenas à mudança categorial de itens, mas esse processo de mudança linguística pode se estender a construções, “em contextos pragmáticos e morfossintáticos altamente restritos”. Amplia-se, então, em Hopper e Traugott (2003), o escopo e, por conseguinte, a definição de gramaticalização: processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em determinados contextos de uso, a exercer funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Em suma, a gramaticalização consiste em um processo – lento e gradual – de mudança da língua que acontece dentro da gramática, motivado pela necessidade de maior expressividade do ser humano. (HOPPER; TRAUGOTT, 2003) Em sentido restrito, ocorre à medida que as propriedades de um item ou uma construção vão se alterando e esse(a) vai adquirindo traços de uma outra categoria que desempenha uma função (mais) gramatical, “em razão de uma reanálise categorial, o que permite enquadrar uma mesma forma

em categorias diversas”. (GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; CASSEB-GALVÃO, 2007, p. 17) Na gramaticalização, as propriedades alteradas podem ser morfossintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas. Esse processo vem acontecendo com o item “aí”, que, além do emprego como dêitico locativo (advérbio), vem assumindo uma multiplicidade de usos no português brasileiro e, mais especificamente, na fala popular de Salvador, como será descrito na próxima seção.

Multifuncionalidade e gramaticalização do “aí” na fala popular soteropolitana

No português brasileiro, alguns trabalhos (MARQUES, 2015; PEREIRA, 2013; TAVARES, 2003) têm registrado deslizamentos funcionais do “aí” motivados pelo processo de gramaticalização. Tais deslizamentos também têm sido observados na fala popular soteropolitana, como atestam os usos do “aí” examinados por Gomes (2020): dêitico locativo e temporal, anafórico, catafórico, sequenciador temporal, conector consecutivo e finalizador.

Funcionando como dêitico locativo ou temporal, o “aí” pode significar: (a) espaço físico, localizando ou apontando algo dentro do mundo concreto em relação aos interlocutores (01); (b) espaço temporal, referindo-se a um período de tempo (02).⁸

(01) INF: “[...] ‘O lenço está *aí*, mana, procure, que está *aí*’. Eu procurei tudo mas sabendo que não estava lá...” (PEPP, Informante 19, 29 anos, mulher, F, p. 2, grifo nosso)

(02) DOC: “Não era muito assim não...”
INF: Não, pra esporte não, eu era gordinha assim, baixinha e peituda, né, aquela coisa, eh, mas assim, foi *aí* depois do GEMPA foi que houve a separação [...]”. (PEPP, Informante 23, 34 anos, mulher, M, p. 9, grifo nosso)

Em (01), o informante aponta para algo – o lenço – no contexto extralinguístico, indicando o objeto ao interlocutor. Já em (02), o “aí” é empregado para se referir ao tempo em que houve a separação de seus pais: no caso, depois do período em que a informante trabalhou no GEMPA.

8 A paginação das informações verbais faz referência ao inquérito linguístico de que o trecho foi retirado. Para mais informações, ver: Lopes (2009).

Diferentemente do “aí” dêitico, que faz referência ao mundo extralinguístico, o “aí” fórico recupera referentes que estão no próprio discurso. Nos dados de fala soteropolitana, registraram-se dois usos de “aí” fórico: anafórico – que serve para se referir a um espaço que já foi mencionado ou a uma ideia que já foi dita anteriormente – e catafórico – que introduz uma informação que será explicada na sequência do discurso –, como ilustram, respectivamente, (03) e (04).

(03) “[...] achou aquilo interessante, por causa disso ele foi pra escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e se formou *aí*, *aí* foi o destino dele como pintor”. (PEPP, Informante 14, 73 anos, homem, M, P. 3, grifos nosso)

(04) “[...] você nunca repeti (sic) lição, ela mora até aqui no, *aí* no Planalto, sempre quando eu encontro ela me vê, ‘oh, você está linda, grande, não sei o que’, eu adoro ela [...]”. (PEPP, Informante 12, 20 anos, mulher, M, p. 3, grifo nosso)

Em (03), o “aí” recupera o referente “escola de Belas Artes”, local onde o irmão do informante se formou. Em (04), tem-se o “aí” também se referindo a um termo seguinte, mais especificamente, ao sintagma preposicionado “no Planalto”. Observa-se, em (04), que esse uso aponta para algo que ainda será enunciado no discurso.

Desempenhando a função de sequenciador temporal, o “aí” serve de articulador, estabelecendo uma conexão entre as sequências textuais – narrativas ou não – e uma maior interação entre os interlocutores envolvidos no ato comunicativo (05). Como explica Pereira (2013), o “aí”, nesse estágio, tem um profundo esvaziamento semântico, funciona “sozinho”, ligando sentenças.

(05) INF: Coisas simples, assim da... eh... quando eu morava, no período que eu morava mesmo com essa moça, que ela me criava, *aí* minha irmã pediu para eu ir passear com ela, eu tinha ido para escola, *aí* tinha saltado cedo a escola, não é? Daí minha irmã pediu para eu ficar com ela até acabar, depois me colocava lá de novo na casa da moça, *aí* eu fui, mas eu fui sem pedir a permissão da moça que me criava, que eu chamava ela de minha madrinha daí.... (PEPP, Informante 44, 16 anos, mulher, F, p. 3, grifos nosso)

Em (05), o informante, ao ser inquerido se, na infância, era de “aprontar” ou não, responde narrando um fato e, para isso, se vale do “aí” para

dar uma sequência à sua história. Pode-se observar que, nesse exemplo, o “aí” ocorre em sequências narrativas e aparece mais de uma vez para marcar a continuidade das histórias, o que ratifica a afirmação de Tavares (2003, p. 154) de que “como sequenciador temporal, *aí* coloca em evidência a ordenação temporal cronológica dos eventos narrados, indicando que o evento seguinte ocorre depois que o anterior se conclui”.

Com valor consecutivo (06), o “aí” é um articulador entre sentenças e serve para expressar consequência em relação ao que foi dito anteriormente. (MARQUES, 2015) De acordo com Pereira (2013), nesse caso, o “aí” não atua de forma a dar sequência a uma informação; ele serve como uma partícula que dá o resultado de fatos que foram narrados anteriormente.

(06) INF: Teve uma professora também chamada B..., mas ali eu só fui só suspenso só, foi também ela puxou a minha orelha também e eu puxei a blusa dela, lascou a blusa, ela ficou com os peitos na rua, *aí* eu fui suspenso, não fui expulso mas fui suspenso por uma semana. (PEPP, Informante 18, 23 anos, homem, F, p. 3, grifo nosso)

Em (06), ao ser questionado se lembra de alguma professora da infância, o informante narra um fato de quando foi suspenso da escola e usa o item “aí” com valor consecutivo; assim, explica que, como ele puxou a blusa da professora (causa), sofreu a punição de ficar suspenso (consequência).

O “aí” finalizador assinala a ideia de conclusão do discurso. (TAVARES, 2003) Ou seja, como o próprio rótulo indica, nessa função, o “aí” é usado para encerrar um determinado assunto, como se vê em (07).

(07) DOC: “Humilhação né?
INF: [...] Estava até quando fui lá perguntei, ah, tá na reserva, não sei o que, o pessoal falou lá, o pessoal se lembra até dele, *aí*, eu caí fora por isso. Mas eu tive lá, eu fiquei até, deu até saudade assim...”.
(PEPP, Informante 24, 51 anos, homem, M, p. 15, grifo nosso)

Em (07), o item “aí” tem a função de encerrar a narrativa: nesse caso, a oração “[...], *aí*, eu caí fora por isso” serve para indicar que o informante quer finalizar o assunto. A esse respeito, Tavares (2003, p. 33) afirma que “a finalização marca a adição de uma oração que sinaliza o final de um tópico/ assunto ou subtópico”.

Os usos de (01) a (07) ilustram deslizamentos funcionais do “aí” que apontam para uma abstratização dos sentidos desse item. Ademais, evidenciam uma mudança categorial do “aí”, de advérbio pronominal – dêítico

locativo, dêitico temporal, catafórico e anafórico – para operador argumentativo – sequenciador temporal, consecutivo e finalizador. Tais questões serão retomadas na seção 4 deste capítulo. Na próxima seção, procede-se à análise quantitativa dos dados.

Evidências empíricas do “aí”: resultados quantitativos

Os resultados quantitativos deste estudo são aqui discutidos levando-se em consideração as funções do “aí” atestadas na fala popular soteropolitana e a atuação de três parâmetros linguísticos, a saber: foricidade, classe gramatical e tipo de sequência linguística. Nos dados de fala popular soteropolitana, registraram-se 981 ocorrências de “aí” distribuídas em diferentes valores semânticos, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos valores semânticos do “aí” no *corpus*

Valores semânticos do <i>aí</i>	Nº	Percentual
Dêitico locativo	87	8.9
Dêitico temporal	20	2.0
Anafórico	8	0.8
Catafórico	15	1,5
Sequenciador temporal	762	77.7
Consecutivo	68	6.9
Finalizador	21	2,1
TOTAL	981	100%

Fonte: adaptada de Gomes (2020, p. 105).

No que diz respeito aos valores semânticos do “aí”, percebe-se que o sequenciador temporal é o uso que mais ocorre na fala popular soteropolitana (77,7%). Esse uso é muito recorrente na língua portuguesa quando se tem a pretensão de narrar um fato, descrever algo, ensinar um procedimento etc. No entanto, outros usos do “aí” que também atuam na esfera textual, estabelecendo relações semânticas, apresentaram baixos índices de ocorrência: “aí” consecutivo (6,9%) e finalizador (2,1%).

O dêitico locativo, que constitui o sentido-fonte do “aí”, embora ainda seja atestado na amostra, não exibe um alto percentual de ocorrência (8,9%).

Todavia, esses dados já são suficientes para ilustrarem a atuação, no processo de gramaticalização, do princípio da *divergência* (HOPPER, 1991), o qual estabelece que, quando um item sofre gramaticalização, a forma fonte pode continuar na língua como um elemento autônomo.

Os usos catafórico e anafórico não foram representativos no *corpus* (0,8% e 1,5%, respectivamente), o que permite depreender que o item aqui estudado tem sido pouco empregado para fazer menção a outros constituintes no texto.

Para análise do “aí”, controlou-se, primeiramente, o parâmetro foricidade, tendo em vista que esse item pode ser usado, em determinados contextos, para referir-se a algo da situação extralinguística (exofórico), retomar constituintes que já foram mencionados no discurso (endofórico) ou apresentar-se sem foricidade. A Tabela 2 exibe os resultados obtidos para esse parâmetro.

Tabela 2 – Valores semânticos do “aí” de acordo com a sua foricidade

Valores semânticos do aí	Sem foricidade		Exofórico		Endofórico		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Dêítico locativo	0	0.0	87	81.3	0	0.0	87
Dêítico temporal	0	0.0	20	18.7	0	0.0	20
Anafórico	0	0.0	0	0.0	8	34,8	8
Catafórico	0	0.0	0	0.0	15	65,2	15
Sequenciador Temporal	762	89.5	0	0.0	0	0.0	762
Consecutivo	68	8.0	0	0.0	0	0.0	68
Finalizador	21	2.5	0	0.0	0	0.0	21
TOTAL	851	86.7	107	11,0	23	2,3	981

Fonte: adaptada de Gomes (2020, p. 107).

Nota-se, com base na Tabela 2, que, quanto à foricidade, a maior incidência de casos de “aí” encontrados no *corpus* foi o “aí” sem foricidade (86,7%). Entre esses usos, encontram-se o sequenciador temporal, que apresenta o maior percentual de ocorrência (89,5%), o consecutivo (8%) e o finalizador (2,5%).

Com percentuais baixos, estão os casos de “aí” fóricos que indicam referência exofórica (11%) e endofórica (2,3%). Nos dados analisados, com função exofórica, ocorrem mais usos de “aí” que funcionam como dêíticos locativos

(81,3%) do que como dêiticos temporais (18,7%). Com função endofórica, ocorrem mais casos de “aí” catafórico (65,2%) do que anafórico (34,8%).

Os resultados quantitativos registrados sinalizam que, com a gramaticalização, o “aí” vem alterando o seu *status* de fórico – exofórico e endofórico – para não fórico. Nesse caso, pode-se ainda estabelecer uma relação entre perda de foricidade e abstratização semântica do “aí”: esse item vem migrando de domínios mais concretos, deixando de apresentar uma relação com lugar físico – fora do contexto linguístico, citado anteriormente no discurso e citado na sequência do discurso –, para domínios mais abstratos que são representados pelos usos sem foricidade.

A segunda propriedade linguística considerada neste trabalho foi a classe gramatical. Na literatura sobre gramaticalização, parte-se do pressuposto de que um item ou construção – lexical ou já gramatical –, quando sofre gramaticalização, passa por uma reanálise categorial. A mudança categorial, nos termos de Hopper e Traugott (2003), opera na direção de categorias maiores – verbos, substantivos e pronomes – para menores – adjetivos e advérbios –, podendo passar ou não por categorias intermediárias – conjunções e preposições. Os resultados referentes à classe gramatical encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3 – Usos do “aí” de acordo com a classe gramatical

Valores semânticos do <i>aí</i>	Advérbio pronominal		Operador Argumentativo	
	Nº	%	Nº	%
Dêitico locativo	87	66.9	0	0.0
Dêitico temporal	20	15.4	0	0.0
Anafórico	8	6.2	0	0.0
Catafórico	15	11.5	0	0.0
Sequenciador temporal	0	0.0	762	89.5
Consecutivo	0	0.0	68	8.0
Finalizador	0	0.0	21	2.5
TOTAL	130	13.3	851	86.7

Fonte: adaptada de Gomes (2020, p. 110).

Os dados da Tabela 3 deixam evidente que há mais ocorrências do “aí” como operador argumentativo (86,7%) do que como advérbio pronominal (13,3%). No *corpus*, o “aí” como operador argumentativo desempenha as funções semânticas de finalizador, consecutivo e sequenciador temporal;

como já mencionado anteriormente, essa última função é a que mais ocorre nos dados (89,5%). Já o “aí” como advérbio pronominal compreende os usos de dêitico locativo, dêitico temporal, anafórico e catafórico. Dentre esses usos, há mais ocorrências de “aí” dêitico locativo (66,9%), sentido-fonte da gramaticalização dos outros usos de “aí”, como dito anteriormente.

Com a reanálise categorial, acontece também uma decategorização (HOPPER, 1991) do “aí”, havendo perda de carga semântica e propriedades funcionais de sua categoria originária. A título de ilustração, nos usos gramaticalizados de “aí” como operador argumentativo, perdem-se o valor locativo e o caráter fórico.

Por fim, o último parâmetro em análise foi o tipo de sequência linguística em que o item pode ocorrer. Segundo Freitag e demais autores (2009), esse parâmetro tem sido significativo em trabalhos que lidam com entrevistas sociolinguísticas, como é o caso deste estudo. Para essas autoras, esse tipo de material é normalmente composto por variadas sequências linguísticas – narrativa, descritiva, procedimental e argumentativa⁹ –, como se pode verificar nos dados examinados por Gomes (2020).

Pelos dados exibidos na Tabela 4 (que apresenta os resultados em relação aos usos do “aí” em função do tipo de sequência linguística), nota-se que o “aí” é mais utilizado nas sequências narrativas (75,3%), o que demonstra que esse é o ambiente linguístico favorável ao uso desse item. A princípio, poderia se pensar que tal resultado estaria atrelado ao uso do “aí” como sequenciador temporal. No entanto, vale salientar que o “aí” com essa função semântica foi o mais representativo em todas as sequências linguísticas em estudo, apresentando percentuais de ocorrência em uma frequência decendente: de sequências narrativas (82,7%)¹⁰ para procedimentais (70,1%) e dessas para argumentativas (60,2%) e, finalmente, para descritivas (58,5%).

9 A sequência narrativa, como explica Tavares (2003, p. 197), “corresponde ao relato em que o informante conta um ou mais fatos que se passaram em certo tempo e lugar, envolvendo determinados personagens”. A sequência descritiva caracteriza objetos, fatos ou pessoas, apresentando detalhes, peculiaridades e aspectos como cores, formas, dimensões, texturas, modos de ser etc. Já a sequência procedimental ou injuntiva consiste em uma modalidade textual que instrui sobre as etapas para a realização de uma determinada atividade. Por fim, na sequência argumentativa, o falante/escritor tece comentários sobre determinados temas ou assuntos, evidenciando, assim, sua opinião. (FREITAG et al., 2009; TAVARES, 2003; TRAVAGLIA, 1991)

10 Esse resultado parece apresentar uma relação direta com o *corpus* em estudo. Segundo Souza, “as entrevistas do PEPP possuem uma alta narratividade, o que pode ter contribuído para a alta frequência de uso do sequenciador temporal na amostra aqui analisada”. (Fala proferida em uma defesa de Dissertação)

Tabela 4 – Usos do “aí” de acordo com o tipo de sequência linguística

Valores semânticos do <i>aí</i>	Narrativa		Descritiva		Procedimental		Argumentativa	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dêítico Locativo	48	6.5	21	25.6	11	16.4	7	7.5
Dêítico Temporal	16	2.2	2	2.4	0	0.0	2	2.2
Anafórico	6	0.8	2	2.4	0	0.0	8	0.8
Catafórico	11	1.5	0	0.0	3	4.5	1	1.1
Sequenciador Temporal	611	82.7	48	58.5	47	70.1	56	60.2
Consecutivo	34	4.6	7	8.5	3	4.5	24	25.8
Finalizador	13	1.8	2	2.4	3	4.5	3	3.2
TOTAL	739	75.3	82	8.4	67	6.8	93	9.5

Fonte: adaptada de Gomes (2020, p. 112).

Os parâmetros foricidade, categoria gramatical e tipo de sequência linguística se mostraram relevantes para a descrição dos deslizamentos funcionais do “aí” na fala de Salvador. Com base nos resultados obtidos para os dois primeiros parâmetros, foi possível ainda alocar os usos do “aí” em *continua* de gramaticalização, que serão descritos na próxima seção.

O “aí” na fala popular soteropolitana e trajetórias de gramaticalização

Com as evidências empíricas da gramaticalização do “aí” na fala popular soteropolitana, é possível afirmar que esse item, partindo-se do seu sentido-fonte – dêítico locativo – até os usos inovadores, encontra-se em um processo de abstratização semântica elevado, visto que tem deixado, em alguns contextos, de apresentar significados mais concretos – locativos – e vem sendo usado para expressar valores mais abstratos – os de sequenciador temporal, finalizador e consecutivo – nas relações textuais. Além dessa abstratização semântica, evidencia-se, tendo em vista dois dos parâmetros linguísticos – foricidade e classe gramatical – controlados na pesquisa, que, nos usos mais abstratos e, por conseguinte, mais gramaticalizados do “aí”, há perda de foricidade e aquisição de *status* mais gramatical ainda quando esse item funciona como operador gramatical.

Com base na discussão aqui apresentada e nos resultados obtidos na análise quantitativa dos dados, podem-se elencar os usos do “aí” registrados no *corpus* nas trajetórias de gramaticalização sintetizadas na Figura 1. Para o estabelecimento dessas trajetórias, assume-se o princípio de que itens em processo de gramaticalização apresentam um percurso unidirecional de mais concreto para menos concreto, de mais fórico para menos fórico, de gramatical para mais gramatical ainda.

Figura 1 – Trajetórias de gramaticalização do aí de acordo com a abstratização semântica, foricidade e classe gramatical

+ concreto	– concreto
+ fórico	– fórico
Advérbio	operador argumentativo pronominal

Fonte: adaptada de Gomes (2020, p. 123).

Considera-se que, no extremo à esquerda dos *continua* da Figura 1, estão os usos do “aí” como dêitico locativo, anafórico e catafórico, entendendo-se que esses dois últimos se originaram a partir do primeiro. No meio do caminho, está o dêitico temporal, que também surge a partir do dêitico locativo. No extremo à direita, estão os usos do “aí” como sequenciador temporal, consecutivo e finalizador.

Um dos *continua* apresentados por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) propõe um percurso de gramaticalização para conectores, que parte também de usos com referência a espaço: *espaço* > (*tempo*) > *texto*. Esse segundo *continuum* dá conta de descrever os usos do *aí* encontrados na amostra analisada e suas etapas de gramaticalização, como se vê na Figura 2.

Figura 2 – *Continuum* de gramaticalização dos usos de “aí” a partir do *cline* proposto por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991)

	ESPAÇO	>	(TEMPO)	>	TEXTO
	Dêitico Locativo				Sequenciador Temporal
	Anafórico				
			Dêitico Temporal		Consecutivo
	Catafórico				
					Finalizador

Fonte: adaptada de Gomes (2020, p.124).

Com base na Figura 2, é possível perceber que os usos do “aí” têm migrado de valores espaciais – dêitico locativo, anafórico e catafórico –, passando por um valor temporal – dêitico temporal –, até chegarem à esfera textual – sequenciador temporal, consecutivo, finalizador. Para Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991), os itens dêiticos, como o “aí”, podem assumir função anafórica e catafórica, ainda fazendo remissão a lugar. Segundo Tavares (1999), na primeira etapa do percurso rumo à conexão de partes do texto, o “aí” dêitico locativo, que aponta para um lugar do mundo externo, origina o “aí” anafórico locativo, que aponta para um lugar já mencionado no texto, até finalmente encadear o discurso. Tavares (2003) explica que os itens que se referem a espaço, como o “aí”, por transferência metafórica, começam a ser usados como referências temporais, em um estágio mais avançado, como organizadores do espaço textual.

Os usos do “aí” registrados na fala popular soteropolitana servem como ilustração do percurso de gramaticalização estabelecido por Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991), ratificando que o ponto de partida para essa gramaticalização é o dêitico locativo, conforme já demonstrado em outras pesquisas. (BRAGA; PAIVA, 2012; TAVARES, 1999; 2003, entre outras)

Considerações finais

Este trabalho, alicerçado em evidências empíricas, demonstrou que o “aí” está em processo de gramaticalização e tem apresentado, a partir do seu sentido-fonte – dêitico locativo –, diferentes usos – dêitico temporal, anafórico, catafórico, sequenciador temporal, consecutivo e finalizador – na fala popular de Salvador. Mesmo com essa multifuncionalidade, o “aí” dêitico locativo continua sendo empregado, o que confirma a atuação do princípio de divergência (HOPPER, 1991) na gramaticalização desse item.

Os dados analisados indicaram que, quanto ao valor semântico mais representativo em termos de frequência de uso, o “aí” sequenciador temporal é o mais produtivo. Na esfera textual, outros usos do “aí” – consecutivo e finalizador – também foram documentados. Nesse caso, observa-se, via processo de gramaticalização, uma tendência de o “aí” deixar de fazer menção a lugar físico para migrar para a esfera do texto, conforme previsto em algumas trajetórias desse processo. A expansão dos usos do “aí” para o texto é atestada em variadas sequências linguísticas – narrativas, descritivas, argumentativas

e procedimentais – sobretudo com o emprego do “aí” na função de sequenciador temporal.

Ainda no que tange ao processo de gramaticalização, os deslizamentos funcionais do “aí” permitiram evidenciar uma reanálise categorial desse item, de advérbio pronominal para operador argumentativo, e uma mudança de usos mais concretos para menos concretos, de mais fóricos para menos fóricos. Nessa direção, os deslizamentos funcionais de um item ou uma construção ratificam a fluidez das línguas humanas, no sentido “de que a língua é dotada de um dinamismo que a faz estar em constante transformação e que permite o recrutamento de formas preexistentes no sistema linguístico para codificar novos significados”. (CASSEB-GALVÃO, 2004, p. 177) Nesse recrutamento, pode haver, além de alterações semântico-pragmáticas, uma reanálise categorial, como constatado com o “aí” e seus distintos usos.

Referências

- BISANG, W. Grammaticalization and language contact, constructions and positions. In: RAMAT, A. G.; HOPPER, P. J. (ed.). *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1998. v. 37, p. 13-58.
- BYBEE, J.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago, 1994.
- BRAGA, M. L; PAIVA, M. C. A multifuncionalidade categorial e funcional da proforma *Aí*. In: SOUZA, E. R. F. *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012. p.53-65.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. De predicação matriz a operador evidencial. A gramaticalização de *diz que*. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 8, p.163-181, 2004.
- FREITAG, R. M. K.; REIS, M.; BACK, Â. C. P. *et al.* O controle do gênero textual/sequências discursivas na motivação da variação linguística: apontamentos metodológicos. *Odisséia*, São Paulo, v. 3, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/2051/1485>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- FURTADO DA CUNHA, M. A; COSTA, M. A; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 21-48.

- GOMES, J. S. *A gramaticalização do aí na fala popular de Salvador*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, 2020.
- GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. *Berkeley Linguistic Society*, [s. l.], p. 139-157, 1987.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticazation. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (ed.). *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v.1, p. 17-37.
- HOPPER, P. J; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LOPES, N. S. O PEPP: histórico e caracterização. In: LOPES, N. S; SOUZA, C. M. B.; SOUZA, E. H. P. M. (org.). *Um estudo da fala popular de Salvador – PEPP*. Salvador: Quarteto, 2009.p.13-36.
- MARQUES, R. M. *O comportamento multifuncional do item aí: um caso de gramaticalização*. Ilhéus: EdUESC, 2015.
- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PEREIRA, E. S. *Gramaticalização do item aí no português falado pela comunidade da manhã em Feira de Santana – Bahia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.
- TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativopropulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- TAVARES, M. A. *Um estudo variacionista de AÍ, DAÍ, ENTÃO e E como conectores sequenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. 1999. Dissertação

(Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

TRAUGOTT, E. Pragmatic strengthening and grammaticalization. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, p. 406-416, 1988.

TRAUGOTT, E. Subjectification in grammaticalisation. In: DIETER, S.; WRIGHT, S. (ed.). *Subjectivity and subjectivization: linguistic perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 31-54.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. 1991. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

O locativo “lá” como subparte de uma construção negativa no português brasileiro¹

Gessilene Silveira Kanthack
Valéria Viana Sousa

Introdução

Tendo em vista pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso, particularmente do modelo denominado Gramática de Construções (CROFT, 2001; CROFT; CRUSE, 2004; GOLDBERG, 1995, 2006; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), apresentamos, neste capítulo, uma descrição e análise de um padrão de uso envolvendo o locativo “lá”, tendo como base ocorrências extraídas do *Corpus do Português* (2006).

Uma das premissas defendidas por tal modelo é que a unidade básica da gramática é a construção, concebida como um pareamento convencional de forma e sentido. (CROFT, 2001) Isso significa dizer que o sentido de uma construção não é determinado meramente pela soma do sentido das subpartes envolvidas, mas que as subpartes atuam de modo integrado, em termos de forma e sentido, na convencionalização de uma determinada construção.

Esse pressuposto se aplica ao tipo de instanciação que analisamos neste capítulo. Como se pode observar nos exemplos em (1) e (2), o locativo “lá” atua como subparte de uma construção negativa:

1 Este trabalho consiste numa amostra inicial de um projeto de pós-doutorado intitulado “Padrões de uso instanciados pela construção verbo e locativo *lá* [VLoclá] no português: uma abordagem construcional”, em desenvolvimento por Dr.^a Gessilene Silveira Kanthack da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e supervisionado pela Dr.^a Valéria Viana Sousa, no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

(1) Vendas do Essential Phone *não foram lá* essas coisas, diz Google Play. Essential Phone foi um boom no mercado que ninguém estava esperando, mas parece que essa impressão ficou apenas nos veículos de mídia.²

(2) [...] o mais provável é que os dois se mudem para um outro castelo por cerca de dois anos, contra as vontades da Rainha, que *não estaria lá* muito interessada em trocar de endereço.³

Trata-se de um uso em que o locativo se vincula ao verbo e à negação, de modo que as três subpartes concorrem para a instanciação da construção como um todo. Em sendo um pareamento de forma e sentido, questionamos: (i) qual é a função e o sentido convencionalizados pelo “lá” nesse tipo de construção?; (ii) o “lá” apresenta ou não vestígios do seu significado original?; (iii) em termos construcionais, qual é a configuração esquemática que envolve esse padrão de uso na língua portuguesa?

Para dar conta de responder a essas questões, organizamos este capítulo assim: primeiro, destacamos pressupostos da chamada Gramática de Construções, um modelo considerado apropriado para dar conta de padrões que se rotinizam e convencionalizam no e pelo uso da língua; segundo, apresentamos a nossa amostra, cuja descrição e análise revelam um uso particularizado do locativo “lá”, indicando que ele integra um esquema que só pode ser compreendido na construção como um todo; por fim, as considerações finais e as referências encerram o capítulo.

Gramática de construções: a construção como unidade da língua

Desenvolvida no âmbito da Linguística Cognitiva, a Gramática de Construções se constitui num modelo de representação do conhecimento linguístico, elegendo a construção como unidade básica da língua. Definida como um pareamento de forma e sentido (CROFT, 2001), a construção é entendida como unidade simbólica convencional: é unidade porque algum aspecto do signo é tão idiossincrático ou tão frequente que ele é estocado como um pareamento de forma-sentido na mente do usuário da língua; é

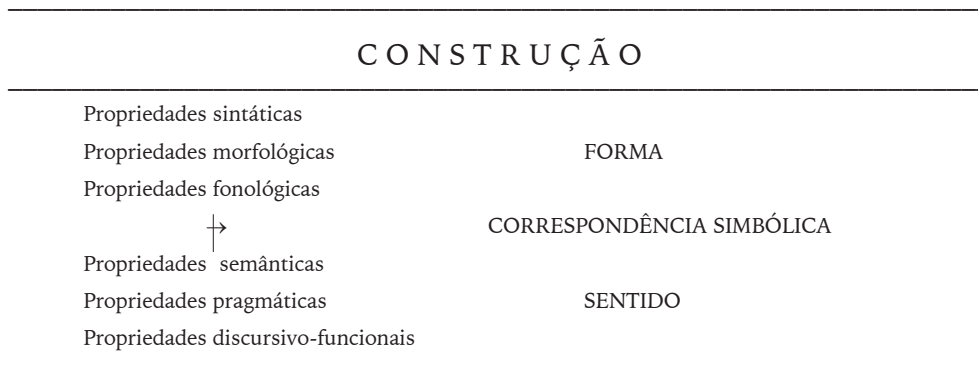
2 Ver: <https://www.tudocelular.com/android/noticias/n115765/Essential-Phone-nao-foi-la-essas-coisas.htm>.

3 Ver: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/12/rainha-elizabeth-tera-de-se-mudar-do-palacio-de-buckingham-daqui-sete-anos.htm>.

simbólica porque corresponde a signos, resultantes de associações arbitrárias de forma e significado; é convencional porque é usada e compartilhada por um grupo de falantes.

Compreendemos pareamento como o forte vínculo entre forma e sentido,⁴ denominado por Croft (2001) como elo de correspondência simbólica, como representado na Figura 1:

Figura 1 – Modelo de estrutura simbólica da construção



Fonte: adaptada de Croft (2001, p.18).

Como se pode notar, nesse modelo, uma construção apresenta duas dimensões: em uma, encontramos informações correspondes à forma; em outra, informações referentes ao sentido, estando elas interligadas simbolicamente. Isso implica considerar uma construção de modo holístico,⁵ levando em conta tanto a dimensão da forma quanto a dimensão do sentido, e compreendendo, assim, que nenhum nível da gramática é considerado autônomo ou nuclear.

Nessa abordagem teórica, a gramática de uma língua se constitui como uma rede taxonômica de unidades simbólicas interconectadas hierarquicamente. Assim, a língua dispõe de uma arquitetura gramatical que permite a formação de construções que se interligam por meio de nós e *links*. *Grosso modo*, numa rede linguística, os nós correspondem a um tipo de construção, tendo ela, segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 51), “conteúdo de forma

4 “Sentido” e “função” são considerados, nessa perspectiva, como termos sinônimos. Neste trabalho, adotamos a terminologia “sentido”, conforme aparece no modelo de representação de Croft (2001).

5 Na abordagem construcional, diferentemente do modelo clássico de gramaticalização, não se observa o comportamento de apenas um item linguístico, mas, sim, de uma construção, vista como unidade integrada de forma e sentido.

e significado”, podendo se relacionar, através de *links*,⁶ com outros nós em múltiplas direções (semântica, pragmática, discursiva, sintática, morfológica e fonológica).

A rede construcional, por sua vez, é dinâmica, pois, na interação comunicativa, os falantes recorrem às informações armazenadas na memória e criam novos nós e estabelecem novos *links* continuamente.⁷ Nesse processo, incluem-se diferentes padrões construcionais: morfemas, palavras, sintagmas, orações, expressões idiomáticas, padrões parcialmente preenchidos e padrões não especificados ou esquemáticos. (GOLDBERG, 2006)

Um padrão, segundo Traugott e Trousdale (2013), também é diferenciado em termos de dimensões, todas elas gradientes: tamanho, grau de especificidade fonológica e tipo de conceito. Quanto ao tamanho, uma construção pode ser atômica (constituída de unidades monomorfêmicas), complexa (quando as unidades são compostas de partes analisáveis) ou intermediária (quando as unidades podem ser parcialmente analisadas). Com relação à especificidade fonológica, pode ser substantiva (completamente especificada fonologicamente), esquemática (não é especificada fonologicamente) ou intermediária (especificada fonologicamente e parcialmente abstrata). No que se refere ao tipo de conceito, a construção pode ser de conteúdo (lexical) ou procedural (gramatical). As construções de conteúdo correspondem a categorias que são de natureza representacional (nome, verbo e adjetivo); já as procedurais veiculam conteúdo gramatical, voltado para o estabelecimento de relações textuais (preposição, conjunção, advérbios etc.) ou pragmático-discursivas (modalizadores epistêmicos, marcadores discursivos etc.) mais amplas.

Para analisar as relações e as dimensões que envolvem as construções, Traugott e Trousdale (2013) propõem três fatores: esquematicidade, produtividade e composicionalidade, também devendo ser considerados em termos de gradiência.

6 Segundo Goldberg (1995), dentre os *links* que possibilitam estabelecer relações estão: *links* por polissemia (capta a natureza das relações semânticas entre um sentido particular de uma construção e qualquer extensão desse sentido); *links* por extensão metafórica (envolvem mapeamento metafórico específico, por exemplo, do domínio concreto para o domínio abstrato); *links* por subparte (quando uma construção é uma subparte própria de uma outra que existe de modo independente); e *links* por instanciação (quando uma construção é um caso especial de outra).

7 Por ser um modelo ancorado em uma perspectiva cognitiva, o pressuposto é que diferentes mecanismos cognitivos atuam no processo de constituição da língua. Dentre eles, destacam-se: analogização (expansão de usos a partir de construção já existente/convencionalizada, considerada similar em algum aspecto) e neanálise (reinterpretação da estrutura de uma expressão sem que necessariamente se produza uma alteração imediata e intrínseca na sua manifestação superficial/externa). (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013)

A esquematicidade corresponde à abstratização de propriedades formais e funcionais de uma construção. No dizer de Traugott e Trousdale (2013), os esquemas são abstrações percebidas inconscientemente pelos usuários da língua, tendo em vista a sua capacidade de abstrair as relações que se observam entre os elementos de uma mesma categoria numa rede construcional. A esquematicidade envolve a criação de *slots*, espaços configuracionais criados dentro do esquema, que podem ser preenchidos ou não.

Traugott e Trousdale (2013) explicam que, na rede construcional, a esquematicidade se manifesta em três níveis hierárquicos: esquema, subesquema e microconstrução.⁸ Tratam-se de níveis virtuais, através dos quais se podem observar os graus de generalidade e de especificidade de uma construção. O esquema corresponde ao nível de representação mais alto da rede, sendo mais abstrato e mais geral, podendo licenciar mais *slots* e, conseqüentemente, apresentar mais possibilidades de preenchimento. O subesquema é um nível intermediário, no qual se agrupam construções individuais que apresentam propriedades em comum. A microconstrução representa tipos individuais de construção cujos *slots* são totalmente preenchidos, são as construções propriamente ditas, menos abstratas. Por fim, na rede construcional, encontram-se os construtos, as ocorrências empiricamente atestadas, instâncias de uso produzidas por um dado falante em uma dada situação e com um propósito comunicativo específico. (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013)

O fator produtividade se refere ao grau de abrangência (extensão) de um esquema construcional. (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) Na análise desse fator, entram em cena as frequências *type* e *token* (BYBEE, 2003), usadas para atestar, respectivamente, os tipos de padrões formados numa rede construcional e a quantidade de vezes que uma construção é usada efetivamente numa determinada situação comunicativa. No dizer de Traugott e Trousdale (2013), há uma relação direta entre o aumento de frequência de uso com o aumento da frequência do construto, o que impacta na rotinização dos usos por parte do falante.

A composicionalidade, por sua vez, se refere ao grau de transparência entre forma e sentido no nível da construção. Ela é pensada em termos sintáticos – integridade morfossintática das subpartes – e em termos semânticos – soma do significado das partes. (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) Isso significa dizer que, por um lado, quando a construção for mais composicional, o falante

8 Essa nomenclatura é uma proposta atualizada da que encontramos em Traugott (2008): macroconstrução, mesoconstrução e microconstrução.

produz uma sequência sintaticamente convencional, permitindo ao ouvinte depreender o significado de cada subparte e, portanto, entender o significado do todo. Por outro, quando for menos composicional, o ouvinte poderá ter dificuldades para compreender a construção, dada a incompatibilidade entre o significado dos itens individuais e o significado da construção completa.

Nesse modelo de arquitetura gramatical, padrões construcionais são “forjados e estabilizados, como expressões regulares e gramaticais, nas práticas interacionais”. (TEIXEIRA, 2015, p. 45) E, para compreendê-los, é necessário relacionar, mutuamente, propriedades da forma e do sentido, tendo em vista que os padrões entrincheirados refletem essas propriedades conjuntamente.

A nossa amostra com o locativo “lá”: descrição e análise

Classificado como um advérbio pelas gramáticas de orientação normativa (CEGALLA, 2008; LIMA, 2011; LUFT, 1986 entre outros), o “lá” é descrito como um item que expressa a circunstância espacial do evento, logo, advérbio de lugar. Nessas gramáticas, o pressuposto é que ele atua como modificador, tendo em vista a concepção básica de advérbio: palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio.

Nas gramáticas de cunho descritivo, a exemplo de Castilho (2010) e Neves (2011), o “lá” é apresentado como uma categoria dêitica espacial, que aponta para um lugar de natureza concreta, tomando por referência o posicionamento do falante e do interlocutor no momento da enunciação. É também classificado como um elemento fórico, pois, segundo Neves (2011, p. 258, grifos da autora), indica

Uma circunstanciação ancorada no circuito de comunicação, referida aos participantes do discurso ou a pontos de referência do texto, numa escala de proximidade espacial. Assim, em princípio, *AQUI* indica lugar próximo ao falante (*primeira pessoa* do discurso), *AÍ* indica lugar próximo ao ouvinte (*segunda pessoa* do discurso) e *LÁ* indica lugar distante do falante e do ouvinte (*terceira pessoa* do discurso).

Esses advérbios funcionam, como coordenadas que orientam falante e interlocutor, a partir das posições que ocupam na situação comunicativa, a compreenderem a dimensão dos espaços: se proximal, se distal. (CASTILHO, 2010)

A ideia de distância que o “lá” veicula também pode ser observada em padrões de uso que evidenciam o pareamento convencional forma-sentido. No entanto, como se pode observar nos exemplos (3), (4), (5), (6) e (7), não se trata mais de uma orientação espacial concreta, dada a unidade que se forma com o verbo e a negação:

(3) Muito antes do Universo Cinematográfico da Marvel ser um sucesso, o diretor Ang Lee comandou o primeiro filme do herói verde em 2003, protagonizado por Eric Bana. O projeto *não foi lá* muito bem recebido tanto pelos fãs quanto pela crítica.⁹

(4) De acordo com um estudo do e Marketer, a quantidade de pessoas adultas nos Estados Unidos que usa um vestível atualmente é de 44, 7 milhões [...] Espera-se que esse número suba para 50 milhões em 2018, mas o mercado *não está lá* muito otimista quanto a uma explosão na adoção de relógios inteligentes para os próximos anos.¹⁰

(5) O Natal ficou para trás. A hora agora é de voltar ao trabalho e, se for o caso, tentar trocar aquele presente que *não caiu lá* muito bem.¹¹

(6) Há alguns anos, a Microsoft assumiu um compromisso importante: unificar suas plataformas mobile e para desktops sob o Windows 10. Hoje, sabemos que a empreitada *não deu lá* muito certo, mas, ao que parece, essa iniciativa serviu de inspiração para um projeto semelhante da Apple.¹²

(7) Silvio Santos, ao que tudo indica, *não anda lá* com muita sorte no quesito genros. Além do deputado Fabio Faria [...] ser citado na Lava-Jato, agora é a vez do marido de Silvia Abravanel estar envolvido em um imbróglio judicial.¹³

Esses usos indicam que estamos diante de uma construção complexa formada de três subpartes: negação + verbo + locativo, compondo, assim, uma unidade integrada de forma e de sentido. Com base em Oliveira (2011; 2012), Teixeira (2015), Kanthack e Costa (2020), entre outros, defendemos

9 Ver: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2018/12/29/projetos-abandonados-pela-marvel.htm>.

10 Ver: <https://canaltech.com.br/smartwatch/os-dispositivos-vestiveis-ainda-estao-longe-de-conquistar-o-coracao-das-massas-105834/>.

11 Ver: <http://www.diariodolitoral.com.br/brasil/mega-da-virada-pagara-premio-estimado-em-r-280-milhoes/121035/>.

12 Ver: <https://www.tecmundo.com.br/software/125426-apple-trabalhando-projeto-unifica-apps-ios-macos.htm>

13 Ver: <https://extra.globo.com/famosos/genro-de-silvio-santos-tem-prisao-decretada-por-nao-pagamento-de-pensao-filha-22142696.htm>.

que, nessa combinação, o “lá” desempenha um papel pragmático-discursivo, voltado para o estabelecimento de um sentido mais amplo, que extrapola os limites do enunciado.

Para esse papel, assumimos que ele atua como um modalizador, uma estratégia linguística de organização e formulação de enunciados. Segundo Neves (2011, p. 244), modalizador tem “como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado”. Para isso, o falante pode se valer dos chamados modalizadores epistêmicos asseverativos, usados para asseverar, “marcar uma adesão do falante ao que ele diz, adesão mediada pelo seu saber sobre as coisas”. (NEVES, 2011, p. 245)

Nos casos ilustrados, percebemos que o “lá” é usado para asseverar uma avaliação negativa feita pelo falante. Podemos confirmar isso com paráfrases, substituindo o “lá” por outro modalizador que exerce função equivalente: (i) “o projeto não foi *de forma alguma* muito bem recebido”; (ii) “o mercado não está *de modo algum* muito otimista”; (iii) “aquele presente que não caiu *absolutamente* muito bem”; (iv) “a empreitada não deu *realmente* muito certo”; (v) “Silvio Santos, ao que tudo indica, não anda *absolutamente* com muita sorte no quesito genros”. Em todos os casos, os modalizadores reforçam/intensificam o valor da negação, o que nos permite dizer que o “lá”, no padrão que estamos demonstrando, também está sendo usado com esse mesmo propósito.

No entanto, percebemos que, ao asseverar, o falante se apropria do distanciamento veiculado pelo “lá” para não se comprometer em relação ao que está sendo dito, e, “com isso, revela baixo grau de adesão ao enunciado, criando um efeito de atenuação”. (NEVES, 2011, p. 247) Se retirarmos o “lá” de cada construção, de fato, não percebemos tal efeito: (i) “o projeto não foi muito bem recebido”; (ii) “o mercado não está muito otimista”; (iii) “aquele presente que não caiu muito bem”; (iv) “a empreitada não deu muito certo”; (v) “Silvio Santos, ao que tudo indica, não anda com muita sorte no quesito genros”. Notamos uma minimização do valor negativo, alterando, assim, o efeito de reforço/intensificação veiculado pelo “lá”.

Em termos construcionais, assumimos que, na amostra apresentada, o lá concorre para um novo pareamento de forma e sentido. No eixo formal, ele integra, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), uma construção complexa, composta de três *slots*/espaços que são preenchidos/especificados fonologicamente por subpartes analisáveis: negação + verbo + locativo. Cada subparte concorre, por sua vez, para a formação construcional como um todo.

No eixo do sentido, o “lá” assume: (i) em termos semânticos, um valor de asseverador, pois reforça/intensifica o sentido da negação – se retirarmos o “lá” da construção, o efeito de sentido é alterado; (ii) em termos pragmático-discursivos, atua como modalizador, uma estratégia a serviço do falante, que, para não se comprometer com o que está dizendo, apropria-se da ideia do distanciamento veiculado pelo “lá” a fim de se preservar diante do que foi negado.

Conforme propõem Traugott e Trousdale (2013), assumimos que o “lá” atua no nível procedural da gramática, pois veicula conteúdo gramatical, voltado para o estabelecimento de relações pragmático-discursivas. Na configuração em que ele é licenciado, verificamos que o *slot* de V é preenchido, preferencialmente, pelos verbos “ser”, (1) e (3), e “estar”, (2) e (4), que, por sua vez, projetam um predicativo. Trata-se de um padrão que, inclusive, manifesta-se com outros verbos registrados: “cair”, “dar” e “andar”, conforme ilustram, respectivamente, os exemplos em (5), (6) e (7).¹⁴

Em termos de esquematicidade, conforme Traugott e Trousdale (2013), defendemos que o padrão analisado faz parte de um esquema abstrato maior, o esquema VLoc,¹⁵ que, no primeiro nível da rede construcional, projeta dois *slots*, um para o verbo e outro para o locativo. A partir desse esquema, num segundo nível, são desenvolvidos e fixados outros padrões (subesquemas), recrutados conforme a função exercida pela construção. Um desses subesquemas aloca, por exemplo, negação + verbo + locativo, um tipo particular de construção que recruta, além da negação, verbos específicos (no caso de nossa amostra, “ser”, “estar”, “cair”, “dar” e “andar”) e o locativo “lá”. No terceiro nível, por sua vez, temos as microconstruções, definidas como “membros *type* específicos de esquemas mais abstratos” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 14, grifo dos autores) e instanciadas efetivamente na língua pelos constructos, os *tokens* empiricamente atestados, no caso, os usos exemplificados em (1-7).

No que se refere à composicionalidade do padrão analisado, assumimos que ele é menos composicional, pois não é possível associar o seu sentido à soma de cada subparte: negação, verbo e locativo. Em se tratando do “lá”, mesmo preservando a ideia do distanciamento, traço prototípico de sua

14 Demonstrar a frequência *token* – quantidade de vezes que o padrão foi usado – não foi nosso objetivo. Apenas ressaltamos que o padrão mais comum é com verbos que selecionam predicativos. No entanto, há, também, ocorrências em que o V é preenchido por verbos de natureza transitiva.

15 O padrão VLoc já foi objeto de várias pesquisas no âmbito do português. Dentre elas, destacamos: Teixeira (2010), Oliveira e Santos (2011), Oliveira (2012), Rosa (2012), Teixeira (2015), Oliveira e Sambrana (2018), Kanthack e Costa (2020).

natureza adverbial, a sua função e o seu sentido só podem ser compreendidos a partir da unidade formada com a negação e o verbo. Como vimos, ele assume uma função pragmático-discursiva, veiculando o sentido de reforço/intensificação da negação e o não comprometimento do falante em relação ao que está sendo dito no enunciado.

Quanto ao fator produtividade, notamos que o padrão analisado é produtivo, pois licencia diferentes formas verbais para o *slot* de V. Embora tenhamos analisado um padrão específico, com verbos que projetam um predicativo, o *corpus* indica que outros verbos, de outra natureza, também são licenciados nesse tipo de construção.

Da descrição e análise promovidas, reconhecemos a relevância da abordagem construcional para a investigação de padrões de uso linguístico que evidenciam integração entre forma e sentido. A noção de construção como pareamento permite, portanto, a compreensão de propriedades que caracterizam o comportamento de padrões que são fixados e regularizados nas práticas de uso efetivo da língua.

Considerações finais

A partir da concepção de que uma construção deve ser compreendida em termos de forma e de sentido, conforme postulado pela Gramática de Construções, apresentamos, neste capítulo, uma descrição e análise de uma construção que tem como subparte o locativo “lá”. Nela, esse item linguístico é instanciado não com o valor adverbial de lugar, como em sua acepção original. Vinculado ao verbo e à negação, ele assume uma função pragmático-discursiva, atuando como um modalizador, usado para asseverar a negação expressa no enunciado. Mantendo a ideia original de distanciamento, o “lá” veicula, também, descomprometimento do falante a respeito do que diz.

Trata-se de um padrão de uso que evidencia a importância da análise da construção em termos de pareamento, pois só assim se pode compreender o sentido veiculado pelo *lá*. Embora o que tenhamos apresentado se constitua num levantamento preliminar, a amostra sugere que o padrão é bastante sistemático na língua portuguesa. Cabe uma análise mais detalhada no sentido de observar outras propriedades formais e funcionais responsáveis pela configuração desse tipo de instância de uso. Sendo assim, a ampliação de dados e uma análise quantitativa e qualitativa mais apurada podem revelar

e esclarecer, mais apropriadamente, o uso do locativo “lá” como subparte de construções na língua portuguesa.

Referências

- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (ed.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602- 623.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CORPUS DO PORTUGUÊS. [S. l.], 2006. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- KANTHACK, G.; COSTA, M. A. L. Padrões de usos instanciados por construções [VLOC] numa amostra do português brasileiro. *Revista Estudos da Linguagem*, Vitória da Conquista, v. 18, n. 1, p. 189-191, 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/6125/4959>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1986.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- OLIVEIRA, M. R. Padrões construcionais formados por pronomes locativos no português contemporâneo do Brasil. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 49-61, 2012. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>. Acesso em: 9 ago. 2020.

- OLIVEIRA, M. R.; SAMBRANA, V. R. M. Marcadores discursivos de base perceptivo-visual: uma abordagem construcional. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, v. 55, p. 327-349, 2018. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/252>. Acesso em: 2 ago. 2020.
- OLIVEIRA, M. R.; SANTOS, L. P. Padrões de uso da expressão *sei lá* no português. *Signótica*, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 363-384, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/17529>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- ROSA, F. S. *As expressões espera aí e espera lá na perspectiva da gramaticalização*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- TEIXEIRA, A. C. M. *Construção verbal marcadora discursiva VLoc_{MD}: uma análise funcional centrada no uso*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- TEIXEIRA, A. C. M. *Padrões de uso de vá lá e vamos lá na norma brasileira do português: micro-construções e gramaticalização*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (ed.). *Variation, Selection, Development-Probing the Evolutionary Model of Language Change*. New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219-250.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Ernesto Carneiro Ribeiro na reconstituição da sócio-história linguística: produção gramatical de um professor baiano negro no oitocentos

Carolina Antonia Silva Trindade
Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Introdução

Homenageado em nomes de escolas na Bahia e no Brasil, Ernesto Carneiro Ribeiro também ganhou um busto no atual Colégio Estadual da Bahia – Central, situado na Praça Carneiro Ribeiro, considerado uma importante instituição de ensino público do final do século XIX e do século XX. O tributo corresponde à sua importância e aos seus feitos no cenário educacional brasileiro, sendo lembrado também por ter se envolvido em uma polêmica gramatical com Rui Barbosa, seu antigo discípulo, quando da revisão do Código Civil, em 1902. Sua relevância vem sendo reconhecida por estudiosos da língua portuguesa no Brasil e historiadores, mas, enquanto homem negro que se formou em Medicina, tornou-se professor, educador, filólogo e gramático, além de ter atuado no cenário educacional e cultural, ainda se faz necessária a constituição de sua biografia e levantamento da sua vasta produção, sobretudo as reflexões sobre a língua portuguesa.

Este capítulo objetiva, portanto, apresentar uma breve biografia de Ernesto Carneiro Ribeiro, situando-o no contexto sócio-histórico em que viveu, reconhecendo-o como homem negro, que sobrepujou as barreiras sociais de seu tempo, e como estudioso da língua portuguesa, haja vista a produção de obras gramaticais, e outras de destaque. Neste capítulo, será focalizada, sucintamente, a *Grammatica Portugueza Philosophica*, publicada em

1881. A análise da biografia de Ernesto Carneiro Ribeiro e de sua inserção no mundo das letras terá como suporte os pressupostos da História Social Linguística (MATTOS E SILVA, 2004), da História Social da Cultura Escrita (CASTILLO, 2003; PETRUCCI, 1999) e da História das Ideias Linguísticas. (AUROUX, 2009; FÁVERO; MOLINA, 2006) Apresentá-lo e o reconhecer como negro e importante intelectual é propor uma nova narrativa até então velada pela historiografia oficial.

Para refletir sobre a difusão social do escrito, Armando Petrucci (1999) propõe que se observem, na análise de um testemunho escrito, aspectos da sua materialidade, e se indague quais são seus usos e valores em uma sociedade. Para isso, faz-se necessário considerar as seguintes questões: o que é, em que consiste o texto? Quando foi escrito? Onde foi escrito? Como o texto foi escrito, segundo quais modelos? Quem o realizou? Para que foi escrito? As respostas a essas questões permitem situar a obra historicamente, e compreender a finalidade ideológica e social de escrevê-la.

Nessa perspectiva, vai-se tratar da trajetória de Ernesto Carneiro Ribeiro, sua obra, a *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881), verificar sob que modelo foi escrita e para quem foi dirigida. Também visa-se analisar as concepções de língua e de gramática, além de circunscrever essa obra no importante contexto histórico de início de produção de manuais didático-pedagógicos em língua portuguesa, por brasileiros e para brasileiros, na segunda metade do século XIX. (FÁVERO; MOLINA, 2006)

O século XIX, breve cenário social e linguístico

É importante destacar o contexto da trajetória de Ernesto Carneiro Ribeiro, enquanto homem negro. Embora não houvesse uma lei que proibisse os estudos de primeiras letras a pessoas negras – o artigo 69 do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, proibia escravos de se matricularem e de frequentarem escolas –, era incomum que eles alcançassem os estudos superiores. Em 1839, quando do seu nascimento, vigorava a Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827, que previa ampliação da oferta do ensino primário em vilas e cidades mais populosas e a criação de faculdades de Direito – no Rio de Janeiro e em Recife –, além de ter estimulado a formação de professores e a discussão sobre o método de ensino a ser adotado; e vigorava o Ato Adicional de 1834, tornando plausível a Lei Geral, ao passar a

responsabilidade do ensino às províncias. Ambos os documentos se pautavam na Constituição de 1824, na qual se estabelecia ensino gratuito a todos em idade escolar, libertos ou livres, nascidos no Brasil. (SANTANA, 2007)

A nova legislação educacional, a Lei de 1827, se estabelecia baseada no discurso da configuração do Brasil como nação, marcado pelas transformações de ordem tecnológica, social e política do mundo ocidental que reverberavam no país em formação. Nesse momento, era necessário solidificar o novo Estado-nação através da construção de uma identidade. Conforme Fávero e Molina (2006), a construção da nacionalidade e do ideal de independência relaciona-se, de forma direta, com a necessidade de escolarizar a população, para civilizá-la e educá-la, como forma de progresso e de introjetar os valores identitários. Ainda assim, quanto à escolarização, poucos estiveram na escola, sendo os filhos da classe dominante os que mais a acessaram, geralmente, cursando as escolas particulares, ou mesmo tendo mestres que os atendiam com aulas particulares.

Previamente a esse contexto, a preocupação de D. Pedro II com o desenvolvimento cultural do Brasil incentivava, além da escolarização, a formação da literatura genuinamente brasileira, através da criação de espaços culturais e de ensino, com as escolas, bibliotecas, teatros. Através dela, seria criada e reforçada a identidade brasileira, com a conseqüente introjeção de condutas nos cidadãos.

As mudanças políticas e socioeconômicas, como o desenvolvimento de centros políticos, o crescimento urbano e as leis que previam a abolição da escravidão, foram pano de fundo para a eclosão dos movimentos republicanos e, com isso, a necessidade de apagar o passado monárquico. Isso significava sair do atraso, da dependência e da aculturação e atingir a modernidade, com o ideal republicano da educação.

A necessidade de organizar a prática e a rotina escolar decorria da constatação do que nela faltava. (FÁVERO; MOLINA, 2006) No século XIX, as influências da educação eram o humanismo clássico e o cientificismo, atingindo especialmente os estudos da língua portuguesa. Nesse contexto, criaram-se mais escolas públicas, particulares, religiosas, com programas de ensino e diferentes modelos pedagógicos importados. Posteriormente, também foi criada a figura do inspetor geral, e foram estabelecidos os programas do Colégio D. Pedro II, para padronizar a educação.

No projeto de constituição de uma nação civilizada, diferentes correntes filosóficas que se desenvolviam – liberalismo, positivismo, darwinismo

– colaboravam para justificar e valorizar aquilo que era nacional. As discussões relativas à língua demonstravam, no entanto, o paradoxo no projeto da elite intelectual local (PAGOTTO, 1998), que buscava a unidade entre o português de Portugal e o português do Brasil para elevar-se, o que significava negar a língua que se falava em terras brasileiras. Os discursos políticos, científicos, nacionalistas fundamentavam as escolhas dessa elite.

Nesse sentido, ainda que a proposta fosse romper com a condição de colônia, por isso negar a relação com a metrópole Portugal, não coube, no projeto de busca de reconhecimento da elite local como semelhante à elite europeia, aceitar a diversidade do português falado localmente, para propor a configuração de uma norma culta como referência para a escrita. Essa estratégia também foi a forma de distanciar-se do restante da população, para reforçar a sua superioridade social e linguística. Assim, buscou-se enaltecer a unidade com o português de Portugal, visando à sua valorização.

A negação de marcas e contribuições linguísticas de índios, negros e outros povos que chegaram ao Brasil foi uma das estratégias da elite intelectual, assim como o desenvolvimento de teorias e políticas de branqueamento do povo. A recusa da influência desses grupos interferiu e interfere, inclusive, nas representações e na construção de imaginários de que figuras que tiveram relevância nos diferentes cenários – político, científico, educacional etc. – eram brancas, o que aconteceu, e acontece ainda hoje, com escritores negros, como a maranhense Maria Firmina dos Reis, Machado de Assis, Lima Barreto e o médico, gramático e educador Ernesto Carneiro Ribeiro.

Trajetória de Ernesto Carneiro Ribeiro: formação e atuação profissional

Nascido na Ilha de Itaparica, na Bahia, em 12 de setembro de 1839, Ernesto Carneiro Ribeiro era filho do escrivão de ofício José Carneiro Ribeiro e de Claudeana Ramos. Conforme a biografia de Danilo Ribeiro (1939), seu neto, ele estudou as primeiras letras na vila natal e, aos 12 anos, frequentou a cadeira pública de Latim de Manoel José Pinto. Em seguida, foi para Salvador para completar os estudos. No Liceu Provincial,¹ continuou estudando Latim

1 O Liceu Provincial foi criado pelo vice-presidente da província, Joaquim Marcelino de Brito, em 1836, passando a funcionar a partir de 1837. No Liceu, foram reunidas várias aulas maiores existentes em Salvador, em um único local. Funcionava no então Convento dos Frades Agostinianos, no bairro da Palma – hoje Reitoria da Universidade Católica de Salvador (UCSal). Após a Proclamação da República,

com Guilherme Embirussú Camaquan; estudou Filosofia com Salustiano Pedrosa; Geografia e História universal com Pedro Antonio Botelho e teve aulas particulares com João Estanislau Lisboa, para a formação preparatória para ingressar no curso superior.

Conforme Ribeiro (1939, p. 32), para manter-se em Salvador, Ernesto Carneiro Ribeiro passou a dar aulas particulares, dedicando-se ao Latim, à Filosofia e à Língua Portuguesa:

Esses anos de acurado estudo foram-lhe de extraordinário aproveitamento moral e espiritual, mas, penosamente passado, em relação a sua situação de estudante pobre. Não poupava e não media sacrifícios para aumentar as poucas rendas. Tinha que manter-se sem o auxílio de casa. Dava aulas particulares; mas que inauditos esforços não dispndia em ir diariamente de Barris até Roma para dar uma aula! O percurso, entre ida e volta, roubava-lhe mais de duas horas do tempo que tinha para estudar [...]. Esse dinheiro era logo convertido em livros e velas de carnaúba. A noite, em seu acanhado quarto, com velas de carnaúba a arderem, estudava e lia até horas avançadas.

Ainda no final do ano 1857, começou a ensinar Filosofia no Colégio São João, escola particular de meninos de Francisco de Almeida Sebrão. No ano seguinte, após concluir todas as humanidades, ele foi a Itaparica para informar aos pais que seguiria a carreira de médico e retornou a Salvador para realizar a seleção para a Faculdade de Medicina, aos 19 anos.

Carneiro Ribeiro fez a seleção para ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia entre os dias 3 de fevereiro e 14 de março de 1859. Conforme a *Memoria historica dos principaes acontecimentos da Faculdade de Medicina da Bahia durante o anno de 1859* (1860) desse ano, 231 alunos prestaram exame, sendo aprovados 163. Os alunos eram submetidos a provas de Latim, Francês, Inglês, Geografia e História, Filosofia e, o último bloco, Geometria, Aritmética e Álgebra. Um dado relevante é que, em 1864, ano de conclusão do curso por Carneiro Ribeiro, apenas 13 estudantes de medicina defenderam as suas teses e se formaram. (PINTO, 1865) O que fica evidente é que se exigiam condições sociais, intelectuais e persistência dos alunos para conseguirem se formar.

Quando Carneiro Ribeiro ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1859, continuou exercendo o magistério. Ainda no primeiro ano do curso superior, foi convidado por Abílio Cezar Borges, o Barão de Macahúbas, a dar aulas de Inglês e Francês em seu colégio, o recém-fundado Ginásio Baiano.

teve seu nome mudado para “Instituto Oficial do Ensino Secundário”, em seguida, “Ginásio da Bahia”. Em 1949, foi designado, oficialmente, Colégio Estadual da Bahia – Central. (NUNES, 2008)

A indicação partiu do seu antigo professor de Inglês Carlos Alchorne. De acordo com Danilo Ribeiro, “[...] Nada faltava no modelar estabelecimento de ensino; desde o culto às tradições puras da Pátria à revigoração das forças morais, desde a honestidade de ensino à perfeita compreensão da palavra ‘aprender’”. (RIBEIRO, 1939, p. 41) Nessa instituição, foi professor de Rui Barbosa e de Castro Alves e chegou a compor a subdiretoria do colégio.

No Ginásio Baiano, tornou-se catedrático, mas continuou ensinando Filosofia no Colégio São João. Em 1860, com 21 anos, Carneiro Ribeiro fez o primeiro concurso para catedrático da Língua francesa do Liceu Provincial, mas não foi aprovado:

De ante-mão, não ignora a dificuldade do concurso. Luta contra diversos fatores que bem podem influir na decisão da Junta examinadora. É moço e, nessa época quase não se póde admitir cultura na juventude; não é propriamente má vontade, mas, certo é, uma convenção. Os concorrentes são pessoas de indiscutível mérito, conhecem a fundo o idioma de Racine. Acresce ainda, êle tem que lutar consigo mesmo. Precisa vencer a timidez que o dominava e, somente assim, num prêmio público, teria ensejos de controlar tão estranho sentimento. (RIBEIRO, 1939, p. 47)

A partir do registro de Danilo Ribeiro, se questiona quais seriam esses diversos fatores que teriam contribuído para a reprovação de seu avô? Seria a questão da cor, um desses fatores?

Em 1864, Ernesto Carneiro Ribeiro tornou-se doutor em Medicina, apresentando a tese *Relação da Medicina com as Sciencias Philosophicas*, sendo também a perspectiva filosófica fundamento para as suas primeiras reflexões sobre a língua. Após a conclusão do curso, Ribeiro passou a atuar como médico e continuou a lecionar.

No ano de 1871, participou, novamente, do concurso para professor do Liceu Provincial, mas, dessa vez, para a cadeira de Gramática Filosófica. Com *Origem e filiação da língua portuguesa*, Carneiro Ribeiro foi aprovado com distinção. Registra Campos (1990) que ele foi nomeado em 24 de fevereiro daquele mesmo ano. A posse na cátedra ocorreu no dia 1º de março. Conforme Pitanga (2019), Ernesto Carneiro Ribeiro também ensinava, nesse período, no Colégio São José, no Ateneu Baiano, no Colégio Florêncio Gomes e no Liceu de Artes e Ofício. Dois anos depois, em 1873, Carneiro Ribeiro foi convidado por Emílio Lobo para, juntos, fundarem o Colégio da Bahia.²

2 Souza (2012) apresenta o estímulo para a criação de escolas particulares na década de 1870, a partir de sucessivas Reformas da Instrução Pública. Nesse momento, registra-se, a exemplo do relatório

Em 1884, Carneiro Ribeiro fundou um colégio, em Salvador, e deu o próprio nome. De acordo com Pitanga (2019), Mário Magalhães, ao tratar sobre a trajetória de Carlos Mariguella e o período em que estudou no então Ginásio Ernesto Carneiro Ribeiro, em 1925, registra-o como colégio particularmente idealizado e dirigido por mulatos, sendo que, após a morte do professor, passou a ser gerido pelos seus familiares. Também registra Figuerêdo (1957) que meninos pobres estudaram no colégio de Carneiro Ribeiro, enquanto ele era o responsável.

Na década de 1880, registra-se, também, a atuação de Carneiro Ribeiro no campo da psiquiatria. Ele trabalhou no Hospital São João de Deus, hospício na freguesia de Brotas, até 1887, ano em que parou de atuar para participar do concurso para professor da Cátedra de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Bahia, com a tese intitulada *Perturbações Psychicas no Domínio da Hysteria*. Ele não conseguiu a vaga, que foi preenchida pelo Dr. Augusto Freire Maia Bittencourt. Quanto ao contexto, Newton Macêdo Campos (1990, p. 15-16) registra:

Foi aprovado em segundo lugar com um voto para o primeiro. Em sua frente classificou-se o Dr. AUGUSTO FREIRE MAIA BITTENCOURT – genro do Conselheiro JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA COUTO – que havia governado a Província de 10 de junho de 1885 a 8 de agosto do mesmo ano, e voltaria a governá-la de 14 de junho de 1889 até a Proclamação da República. No Brasil, desde PERO VAZ DE CAMINHA até os dias atuais, os genros de figuras ilustres ou poderosas têm sido tão afortunados quanto os nepotes do final da Idade Média. Existem veementes indícios históricos, que apontam, no episódio, a influência do famigerado pistolão. Curiosamente, foi o Conselheiro ALMEIDA COUTO, quem nomeou para Diretor do Liceu Provincial o Prof. ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO, que governou o cargo até o Governo Republicano de MANOEL JOAQUIM RODRIGUES LIMA, em 1892.

A passagem demonstra que, embora ele pudesse ser diretor da principal instituição de ensino secundário da Província da Bahia, parecia que ainda não estava habilitado para ser catedrático da Faculdade de Medicina, curso elitizado até os dias atuais. Campos (1990) refere-se a pistolão, na verdade, o concorrente era genro do conselheiro. Mas questiona-se, novamente, se o fato de ele ser negro não foi a principal barreira para o seu ingresso na

de 1871, do diretor de Instrução Pública da Bahia Francisco Rocha, a ampliação da rede privada em quantidade e qualidade.

instituição? Após esse fato, ele passa a exercer a medicina apenas para os estudantes do seu colégio.

Em 1902, Carneiro Ribeiro recebeu do então presidente da Comissão Especial do Código Civil, seu ex-aluno José Joaquim Seabra, o pedido para revisar o primeiro Projeto do Código Civil brasileiro. Da revisão, que o autor informa ter sido aligeirada, devido ao prazo de quatro dias que teve, aconteceu uma das maiores polêmicas linguísticas do Brasil. O seu também ex-aluno Rui Barbosa, então senador, após receber o documento, escreveu uma crítica à revisão do professor e propôs emendas ao documento.

Como resposta, Ernesto Carneiro Ribeiro publicou as suas *Ligeiras Observações*, em 26 de setembro de 1902, no Diário do Congresso. Em seguida, veio a *Réplica*, de Rui Barbosa, tecendo críticas à revisão realizada pelo seu antigo mestre. Como resposta, Carneiro Ribeiro elaborou *A redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa – Tréplica*. Nesse debate, Carneiro Ribeiro buscou fundamentar as suas escolhas, demonstrando vasto conhecimento filológico e conhecedor da tradição gramatical, mas considerou também algumas especificidades do português falado no Brasil.

Ernesto Carneiro Ribeiro foi sócio contribuinte do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e também foi o primeiro presidente da Academia de Letras da Bahia, onde permaneceu como seu representante do momento de fundação, em 1917, até a data de seu falecimento, em 20 de setembro de 1920. Naquela instituição, proferiu, em 21 de setembro de 1915, a conferência “Da educação em suas relações com a moral”, na qual versou sobre a importância da educação para a formação do saber e do caráter, para a formação do sujeito de forma integral. Essa sua fala, considerada histórica, expressou as concepções nas quais as suas práticas se baseavam:

Neste sentido, sua perspectiva educacional e filosófica foi a da moral, combatendo o princípio do *homo homini lúpus* e a concepção de ‘taboa rasa’ de Lock, na qual considerava o aluno desprovido de saber. Para ele, o ser era rico de ‘*noções, disposições, virtudes naturais e inatas*’ que apenas seriam desenvolvidos no processo educativo, pois a principal tarefa do mestre consistia em ensinar o aluno a instruir-se por si mesmo. Além disso, Carneiro Ribeiro juntamente com outro importante educador do período, o Dr. Abílio César Borges adotaria a *Educação Liberal* como corrente norteadora de sua proposta de ensino, perspectiva esta que demonstrava uma postura diferente do tradicional modelo aplicado no período que se baseava, sobretudo, nos castigos físicos [...]. (PITANGA, 2019, p. 7, grifos do autor)

O aprofundamento da pesquisa sobre Ernesto Carneiro Ribeiro, que ora se encontra em desenvolvimento, possibilitará conhecer outras produções suas e aprofundar a análise daquelas que foram apresentadas, inclusive sobre a sua concepção de educação, conforme demonstrado nessa citação.

Ao analisar a trajetória de Carneiro Ribeiro, parece que a sua condição de negro e pobre não pesou tanto quanto a sua genialidade. No percurso, acumulou feitos comuns a quem era rico, na época em que viveu: formou-se em medicina, foi professor de importantes instituições públicas e privadas, publicou gramáticas amplamente utilizadas na Bahia e no Brasil (SANTANA, 2007; SOUZA, 2012) e foi o primeiro presidente da Academia de Letras da Bahia. Embora essa realidade seja de poucos, reconstruir seu caminhar, assim como de tantas negras e outros negros contemporâneos, é necessário para revelar o que a história tradicional tentou apagar, desconstruindo, assim, mitos sobre negras e negros e mostrando que houve diferentes reações e ações desse grupo na sociedade.

***A grammatica portugueza philosophica:* questões preliminares**

No século XIX, momento de construção da ideia de nação e da identidade brasileira, foram muitas as questões sobre a língua, conforme se apresentou na seção anterior. No que diz respeito ao processo de escolarização do português, linguistas e historiadores da língua (HOUAISS, 1988; LOBO, 2003; LUCCHESI, 2017; MATTOS E SILVA, 2004) convergem na consideração de que as escolas e outras agências de letramento são espaços para a penetração da língua escrita.

A escola foi e ainda é o ambiente para a normatização de comportamentos e ações, incluindo a língua. Para seu ensino, deu-se início, no século XIX, ao processo de gramatização do português por brasileiros, mas pautado ainda no português europeu moderno. Inicialmente, as produções foram de cunho filosófico. A partir da influência do cientificismo, com o método histórico-comparativo, as gramáticas científicas começaram a ser publicadas no Brasil, tomando-se como marco a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, de 1881.

O processo de elaborar gramáticas revela um estágio de língua específico e as definições nela apresentadas refletem concepções adotadas pelo autor. A gramatização, conforme Sylvain Auroux (2009, p. 65, grifos do autor), é “[...] o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas

tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Considera-se, também, que representa uma norma que visa à padronização linguística e à regulamentação do uso pelos utentes.

Nesse processo, elege-se uma norma para ser representada. No caso do Brasil, a elite intelectual elegeu como referência o português europeu moderno para estabelecer uma norma-padrão, de cunho coercitivo e que não representava a língua portuguesa em uso. Em muitas gramáticas, as especificidades do português brasileiro são chamadas de *brasileirismos*, *provincianismos*, *barbarismos* ou vícios de linguagem (PEREIRA, 2007), conferindo e reforçando menor valor social aos usos dos brasileiros. De acordo com Faraco (2008, p. 64-65),

Estamos há mais de um século perdidos em grande confusão quanto ao reconhecimento das nossas características linguísticas. Ainda nos atrapalha enormemente o espírito aristocrático que, no século XIX, quis nos impingir certa norma lusitana como nossa norma-padrão e tachou de ‘incorretos’ muitos dos nossos usos cultos normais. E, mais grave: não conseguimos ainda assimilar conceitualmente a cara da nossa sociedade, em especial suas repercussões sobre nossa realidade lingüística.

O discurso purista sobre a língua, tomando como base o português de Portugal, e desconectado da realidade brasileira, permeia, interfere e persiste enraizado, ainda hoje, dificultando a mudança de perspectiva didático-pedagógica no ensino. A compreensão de como a língua foi representada e analisada no passado pode lançar luzes sobre a penetração do escrito e a relação do brasileiro com a metalinguagem, problemática até os tempos hodiernos. Justifica-se, assim, a necessidade de as gramáticas oitocentistas serem estudadas.

Dentre as obras escritas por Ernesto Carneiro Ribeiro, a *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881) foi construída, incorporando os pressupostos da corrente racionalista da *Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada* (2001) de Arnauld e Lancelot, para os quais os princípios da gramática geral, comuns a todas as línguas, estão na concepção da razão humana. Foi publicada em 1881, mas, conforme se registra no Parecer da Instrução Pública, foi avaliada em 1877, tendo sido escrita anteriormente. Essa gramática, segundo registra Deraldo Inácio Sousa (1957), só foi reeditada na coletânea *Estudos Gramaticais e Filológicos* (1957), sob sua responsabilidade. No mesmo ano de 1881, foi publicada a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, marco da gramatização brasileira, por se opor às gramáticas de cunho filosófico, e por ser uma produção de paradigma científico, baseado nas leis evolucionistas das

ciências naturais, fundamentada no método histórico-comparativo, no qual se comparava “a língua às espécies vivas que nascem, crescem, desenvolvem e morrem”. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 45) A gramática científica de Carneiro Ribeiro, chamada de *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* (1881), só foi publicada no ano de 1891, mas foi amplamente adotada, com diversas edições (1890; 1915; 1919; 1947; 1950; 1956).

No intervalo entre as suas duas publicações, a obra *Elementos de Grammatica Portugueza* foi aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública e foi publicada em 1885. Também de cunho filosófico, infere-se que essa obra tenha sido amplamente utilizada no ensino secundário, dada a quantidade de edições produzidas.³ Reforça essa hipótese o que registra Noemi Pereira de Santana (2007), ao tratar sobre o ensino de língua portuguesa na Bahia do século XIX, de que essa gramática foi usada no ensino secundário na instrução pública.

Serão analisados, então, alguns aspectos da *Grammatica Portugueza Philosophica*, diante da tradição gramatical que se desenvolveu no Brasil. (FÁVERO; MOLINA, 2006) Vão-se considerar a sua composição, os conceitos de gramática e linguagem adotados por Ernesto Carneiro Ribeiro. Também será abordada a sua classificação como “tardia”, por estudiosos do processo de gramatização.

Há duas edições da *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881). A primeira foi publicada pela Imprensa Economica, no ano de 1881, e a segunda, em 1957, integrando o volume 3 da coletânea *Estudos Gramaticais e Filológicos* com textos de Ernesto Carneiro Ribeiro, organizada por Deraldo Inácio de Sousa, pela Livraria Progresso Editora. Na capa dessa segunda edição, o organizador indica que a obra foi “cuidadosamente revista” e, no prefácio, informa que “[...] na época em que foi publicada foi considerada como a última palavra sobre a matéria que versa. Naquela recuada época, os estudos filológicos mal ensaiavam os seus primeiros passos”. (SOUZA, 1957, p. 387) Sousa não faz aí referência à *Grammatica Portugueza* (1881), de Júlio Ribeiro, ou mesmo sobre as concepções seminais do cientificismo apresentadas por Carneiro Ribeiro. Reconhece-se, dessa forma, que, nessa segunda edição, não houve mudanças significativas; tudo foi revisto, na sua obra posterior, os *Serões Grammaticaes*.

3 A obra *Elementos de grammatica portugueza* foi publicada com a revisão de Carneiro Ribeiro nos seguintes anos: 1885, 1887, 1890, 1893, 1898 e 1911. Há também a sétima edição (1932), pela Livraria Catilina, “refundid[a] e grandemente aumentad[a]” (SOUZA, 1957, p. 151) por Ernesto Carneiro Ribeiro Filho, e a oitava, de 1957, igual à anterior, conforme registra o seu prefácio de Deraldo Inácio de Sousa.

Isso não invalida as propostas anteriormente feitas, reconhecendo-se que são de grande relevância para os estudiosos da língua portuguesa.

A *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881) é considerada como uma produção tardia. Por gramática tardia, entende-se aquela de cunho geral ou filosófico que incorporou “no seu processo de descrição gramatical as inovações do método histórico-comparativo”, conforme Cristiano Jesuíta⁴ (2014, p. 12). Mesmo que sejam estabelecidos marcos na elaboração de periodizações e para tornar didáticas as análises históricas, não se pode prescindir de que o fluxo do tempo não prevê rupturas abruptas, mas multiplicidades de tempos e mais permanências que mudanças. (MATTOS E SILVA, 2008; PAIXÃO DE SOUZA, 2006) Da mesma forma, é importante ressaltar o registro, nas duas edições, de que o parecer do Conselho Superior de Instrução Pública foi feito no ano de 1877, sendo a sua elaboração em anos anteriores, possivelmente, e que Carneiro Ribeiro já estava em contato com as perspectivas que vigoravam na Europa.

Deve-se considerar, também, que a classificação de algumas propostas de periodização identifica os paradigmas “filosófico” e “científico”. No âmbito epistemológico, no entanto, destaca-se, assim como afirma Vieira (2016), que, ao longo do processo de gramatização, a elaboração de gramáticas, da Antiguidade Clássica aos dias atuais, independente da sua filiação paradigmática, representa a produção de conhecimento sobre a língua socioculturalmente relevante, não cabendo considerar nenhuma delas como sendo não científica ou pré-científica.

A primeira edição da *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881) é composta pelo prefácio, o parecer do Conselho Superior de Instrução Pública, a introdução e as partes do discurso. A gramática é dividida em quatro partes: a Phonologia, a Orthografia, a Lexicologia e a Phraseologia, mesma divisão de gramáticas da tradição filosófica. Na segunda edição, acresce-se o prefácio à 2ª edição.

A definição de gramática, nos anos 1870, evidencia a tensão entre o paradigma filosófico, instituída, e o científico, que já se introduzia e influenciava os estudiosos brasileiros. (CAVALIERE, 2014) Carneiro Ribeiro, na

4 O único trabalho de pós-graduação que estabelece a *Grammatica Portugueza Philosophica* como objeto de análise é a dissertação *As gramáticas gerais e filosóficas tardias do século XIX*, de Cristiano Silva Jesuíta (2014). Nesse estudo, analisa-se a sua composição e a relaciona com a *Grammatica Analytica da Língua Portugueza*, de Olivier Grivet, categorizadas pela tradição como produções tardias, aspecto contestado pelo autor do estudo, pois, para ele, os tempos históricos se sobrepõem, não havendo rupturas, mas mudanças lentas e graduais das concepções de gramática e nela adotadas.

Grammatica Portugueza Philosophica, demonstra essa tensão ao definir que a “Grammatica é a sciencia de enunciar os nossos pensamentos segundo as regras estabelecidas pela razão e pelo bom uso; mais geralmente, porem, considerada, pode-se definir a grammatica a sciencia da linguagem” e acrescenta “A grammatica é ao mesmo tempo uma sciencia e uma arte: sciencia porque ensina a conhecer os princípios geraes da linguagem, os elementos que a constituem; arte, porque expõe os preceitos, as regras relativas à mesma linguagem”. (RIBEIRO, 1881, p. 7) Para contrastar, veja-se a definição, no *Epítome da Grammatica Portuguesa* (1806; 1818), de Antônio de Moraes Silva, na qual a “Gramática é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meio de palavras”. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 60)

É interessante como Carneiro Ribeiro dialoga com os dois paradigmas na definição de gramática quando comparada à de Moraes Silva. Primeiramente, Carneiro Ribeiro considera a gramática como representação do pensamento, porém não a define apenas como arte, mas como ciência da linguagem, ainda que seja com base no bom uso e pela razão, o que preconizava a abordagem filosófica. Cavaliere (2014, p. 30, grifo do autor) elucida esse contexto:

Advirta-se que o termo ‘gramática filosófica’ nem sempre expressa nesse momento [década de 1870] dos estudos gramaticais brasileiros um ideário estreito com o racionalismo predominante até o final do século anterior. O termo por vezes significa algo assemelhado a ‘gramática geral’, no sentido de dedicar-se não propriamente ao estudo de uma língua determinada, mas à investigação da linguagem humana *lato sensu*. A confusão quanto ao uso do adjetivo *filosófico* se deve, certamente, à natural balbúrdia designativa em momentos de intensa ruptura, em que os conceitos de um novo paradigma científico acabam imiscuindo-se com outros da velha ordem.

Essa confusão é ainda mais acentuada quando Carneiro Ribeiro justifica, logo após a definição, por que gramática é arte e ciência ao mesmo tempo: ciência, por dar a conhecer os princípios gerais da linguagem e os elementos que a constituem; arte, por expor as regras da linguagem. A balbúrdia designativa também se desdobra na definição de linguagem. Ao apresentar a relação da gramática com as regras da razão e do bom uso, expressa-se a concepção de linguagem enquanto representação do pensamento, ao mesmo tempo que a considera um organismo vivo.

Assim como a tradição dos enciclopedistas, Carneiro Ribeiro apresenta a divisão metodológica entre “geral” e “particular” e acrescenta a “comparada”. A geral é uma ciência que analisa os princípios invariáveis e universais

da linguagem; a particular, a aplicação desses princípios aos usos em uma língua – e é a que se define como a arte de ler, escrever e falar a língua corretamente; e a comparada investiga analogias e semelhanças entre duas ou mais línguas a partir de fatos e transformações.

O diálogo com o paradigma científico limita-se, no entanto, à parte introdutória. A análise gramatical proposta por Carneiro Ribeiro, na *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881), permanece na perspectiva filosófica. É preciso, no entanto, analisar as definições apresentadas nas quatro partes da gramática, mas esse ponto será objeto de outros trabalhos.

Considerações finais

Este estudo objetivou reconstruir e apresentar, brevemente, a trajetória de Ernesto Carneiro Ribeiro e o contexto em que viveu para lhe render homenagem e para melhor compreender um dos seus escritos, a *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881). A história desse intelectual negro demonstra a sua ação à revelia do que se esperava na sociedade oitocentista: sendo negro e pobre, formou-se em medicina, tornou-se professor renomado, produziu obras relevantes para o ensino, na Bahia do século XIX, e assumiu importantes funções no cenário cultural e educacional. O levantamento ora apresentado não se finda aqui, ainda há muito a ser desvendado na prospecção em arquivos públicos e bibliotecas.

A gramática filosófica analisada revela que Carneiro Ribeiro buscou atualizar os seus fundamentos, ainda que de forma seminal. A obra demonstra, no entanto, o conhecimento a ser melhor estruturado nos *Serões Gramaticais*, conforme indicam a análise apresentada e as reflexões dos estudiosos de gramáticas mencionados. As pesquisas sobre suas obras têm se ampliado, embora ainda predominem sobre a obra circunscrita no paradigma científico. O levantamento e a análise do conjunto da sua obra têm muito a contribuir para a História das Ideias Linguísticas.

As contribuições no âmbito da História Social da Cultura Escrita e da História Social Linguística relacionam-se à dupla função que a *Grammatica Portugueza Philosophica* assumiu enquanto livro que circulou socialmente. Como manual didático, foi amplamente utilizado pela sociedade como forma de aprender e refletir sobre a língua, além de atuar como força coercitiva. Estabeleceu, também, um estágio específico de língua e representou uma norma linguística vigente, viabilizando a análise sobre a língua no oitocentos.

Referências

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009.

BRASIL. *Decreto nº 1.331-A, 17 de fevereiro de 1854*. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. (Coleção de Leis do Império). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1827. (Coleção de Leis do Império). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 15 jul. 2019.

CAMPOS, N. M. *Ernesto Carneiro Ribeiro: sábio e santo*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

CASTILLO G. A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 93-124, 2003.

Cavaliere, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARIA, A. J. *Memoria historica dos principaes acontecimentos da Faculdade de Medicina da Bahia durante o anno de 1859*. Bahia: [s. n.], 1860. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27280>. Acesso em: 4 ago. 2020.

FÁVERO, L. L.S.; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIGUERÊDO, A. *Carneiro Ribeiro: uma vida de trabalho e de virtudes*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

HOUAISS, A. *O português do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Folha Carioca Ed., 1988.

JESUÍTA, C. S. *As gramáticas gerais e filosóficas tardias do século XIX*. 2014. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

LOBO, T. C. F. A questão da periodização da história lingüística do Brasil. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. *Razões e emoções: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. p. 395-410.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 347-382, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/34369/23622>. Acesso em: 3 out. 2017.

MATTOS E SILVA, R.V. *Ensaio para sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, R.V. Introdução. In: MATTOS E SILVA, R.V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 7-26.

NUNES, A. D'A. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. *Publicatio UEPG Ci. Hum. Ci. Soc. Apl. Ling., Letras e Artes*, Ponta Grossa, v.16, n. 2, p. 208-224, 2008.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 2, p. 49-68, 1998.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Linguística Histórica. In: PFEIFFER, C.; NUNES, J. H. (org.). *Introdução às ciências da linguagem: língua, sociedade e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006. v. 3, p. 11-48.

PETRUCCI, A. Para la historia del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. In: PETRUCCI, A. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 25-39.

PINTO, A. C. *Memoria historica dos acontecimentos mais notaveis da Faculdade de Medicina da Bahia no anno de 1864*. Bahia: [s. n.], 1865. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27275>. Acesso em 4 ago. 2020.

PITANGA, I. L. Ernesto Carneiro Ribeiro: a trajetória intelectual do professor negro baiano (1839-1920). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-BRASIL, 30., 2019, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE, 2019. p. 1-13. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564830106_ARQUIVO_CarneiroRibeiroAnpuh.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

RIBEIRO, D. C. *Ernesto Carneiro Ribeiro: sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: José Konfino Editor, 1939.

RIBEIRO, E. C. *Grammatica portugueza philosophica*. Bahia: Imprensa Economica, 1881.

SANTANA, N. P. *Escolarização na Bahia na transição império-república e a constituição da norma culta do português brasileiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOUSA, D. I. (ed.). *Estudos gramaticais e filológicos*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

SOUZA, E. H. P. M. A língua e a escola na Bahia no século XIX: um olhar sobre materiais didáticos. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J. *et al.* (org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012. p. 647-666.

VIEIRA, F. E. Gramatização brasileira contemporânea do português. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (org.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016. p. 19-70.

Aprendizagem da língua portuguesa em contexto inclusivo: um estudo de caso com alunos surdos e ouvintes¹

Jocelma Rodrigues dos Santos
Valquíria Claudete Machado Borba

Introdução

Pensar em inclusão nos leva a refletir sobre um sistema educacional que sempre se manteve discriminador e seletivo, principalmente, no que diz respeito aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 208, inciso III, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante “a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2000, p. 57)

Na década de 1990, a Declaração de Salamanca (1994), como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, reforçou a inclusão de crianças, jovens e adultos com NEE, dentro do sistema regular de ensino, enfatizando princípios, políticas e práticas referentes a um novo pensar em educação especial com orientações para ações nacionais, regionais e internacionais.

No Brasil, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho de Educação Básica (CEB) nº 2, de setembro de 2001, instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, trazendo em seu 2º artigo que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos,

1 Este texto apresenta resultados parciais da dissertação de mestrado intitulada *Aprendizagem da Língua Portuguesa escrita em contexto inclusivo: o estudo de caso com alunos surdos e ouvintes*, defendida por Jocelma Rodrigues dos Santos, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Valquíria Claudete Machado Borba, no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), no ano de 2020.

cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, p. 2), considerando, em seu artigo 5º,

[...] educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquela não vinculada a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001, p. 2)

A convenção de 25 de agosto de 2009, em seu artigo 1º, Decreto nº 6.949, define que “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e afetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, 2009, p. 2)

Dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) revelaram que 6,2% da população brasileira tinham algum tipo de deficiência. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, atualizada em 2017, considerou quatro tipos de deficiência: auditiva, visual, física e intelectual. (VILLELA, 2015)

Com base no Censo escolar de 2016, o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), o percentual de matrículas de alunos com deficiência estava em 3% nos anos iniciais do ensino fundamental, passando para 2% no segundo ciclo do ensino fundamental e 0,9% no ensino médio. Em 2018, dados do INEP mostraram avanços na matrícula de alunos com deficiências em classes comuns, as chamadas classes inclusivas, ou em classes especiais, chegando a 1,2 milhões, com aumento significativo relacionado a 2016. Embora seja notório o avanço no atendimento de estudantes com deficiência, infelizmente, grandes parcelas destes estudantes encontram-se fora do espaço escolar, conforme resultados estatísticos de 2018 do Censo escolar INEP.²

2 Dados do Censo escolar de 2018, ver: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-Da-educacao-basica>.

A partir desse contexto, buscamos mais informações e conhecimentos sobre a questão da inclusão, com foco no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, visando conhecer como, na prática, está acontecendo esse processo em uma sala de aula com alunos surdos e ouvintes. Para isso, inicialmente, vejamos algumas estratégias de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa em sala de aula inclusiva.

Estratégias para o ensino-aprendizagem de português em sala de aula inclusiva

Ao falarmos em inclusão escolar, devemos também relacioná-la à atenção, compreensão, participação e envolvimento do aluno com deficiências como surdez, cegueira, déficit intelectual, entre outros, no sistema educacional oferecido, em que, ao fazer parte da escola, o aluno deve ter acesso à possibilidade e condições de aprendizagem por meio de estratégias metodológicas adequadas às especificidades exigidas.

Todos os alunos com deficiências, independente de qual tenha desenvolvido, têm NEE que precisam ser acolhidas e trabalhadas pela escola. A inclusão deve acontecer de forma que todos tenham o direito de participar do espaço, seja ele educacional ou não, sem sofrer qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Já demarcado anteriormente com a Declaração de Salamanca em 1994, marco para a transformação do conceito de educação inclusiva, o direito à educação foi garantido pela Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação, reafirmado no artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 32)

Em relação à inclusão dos alunos surdos, a linguista Ronice Quadros (2008) destaca a importância de desenvolver uma educação que vá além do bilinguismo para contemplar as necessidades educativas de surdos e ouvintes.

Deve-se atentar também para as culturas nas quais a criança está inserida. A comunidade surda apresenta uma cultura própria que deve ser respeitada e cultivada. Ao mesmo tempo a comunidade ouvinte tem a sua cultura. Por isso, uma proposta puramente bilíngue não é viável. Uma proposta educacional,

além de ser bilíngue, deve ser bicultural para permitir o acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte e para fazer com que ela se reconheça como parte de uma comunidade surda. (QUADROS, 2008, p. 28)

Por isso, se faz necessário realizar um percurso metodológico que garanta a compreensão do processo ensino-aprendizagem do português como segunda língua em contexto de inclusão, bem como refletir sobre a dinâmica da sala de aula, destacando algumas estratégias indicadas por pesquisas como possibilidades para o trabalho com sala de aula inclusiva que apresenta alunos surdos e ouvintes. É importante atentar para o reconhecimento de que as necessidades dos estudantes são diferentes e precisam ser desenvolvidas durante a prática pedagógica do professor para tentar superar a necessidade educacional estabelecida ao longo de seu percurso escolar.

Nessa direção, para o surdo aprender a modalidade escrita da Língua Portuguesa, são necessárias harmonia com a sua língua materna, a Libras, e valorização da cultura e identidade surda. É importante investir em procedimentos que sejam interessantes tanto para o surdo quanto para o ouvinte, realizando diversas atividades para favorecer a aprendizagem, ressignificando as dinâmicas de forma a atender aos dois grupos.

Algumas estratégias têm sido desenvolvidas em intervenções pedagógicas em cursos de Mestrado Profissional. As atividades são desenvolvidas a partir de um trabalho de intervenção pedagógica, construídas através de sequências didáticas e o uso de gêneros textuais diversificados.

Uma das intervenções pedagógicas desenvolvidas a partir de sequências didáticas foi a de Placha (2015),³ que desenvolveu um trabalho voltado para leitura e escrita, utilizando-se de material exposto, *outdoors* na cidade, de Vitória da Conquista (BA), com temática voltada para a campanha de prevenção contra o câncer, o outubro rosa.

O trabalho foi realizado em dois momentos, intitulados “Campanha outubro rosa” e “Sanduíche verão colorido”. O primeiro momento foi realizado a partir de uma campanha de prevenção contra o câncer com leituras de textos informativos, cartazes da campanha, exposição de vídeos, confecção de cartazes, *outdoor*, roda de conversas, entre outros.

No segundo momento da atividade, foi desenvolvida a proposta de produção de um sanduíche natural, usando o gênero textual receita culinária,

3 Trabalho desenvolvido no Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

com leituras de textos informativos, pesquisas, conversa sobre as produções, visita ao supermercado, tudo sendo realizado para a prática de atividades mais visuais, utilizando textos informativos, que trazem instruções e procedimentos.

Foram sendo observadas, ao longo das atividades, mudanças em relação à aprendizagem dos alunos surdos, que se envolveram na realização das tarefas por terem acesso às informações primeiramente através da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para depois ser efetivado o trabalho com a Língua Portuguesa.

O trabalho com textos de circulação social beneficia a aprendizagem dos alunos, por serem textos de sua vivência real, tornando o contato mais significativo e favorecendo uma participação mais ativa. O acesso dos alunos surdos à língua é diferente ao dos alunos ouvintes, e isso precisa ser trabalhado, a exemplo da explicação ser feita em Libras e em português oral. Não basta somente o envolvimento individual do aluno com o visual, é necessária a mediação do professor.

Ainda, a ativação dos conhecimentos prévios é necessária tanto para os surdos quanto para os alunos ouvintes. É importante ressaltar que, embora o trabalho não tenha sido realizado em contexto de inclusão,⁴ configura-se como possibilidade de utilização em contexto inclusivo, uma vez que podem ser feitas adaptações necessárias para atender aos dois grupos, os alunos surdos e alunos ouvintes.

Outra intervenção pedagógica, realizada por Menezes (2015),⁵ ocorreu em Salvador (BA) com o uso do gênero receita culinária em uma turma do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de uma escola do ensino fundamental II. Foram realizadas situações didáticas de leitura, escrita e reescrita das produções textuais pelos alunos. A sequência didática foi realizada a partir de três módulos e nove oficinas. Foram gerados nove encontros de 30 minutos. Ocorreu, primeiramente, a exposição oral ao gênero, a sensibilização, verificação dos conhecimentos prévios, desenvolvimento da oralidade com apresentações, diferenciação da modalidade oral e escrita.

No segundo módulo, foi realizada a leitura do gênero textual receita, trabalhou-se com a estrutura e características do gênero proposto, tema, sentido, elaboração de inferências; e produção textual do gênero textual no último módulo, com apresentação dos elementos composicionais, exploração

4 A atividade foi realizada na Escola de Educação Especial Lions Clube (EDELCL) em Vitória da Conquista (BA).

5 Trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

do sentido do texto, do gênero e do contexto de produção, revisão do texto, entre outros.

Inicialmente foi mostrada, através de conversa explicativa, a proposta para os alunos, em seguida, atividade para a obtenção dos conhecimentos prévios com uso de imagens de receitas para preparação do prato pelos alunos, fazendo posteriormente a comparação do que produziram com o original. Posteriormente, foi solicitado um trabalho de pesquisa sobre receitas tradicionais. Na aula seguinte, os alunos apresentaram as pesquisas e explicaram as receitas para os colegas, a partir de um trabalho oral em que poderia também ser usada a Libras. Depois, foi mostrado aos alunos o portador de texto em que podem ser encontradas as receitas, neste caso, as revistas, e depois foi feito um trabalho com a leitura e produção textual.

A exposição a diversos textos de receitas de maneira verbal e não verbal ajudou na compreensão dos alunos, e o uso da Libras proporcionou mais um conhecimento ao aluno ouvinte, ou seja, saber que a Libras existe e é um universo a ser explorado, despertando o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a mesma, como a aprendizagem de alguns sinais em Libras para usar com os surdos.

A terceira proposta, de Jesus (2016)⁶ trata-se de leitura de contos afro-brasileiros, uma proposta de desenvolvimento da compreensão leitora no contexto inclusivo, que teve por objetivo possibilitar aos educandos o contato com diversas literaturas afro-brasileiras para o aprimoramento da leitura e compreensão do gênero conto, promovendo momentos de discussão, leituras e interação, pensando no espaço escolar inclusivo em que os sujeitos possuem diferentes necessidades de aprendizagem.

A proposta foi realizada em Muritiba (BA), em seis etapas, além da atividade diagnóstica, em uma turma de 8º ano, com alunos ouvintes e uma aluna surda. Durante a primeira etapa, foi trabalhada a importância da leitura e a sua utilidade no dia a dia. A proposta foi direcionada à leitura e à compreensão leitora com enfoque nos contos afro-brasileiros, tecendo relações entre a leitura e a literatura. Na segunda etapa, foram apresentados aos educandos os elementos que compõem os contos de forma geral. Na terceira etapa, foram realizadas as atividades visuais com apresentação impressa do conto e vídeos correspondentes, pois foi informado aos alunos que os contos podem ser transformados em histórias.

6 Trabalho desenvolvido no Proletras na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

A quarta etapa foi o contato com a leitura de outros contos afro-brasileiros, sendo os alunos incentivados a escolher um deles para apresentar aos colegas. A quinta etapa correspondeu à relação de imagens em que fizeram relação com o conto “Minha Cor”, de Raquel de Almeida. E, na última etapa, os alunos produziram um painel com as opiniões de todos os estudantes sobre o conto trabalhado. E depois foi realizada uma roda de conversa para discussão das produções com autoavaliação tanto da professora quanto dos alunos.

Por ter uma aluna surda, o trabalho com a exposição em Libras foi fundamental para a compreensão do que estava sendo exigido e para a aprendizagem das habilidades de leitura e escrita.

Ao terminarmos a aula, perguntamos a E27, aluna surda, se ela tinha compreendido a interpretação do conto. Ela respondeu que sim e sinalizou ter gostado da atividade, por envolver aspectos mais visuais. Essa fala da educanda serviu-nos para reiterar a ideia de que os aspectos visuais devem ser bastante utilizados como forma de auxiliar o aprendizado tanto dos alunos surdos quanto dos alunos ouvintes. (JESUS, 2016, p. 92)

A quarta proposta que trazemos é a de Almeida (2016),⁷ que apresentou uma sequência didática em classe inclusiva no município de Feira de Santana (BA), com o objetivo de propor atividades de produção textual através de gêneros de narrativas autobiográficas, visando ao desenvolvimento da escrita no contexto de inclusão para produção de um glossário digital sinalizado em Libras. O enfoque foi no letramento de alunos ouvintes e surdos, para estes em sua segunda língua.

A sequência teve início a partir de uma atividade diagnóstica, e, posteriormente, aulas para o desenvolvimento da escrita, finalizando com a reescrita da produção textual. A primeira etapa foi de mobilização para mostrar a proposta de intervenção. A segunda etapa teve dois momentos, com objetivo de conhecer o gênero textual autobiografia, identificar e analisar as suas características.

A terceira etapa constituiu-se no preparo dos alunos para a produção das autobiografias com aulas também para reescrita. Houve, também, aulas utilizando a metodologia Contrastiva, descrita por Quadros (2008), que se baseia em comparações em ambas as línguas, Libras e português, usando a estrutura das frases como dinâmica. Nessa etapa, ainda foi iniciado o trabalho para a produção de glossário.

7 Trabalho desenvolvido no Profletras, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O uso da língua de sinais como estratégia de apresentação de conteúdo ou de exemplos desses conteúdos, como é o caso da autobiografia sinalizada que apresentamos, nos mostra que a reorganização das nossas práticas visando à valorização da Libras em uma sala com presença de surdos não representa a desvalorização da LP. Além do mais, além de se sentirem incluídos de verdade, percebendo a nossa preocupação em fazê-los pensar e discutir a partir da sua própria língua, tais práticas não prejudicaram o entendimento do assunto por parte dos ouvintes, uma vez que o vídeo, além de legendado em LP, contou com a leitura em voz alta dessa legenda por parte da professora regente. (ALMEIDA, 2016, p. 137)

A quarta e última etapa tratou da produção final. E ainda houve a culminância dos trabalhos, com a publicação do material em *blog* criado para mostrar as memórias autobiográficas.

Essa proposta assim como as outras apresentadas são interessantes e produtivas, apresentando resultados motivadores para pensar a sala de aula inclusiva com alunos surdos e ouvintes. Todas as propostas trabalharam com gêneros textuais, destacando sua composição, seu uso social, levando a práticas e considerando a comunicação em Libras e um uso significativo de imagens.

Destacamos também, além de intervenções pedagógicas com sequências didáticas, o trabalho com a Literatura Surda, tendo como principal representante a autora Karnopp (2006). Conforme Penha (2019),⁸ a Literatura Surda enfatizada na teoria de Karnopp (2006) também se configura como uma forma de trabalho significativo no desenvolvimento das atividades pedagógicas pelo aluno surdo, sem prejuízo aos alunos ouvintes, por tratar de textos literários produzidos em sinais, que traduzem a experiência visual e possibilitam várias representações dos surdos, reafirmando a comunidade surda com identidade linguística e cultura diferente.

A utilização desses contos pode ser utilizada tanto em Libras quanto na Língua Portuguesa, possibilitando a ampliação vocabular, permitindo a acessibilidade a novos conhecimentos de maneira prazerosa e significativa.

A Literatura Surda é um ótimo recurso para ser utilizado em consonância com o português seja oral ou escrito, a fim de permitir acessibilidade aos dois grupos linguísticos em questão.

A partir do exposto, temos a convicção de que é possível o desenvolvimento de estratégias que levem em conta características e necessidades de alunos surdos e ouvintes, garantindo o fortalecimento de práticas mais inclusivas.

8 Dissertação de mestrado acadêmico do PPGEL da UNEB.

Vimos algumas práticas que foram frutos de pesquisas. E na realidade, como está acontecendo o ensino-aprendizagem em salas de aulas inclusivas? Trazemos um estudo de caso a seguir.

A sala de aula inclusiva: um estudo de caso com alunos surdos e ouvintes

Tendo em vista nosso interesse em analisar o processo de ensino-aprendizagem do português escrito numa sala de aula inclusiva, trazemos alguns dados da observação que foi realizada em uma turma de 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal de Itaberaba (BA).

Nessa turma, o professor de Língua Portuguesa era formado em Letras Vernáculas, sem cursos na área da Surdez, contratado, e estava substituindo a professora da turma, que se encontrava realizando qualificação profissional em curso de pós-graduação. Esse professor, substituto, tinha pouca experiência na educação de surdos.

A intérprete da Libras que o auxiliava era graduada em Pedagogia e tinha curso básico e intermediário em Libras, e curso de Cultura e Literatura Surda. Era contratada, cumprindo carga horária de 20 horas semanais. Não tinha experiência com a educação de surdos, sendo a primeira vez que trabalhava com a interpretação da Libras para surdos. Interpretava as disciplinas de Inglês, Ensino Religioso, História e Geografia, mas só tinha formação na área de Ensino Religioso.

Na turma, havia dois alunos surdos, que tinham 17 e 18 anos, um do sexo masculino e o outro do sexo feminino. O aluno A, do sexo masculino, tinha apenas seis meses de contato com a Libras. Filho de pais ouvintes, não tinha domínio da Libras, oralizava, fazia a leitura labial, e tinha o recurso dos gestos na comunicação, pois na cidade em que ele morava não havia desenvolvida uma política educacional relacionada à surdez, por isso, apresentava características voltadas para a cultura ouvinte, por ter se tornado surdo entre sete e oito anos de idade.

A aluna B, do sexo feminino, filha de pais ouvintes, tinha conhecimento da Libras há pouco mais de um ano, possuindo comprometimento psicomotor, devido à paralisia cerebral de grau leve. Tinha média fluência na sua língua materna, a Libras, estando em nível intermediário em transição para o nível avançado, conforme dados do AEE.

Os alunos ouvintes tinham entre 13 a 16 anos, sendo no total de 27, diversificados nos aspectos cognitivos e comportamentais. A aprendizagem ocorria de forma variada, uma minoria de alunos tinha facilidade na aquisição dos conteúdos, a maioria tinha dificuldades na assimilação dos assuntos estudados, conforme descrição do professor.

Observamos 20 aulas de maneira alternada, com 50 minutos cada, pois a turma não dispunha de aulas conjugadas, constituindo-se por cinco aulas semanais de uma aula, de segunda a quarta-feira no primeiro horário, e na sexta-feira, duas aulas, uma no primeiro e a outra no último horário.

Descrevemos aqui uma análise de duas aulas que consideramos representativas do período de observação, que foi de 11 de fevereiro a 20 de junho de 2019. Nessas aulas, estavam presentes os alunos surdos, os alunos ouvintes, a intérprete e o professor.

Iniciamos as observações das aulas no dia 11 de março de 2019, que teve início às 7h da manhã com a participação dos alunos surdos, que, até então, não estavam frequentando as aulas devido a problemas com o transporte. A aula, com alunos surdos e ouvintes, mediada pelo professor, que contava com o apoio da intérprete da Libras para a tradução das aulas aos alunos surdos, transcorreu normalmente. A intérprete se posicionava na frente dos alunos surdos, dispostos em uma mesma fila, próximos ao quadro branco para melhor visualização da interpretação, atenção, concentração e contato com a intérprete.

A intérprete permanecia sentada e se direcionava aos alunos surdos, somente mantendo contato com o professor quando era sinalizada pelo aluno surdo a comunicação direta com o professor. A tradução era simultânea, no momento da aula, passando a mensagem do português para a Libras. Assim, o professor falava em português, a intérprete recebia a mensagem, traduzia para Libras e repassava para os surdos; os surdos processavam as informações, e, tendo dúvidas, faziam indagações ao professor através da tradutora-intérprete.

Ao iniciar a aula, o professor conversava com os alunos e colocava a pauta do dia no quadro branco, para que todos pudessem acompanhar o desenvolvimento da aula. O conteúdo desse dia foi sobre pluralidade cultural, título do texto de Maurício Érnica, localizado no livro didático adotado pela Rede Municipal de Itaberaba *Singular e Plural: leitura, produção e estudos de linguagem*, das autoras Laura de Figueiredo, Maria Balthasar, Shirley Goulart da editora Moderna, 2ª edição, São Paulo, 2015. O livro fora entregue aos alunos em 2017 para ser usado até 2019. Os alunos surdos usavam o mesmo livro, entretanto,

apenas um deles trazia o livro para a escola, e, por isso, o professor solicitava que os dois alunos surdos sentassem juntos para acompanhar a atividade.

O professor pediu aos alunos que fizessem a leitura do texto silenciosamente, o que excluiu os alunos surdos por estes dependerem da interpretação do texto em Libras, já que, no momento, nem o professor fez a leitura para o surdo, nem a intérprete⁹ fez a interpretação, pois necessitaria da ajuda de alguém para fazer a leitura. O tema trabalhado pelo professor foi o da “pluralidade cultural”, enfocando a diversidade cultural brasileira em sala de aula, texto descrito na página 63 do livro didático.

Posteriormente, através da leitura compartilhada, o professor promoveu o exercício de compreensão leitora com questões e impressões sobre o texto, tratando sobre a diversidade cultural. Depois, o professor fez a leitura do texto em voz alta e, neste momento, incluiu os alunos surdos, através do trabalho da intérprete, que fez a interpretação dando acesso ao que estava escrito no texto, possibilitando interação dos alunos surdos com o texto.

Os alunos surdos participaram normalmente a partir da intervenção da intérprete, dando suas opiniões, e, junto ao professor, quando era solicitado esclarecimento sobre o conteúdo. Interessante destacar o cumprimento da pauta da aula, descrita sempre no início, e atendimento a todos indistintamente. Alguns alunos ouvintes eram estimulados a participar fazendo a leitura.

A aula observada apresentou metodologia da leitura compartilhada e participativa, com o uso do quadro branco e do livro didático como único recurso didático tecnológico. Não foi uma aula motivadora, nem para os alunos surdos, nem para os ouvintes, pois os alunos liam baixo, a intérprete não conseguia acompanhar o que estava sendo dito para repassar para os alunos surdos, ficando a mensagem descontextualizada, fragmentada. Não foi feito uso de imagens como recurso visual.

A atividade poderia ter sido melhor aproveitada se houvesse um estímulo introdutório do assunto que seria tratado, talvez, de início, feita a leitura pelo professor, de forma instigadora, usando o recurso de imagem, importante para melhor compreensão dos alunos surdos, até mesmo o uso de vídeo em Libras, que facilitaria a acessibilidade ao texto. Ficou a impressão de que nem sempre há um planejamento entre professor e intérprete também, uma vez que os alunos surdos não fizeram a leitura como solicitado, como já foi

9 A intérprete precisava do apoio do professor para a leitura em voz alta para interpretação, não é comum a interpretação direta do intérprete fazendo a leitura do que está escrito. Neste momento, os surdos apenas observavam as imagens que estavam no texto.

exposto. Um trabalho conjunto entre professor e intérprete teria levado a uma forma de ajudar os alunos surdos com a leitura.

Como sugestão para o desenvolvimento da aula, acreditamos que poderia ter sido entregue o texto previamente à intérprete para que fosse gravado um vídeo para ser usado no momento da leitura silenciosa. No momento da aula, percebemos uma certa interação entre professor e intérprete, houve diálogo, mas muito rápido, talvez, fruto da falta de um contato maior, pois no planejamento das aulas nas atividades complementares, não havia um momento específico para o professor e o intérprete dialogarem, entre outras razões, devido, às vezes, ao horário de trabalho não coincidir.

A segunda aula que trazemos para análise ocorreu no dia 29 de maio de 2019, já na segunda unidade de ensino, e teve início com a presença de alunos ouvintes e alunos surdos. Nessa aula, foi realizada a correção de uma atividade do livro didático com as respostas colocadas no quadro branco para que todos pudessem acompanhar, corrigir e copiar em seu caderno. A atividade do livro didático foi sobre formação de palavras, localizada a partir da página nº 188, enfocando o processo de composição, derivação com o uso de afixos: prefixos e sufixos.

Os alunos surdos apenas copiaram as respostas do quadro branco no caderno. Somente os ouvintes interagiram com o professor na resolução da atividade, não houve interação entre os alunos surdos e o professor, justamente porque não fora disponibilizado um tempo para a intérprete repassar a mensagem para os surdos, para que eles compreendessem e pudessem interagir também tanto com o professor quanto com os colegas da turma.

A intérprete não conseguiu acompanhar a correção da atividade, por conta da necessidade de espera, devido à dinâmica da própria interpretação, que seria a intérprete repassar para os surdos a informação dada pelo professor, os surdos receberem a mensagem, processarem e passarem para a intérprete repassar ao professor, necessitando, assim, de um tempo para todo o processo ser realizado.

Os alunos surdos não conseguiram copiar as respostas até o término do horário.

A partir do exposto, nos perguntamos: qual a preocupação com a aprendizagem dos alunos surdos? Por que foram ignorados? Por que não se pensou em metodologias e estratégias mais motivantes tanto para os alunos surdos como para os ouvintes? A intérprete não tem voz, sendo apenas uma

reprodutora de mensagens quando for possível? Em que momento esta realidade é pensada e avaliada na escola?

Percebemos que os ouvintes compreenderam o exercício e participaram, interagindo com o professor, entretanto, não houve garantia da compreensão dos alunos surdos pela falta de interação entre professor, alunos surdos e ouvintes. Em seguida, foi sinalizada uma atividade sobre linguagem verbal e não verbal para ser realizada como atividade extraclasse.

O professor descreveu uma situação em linguagem verbal e os alunos tinham que transformá-la em linguagem não verbal. Por exemplo, o professor descreveu no quadro provérbios como “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”, e o aluno tinha que colocar a imagem que melhor se adequasse ao contexto da frase. Atividade, esta, bem mais aceita pelos alunos surdos do que a anterior, principalmente por envolver a linguagem não verbal.

Além dessas aulas descritas, foram observadas mais 18 aulas, no total de 20, todas, seguindo 50 minutos de aula, com ritual metodológico de escrita no quadro branco da pauta do dia, explanação oral-participativa, com resolução de exercícios, uso do livro didático, leitura silenciosa e compartilhada. Como recurso didático tecnológico observamos sempre os mesmos: quadro branco, livro didático, textos xerografados. Percebemos a falta de uma metodologia para o ensino de Língua Portuguesa, conforme documentos como os Parâmetros curriculares nacionais (PCN) (1998) e a *Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica* (2018) apontam, em que o trabalho deve ser diversificado, focado nas interações sociais e para os aspectos linguísticos contextualizados a partir das práticas sociais de leitura e escrita.

Considerações finais

Sobre esta sala de aula inclusiva, verificamos ser um espaço que ainda merece muita atenção devido à percepção de que as aulas ainda não ocorrem de maneira motivadora, levando em conta as características e necessidades dos alunos surdos, não havendo desenvolvimento de práticas interacionais e inclusivas de fato.

Tanto o professor como a intérprete não tinham formação suficiente para o ensino de alunos surdos. Notamos, também, que na escola não havia materiais em Libras, nem materiais adaptados, e o equipamento de *datashow*, que poderia ser usado pelo professor, não havia em quantidade suficiente para uso regular nas aulas.

Acreditamos que a sala de aula inclusiva deveria ser equipada com materiais didáticos e recursos tecnológicos adequados para a atuação do professor.

Ainda sobre a intérprete, ela não tinha formação adequada, em nível superior nem o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Prolibras), conforme Decreto Federal nº 5.625 de 2005, nem experiência com a educação de surdos. Sua formação a limitava, muitas vezes, para acompanhar adequadamente os alunos surdos em disciplinas como inglês, por exemplo.

Além disso, não havia um planejamento conjunto das aulas entre o professor e a intérprete, nem repasse das ações e atividades previamente. Ainda, o livro didático não era acessível aos alunos surdos, e a Libras somente era utilizada pelos alunos surdos e o intérprete, sendo, de certa forma, desconsiderada pelo professor e alunos ouvintes.

Percebemos a falta de planejamento de sequências didáticas, que poderiam ser melhor exploradas, como vimos nos exemplos de estratégias metodológicas de pesquisas realizadas por Placha (2015), Menezes (2015), Jesus (2016) e Almeida (2016), do que apenas leitura e interpretação descontextualizada, atividades de língua isoladas e exercícios soltos. Isso mostra que falta formação para o desenvolvimento de aulas contextualizadas para uma sala de aula regular, logo, o que dizer de uma sala de aula inclusiva?

Para finalizar, os profissionais da sala de recursos, que poderiam auxiliar nas dinâmicas da sala de aula, ainda não desenvolviam as atividades em parceria com os professores da sala de aula comum, e as avaliações não eram adaptadas para a real acessibilidade dos alunos surdos, como gravação de atividade avaliativa em vídeos em Libras.

Dessa forma, a metodologia bilíngue, infelizmente, pelo que observamos, não acontece como deveria, ou seja, ainda há um longo caminho para uma real inclusão de alunos surdos na escola regular.

Referências

ALMEIDA, A. M. *O desenvolvimento da escrita de sujeitos surdos e ouvintes no contexto da educação inclusiva: uma proposta pedagógica a partir do gênero textual narrativas autobiográficas*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001*. Institui Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1998*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.625 de 2005, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 246, p. 1-2, 23 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 163, p. 3-9, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.v. 2.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resumo Técnico: censo da educação básica 2018*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

JESUS, R. V. *Leitura de contos afro-brasileiros: uma proposta para o desenvolvimento da compreensão leitora no contexto inclusivo*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

KARNOPP, L. B. Literatura Surda. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 98-109, 2006. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-101624>. Acesso em: 8 set. 2020.

MENEZES, M. A.A. *Letramento e educação inclusiva: construindo práticas de leitura e escrita no ensino fundamental II*. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

PENHA, J. G. S. *Literatura surda nas palmas das mãos: luta, língua e liberdade*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

PEREZ, T. *Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica*. São Paulo: Moderna, 2018.

PLACHA, C. P. P. *Repensando o ensino de língua portuguesa para alunos surdos a partir de experiências e vivências na escola de educação especial lions clube*. Vitória da Conquista: UESB, 2015.

QUADROS, R. M. F. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: Unesco, 1994.

VILLELA, F. IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 21 ago. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-dedeficiencia#:~:text=Dados%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,%2C%20visual%2C%20f%C3%ADsica%20e%20intelectual>. Acesso em: 8 set. 2020.

Sobre os autores

Carla Luzia Carneiro Borges é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), coordena o Núcleo de Leitura Multimeios e lidera o grupo de pesquisa em Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos (Linsp). Atualmente, desenvolve o Projeto de pesquisa Modalidades do saber/poder em práticas de leitura, concebendo a leitura na perspectiva de Michel Foucault. Já orientou trabalhos na área de Linguística Textual, Análise de Discurso e Linguística Aplicada. Atualmente, orienta trabalhos na área dos Estudos Discursivos Foucaultianos, com ênfase nas práticas de leitura/(re)escritura.

Carolina Antonia Silva Trindade é mestre em Língua e Cultura e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É licenciada em Letras Vernáculas e Língua Estrangeira Moderna – Inglês (2013) pela UFBA. Desenvolve pesquisa na área de Linguística Histórica, História da Cultura Escrita, Língua Portuguesa e Escolarização. Atuou como professora de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa na Faculdade de Educação (Faced) da UFBA. Atualmente, integra o Programa para a História da Língua Portuguesa (Prohpor) da UFBA e o Fala e Contexto no português brasileiro (GConPort) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Celina Márcia de Souza Abbade é doutora e mestre em Letras pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pós-doutorado em Estudo de Linguagens pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), possuindo graduação em Letras Vernáculas com Francês pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). É professora plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na graduação e pós-graduação desta Instituição. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Histórica e Lexicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Filologia Românica, Lexicologia, Campos Lexicais, Terminologia e Onomástica. Líder do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL) cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenando os Projetos Grupo de Estudos Toponímicos e Lexicais da Bahia (GELTBA) e Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH).

Cristina dos Santos Carvalho é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É mestre em Letras e Linguística e graduada em licenciatura e Bacharelado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística e Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: variação e mudança linguísticas, funcionalismo, sentenças complexas, gramaticalização e abordagem construcional da gramática.

Edileuza Moura Candido da Silva é mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e graduada em Letras Vernáculas também pela UNEB, *campus* de Alagoinhas. É membro do Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH) vinculado ao Núcleo de Estudos Lexicais (NEL). Tem Especialização em Metodologia e Pesquisa do Ensino Superior pela UNEB; especialização em Psicopedagogia Institucional (2012) pelo Instituto Superior de Afonso Cláudio (FAAC); professora concursada do estado da Bahia. Atualmente, leciona Língua Portuguesa no Colégio Estadual Helena Magalhães, no bairro Beiru/Tancredo Neves, em Salvador (BA). Atuou como tutora *on-line* na Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD) da UNEB entre 2013 e 2015. Também foi tutora *on-line* na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) em 2011.

Edna da Paixão Pereira é mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter) e Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX) e graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Edna Ribeiro Marques Amorim é doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sob orientação da professora doutora Carla Luzia Carneiro Borges. Tem graduação em Letras e especialização em Linguística Aplicada pela UEFS e mestrado em Letras pela UFBA. É professora assistente de Língua Portuguesa na UEFS e atua também na rede pública de educação básica. É integrante do Núcleo de Leitura Multimeios e também do grupo de pesquisa Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos (Linsp).

Atualmente, dedica-se a pesquisas sobre a literatura de mulher negra, sob a perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

Elisângela Santana dos Santos é doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É mestre em Letras e Linguística e possui graduação em Letras e especialização em Língua e Literatura Vernáculas. Atualmente, é professora titular do curso de licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde também é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. Desenvolve pesquisas sobre história da língua portuguesa, semântica cognitiva, polissemia, livros didáticos e multimodalidade. Organizou coletâneas e escreveu artigos que constam de livros e periódicos. Orienta estudos de iniciação científica e mestrado.

Emília Helena Portella Monteiro de Souza é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É mestre em Linguística pela UFBA; tem licenciatura em Letras Vernáculas com uma Língua Estrangeira Moderna (Inglês) pela UFBA e bacharelado em Letras Vernáculas pela UFBA. É professora associada IV, atua no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA, na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita. Desenvolve pesquisa em Linguística Histórica, História Social da Cultura Escrita, Língua Portuguesa e Escolarização. Integra o Programa Para a História da Língua Portuguesa (Prohpor) da UFBA, o Fala e Contexto no português brasileiro (GConPort) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e o Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DHOS) da UEFS. Está atuando no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da UNEB, em estágio pós-doutoral.

Gessilene Silveira Kanthack é doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora titular plena da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da UESC, bem como ao Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da UESC. É pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tem experiência na área de Linguística e desenvolve pesquisas que contemplam, em especial, fenômenos que envolvem a sintaxe do português brasileiro. É líder do grupo de pesquisa Linguagens, estruturas e práticas sociais da UESC, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Gilberto Nazareno Telles Sobral é pós-doutor em Estudos de Linguagens pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Letras e Linguística pela UFBA. Graduado em bacharelado em Língua Estrangeira pela UFBA, licenciado em Letras Vernáculas com Francês pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). É professor titular do Departamento de Ciências Humanas (DCH) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e professor permanente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da UNEB. Atua nas áreas de Argumentação, Análise do Discurso, Crítica Textual, Documentos Brasileiros.

Isabela Assunção Reis é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (IFBA) e em Tradução pela Universidade Gama Filho (UGF). Graduada em Língua Espanhola e Literaturas pela UNEB, *campus* V. É educadora social, promove e desenvolve atividades, principalmente, na formação de jovens e adultos.

Jocelma Rodrigues dos Santos é mestre em Estudo de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-graduada em Libras pela Faculdade Escola de Engenharia de Agrimensura, em Política do Planejamento Pedagógico: Currículo, Didática e Avaliação pela UNEB e em Antropologia e Turismo: Patrimônio Cultural e Ambiental pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É graduada em Letras Libras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela UNEB, *campus* XIII e em Pedagogia pela mesma instituição. É professora de Língua Portuguesa na educação básica, nos anos finais do ensino fundamental II no município de Itaberaba (BA) desde 2010.

Joelma Sena Gomes é mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Possui especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Tecnologia de Valença, especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e graduação em Licenciatura em Letras Vernáculas pela UNEB. Atualmente, atua como professora da educação básica.

José de Sousa Teixeira é doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade do Minho, no domínio das relações entre a percepção e a verbalização do espaço. Foi um dos primeiros investigadores da Linguística Cognitiva em Portugal, é autor de várias publicações no domínio da semântica cognitiva e sobre cognição, língua e publicidade que podem ser consultadas na web através do Repositório da Universidade do Minho. Foi professor da Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia em Braga, e é, desde 1986 até a atualidade, professor associado na Universidade do Minho.

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra é professora de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atua nos cursos de graduação e pós-graduação na Faculdade de Letras. Possui graduação em Comunicação Visual, graduação em Letras pela UFMG, mestrado em Língua Portuguesa e doutorado em Linguística pela UFMG; pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Desenvolve pesquisa em Linguística Teórica e Descritiva, nas perspectivas sincrônica e diacrônica, com ênfase em Onomástica (Toponímia e Antroponímia), Lexicologia, Lexicografia, Português do Brasil, Variação e Mudança Linguística. É líder do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL) da UFMG, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Maria da Conceição Reis Teixeira é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Letras e Linguística pela UFBA. Especialista em História da Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Especialista em Marketing, Comunicação e Negócio pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (Inbrape). Bacharel em Letras Vernáculas pela UFBA, licenciada em Letras Vernáculas (1992) pela UFBA. Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora-pesquisadora-orientadora do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa Edição e Estudos de Textos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Palmira Heine Alvarez é doutora em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e é mestre em Linguística pela mesma instituição. É, atualmente, professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (Gepead), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq), cujas atividades se desenvolvem no Departamento de Letras e Artes da UEFS. É professora permanente do programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UEFS. Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente na seguinte área: Análise de Discurso de linha francesa com foco nas ideias de Pêcheux.

Raíne Simões Macedo é mestre em Estudo de Linguagens do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Linguística e ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atua nas seguintes áreas: Análise do Discurso, Língua Portuguesa.

Sara Raquel Saraiva Antunes é mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Minho em Braga, Portugal, onde defendeu a dissertação *A metáfora na publicidade. Uma viagem entre épocas*, sob orientação do professor doutor José de Sousa Teixeira, na área da Linguística Cognitiva. É licenciada pela mesma universidade, onde frequentou a graduação em Línguas e Literaturas europeias. Paralelamente ao percurso acadêmico, é também bailarina na escola de dança ARCA Dance Studio, tendo sido consagrada campeã mundial no Dance World Cup 2019, na categoria sênior de canto e dança.

Valéria Viana Sousa é doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da UESB e ao Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da UESB. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Sociofuncionalismo, Gramaticalização e Gramática de Construções. Coordena o projeto de pesquisa “Estudos de fenômenos linguísticos na perspectiva funcionalista a partir da descrição e análise de *corpus* da comunidade de fala de Vitória da Conquista” e é líder do Grupo de Estudos em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo da UESB, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Valquíria Claudete Machado Borba é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Estudos Avançados em Língua Inglesa pela PUCRS. Graduada em Letras Português-Inglês pela PUCRS. Líder do Grupo de Estudos em Educação e Linguagem (GEEL). Professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no

Departamento de Educação, *campus* I e no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL). Atuou no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) do *campus* V da UNEB entre 2013 e 2018. Tem experiência na área de Letras e Pedagogia, com ênfase em Linguística Aplicada à Educação, atuando nos seguintes temas: psicolinguística, leitura, escrita, alfabetização, processos cognitivos, aquisição da linguagem, Educação de Jovens e Adultos (EJA), formação de professores.

Vander Lúcio de Sousa é graduado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Defendeu sua dissertação de mestrado na UFMG em março de 2008 com a pesquisa: *Caminho do boi, caminho do homem: o léxico de Águas Vermelhas - Norte de Minas*. Em 2014, concluiu o doutorado em Linguística pela UFMG com a tese *Nas cacimbas do Rio Pardo: um estudo léxico-cultural*. É membro integrante do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL) da UFMG, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Realiza pesquisas nas áreas de Sociolinguística, Linguística Histórica, Lexicologia e Lexicografia.

COLOFÃO

Formato	18 x 25 cm
Tipografia	IowanOldSt BT (corpo) Futura Md BT (títulos)
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
Impressão	EDUFBA
Capa e Acabamento	Gráfica 3
Tiragem	150 exemplares

Esta coletânea aborda, em 12 capítulos, a relação entre linguagem, discurso e sociedade a partir de resultados de pesquisas desenvolvidas por egressos, discentes e/ou docentes de programas de pós-graduação de universidades brasileiras e de uma universidade portuguesa. Nas suas reflexões, os pesquisadores enveredam por diferentes abordagens da linguística: Análise do Discurso, nas vertentes foucaultiana e pecheutiana; Estudos lexicais; Linguística Cognitiva; Funcionalismo norte-americano e Sociolinguística Variacionista; Linguística Centrada no Uso; História Social Linguística e História da Cultura Escrita; Linguística Aplicada. Ao focar, com discussões teóricas, análises empíricas e exemplificações variadas, o entrecruzamento entre linguagem, discurso e sociedade na descrição de objetos linguísticos, esta obra se torna indispensável a alunos e professores de graduação e pós-graduação de letras, linguística e áreas afins.

